

2025

RELATÓRIO
DE GESTÃO

XIX Plenário | Gestão 2023-2025

Diretoria

Alessandra Santos de Almeida – Presidente (vice presidente entre 23/4/2024 e 12/06/2025)

Izabel Augusta Hazin Pires – Vice-presidente (secretária de 16/12/2022 a 12/06/2025)

Rodrigo Acioli Moura – Secretário (a partir de 13/06/2025)

Neuza Maria de Fátima Guareschi – Tesoureira (a partir de 13/06/2025)

Conselheiras(os)

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Carla Isadora Barbosa Canto

Carolina Saraiva

Célia Mazza de Souza (tesoureira de 16/12/2022 a 12/06/2025)

Clarissa Paranhos Guedes

Evandro Morais Peixoto

Fabiane Rodrigues Fonseca

Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo

Ivani Francisco de Oliveira (vice-presidente de 16/12/2022 a 19/04/2024)

Jefferson de Souza Bernardes

Juliana de Barros Guimarães

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro

Marina de Pol Pontiwas

Nita Tuxá

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (presidente de 16/12/2022 a 12/06/2025)

Raquel Souza Lobo Guzzo

Roberto Chateaubriand Domingues

Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

XX Plenário | Gestão 2025-2028

Conselheiras efetivas

Ivani Francisco de Oliveira – Presidenta

Thessa Guimarães – Vice-presidenta

Ana Carolina Freire Lopes – Secretária

Claudia Simões Carvalho – Tesoureira

Marcela Acioli de Nazaré – Conselheira Secretária Região Norte

Natália Campos da Silva – Conselheira Secretária Região Nordeste

Vanessa Terena (Vanessa Silva de Souza) – Conselheira Secretária Região Centro-Oeste

Liliane Cristina Martins – Conselheira Secretária Região Sudeste

Miriam Cristiane Alves – Conselheira Secretária Região Sul

Jaqueline Gomes de Jesus – Conselheira 1

Maria do Socorro Pimentel da Silva – Conselheira 2

Conselheiras Suplentes)

Leandro Amorim Rosa – Conselheiro Suplente Região Norte

Rômulo Mafra Cruz – Conselheiro Suplente Região Nordeste

Thaynara Sipredi Souza Silva Xerente – Conselheira Suplente Região Centro-Oeste

Annie Louise Saboya Prado – Conselheira Suplente Região Sudeste

Rafael Wolski de Oliveira – Conselheiro Suplente Região Sul

Ana Flávia Vieira de Matos – Conselheira Suplente

Andréa Regina Marques Chamon – Conselheira Suplente

Daniel Caldeira de Melo – Conselheiro Suplente

Zeca Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro – Conselheiro Suplente

Cristiano de Jesus Andrade – Conselheiro Suplente 1

Deivison Warlla Miranda Sales – Conselheiro Suplente 2

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

Emanuelle Santos Silva

Coordenadora Geral – Coordenação de Desenvolvimento Institucional

Rafael Menegassi Taniguchi

Coordenador Geral – Coordenação de Integração do Sistema

Ana Clara de Medeiros Araújo

Supervisora – Ouvidoria (OUV)

Antônio Carlos Everton Muniz

Supervisor – Setor de Suporte Físico (SSF)

Antônio José Rodrigues Neto (até nov/2025)

Gerente – Gerência Administrativa (GEA)

Verônica Pierre Costa (a partir de nov/2025)

Gerência Administrativa (GEA)

Camila Dias de Lima Alves

Gerente – Gerência Técnica (GTEC)

Daniel Arruda Martins (até nov/2025)

Gerente – Gerência de Relações Institucionais (GRI)

Rafaela Vasconcelos Freitas (a partir de dez/2025)

Gerente – Gerência de Relações Institucionais (GRI)

Diego Ramos Castro

Supervisor – Setor de Pessoal

Ednilson Couto de Jesus Júnior

Supervisor – Setor de Projetos Estratégicos (PROJEST)

Elton Ramos da Silva

Supervisor – Setor de Infraestrutura e Suporte de Tecnologia da Informação (SISTI)

Erick da Silva Vieira (até dez/2025)

Supervisor – Assessoria Parlamentar (ASPAR)

Fernanda Santos Pinheiro Gusmão (a partir de dez/2025)

Supervisora - Assessoria Parlamentar (ASPAR)

Fabiola Borges Corrêa

Gerente – Secretaria de Orientação e Ética (SOE)

Fernanda Araújo Mendes

Gerente – Secretaria Executiva (SE)

João Diego Rocha Firmiano

Gerente – Gerência Jurídica (GJUR)

José Arnaldo de Góis Júnior

Supervisor – Setor Contábil (SCONT)

José Eli de Vasconcelos Filho

Gerente – Gerência Financeira (GFIN)

Jucyara Moura dos Santos

Supervisora – Setor de Pagamentos (SPAG)

Leomar Santana

Gerente – Gerência de Tecnologia da Informação (GTI)

Lisly Telles de Barros

Gerente – Gerência de Gestão de Pessoas (GGP)

Marília Mundim da Costa

Gerente – Gerência de Comunicação (GCOM)

Mateus de Castro Castelluccio

Supervisor – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)

Mônica Neves da Silva

Supervisora – Setor de Licitações e Contratos (SLIC)

Raphael de Oliveria Gomes

Supervisor – Supervisão de Comunicação

Rosângela Duarte de Almeida

Supervisora – Setor de Planejamento e Execução Orçamentária (SPEO)

Verônica Pierre Costa (até nov/2025)

Supervisora – Setor de Logística (SLOG)

Raquel Santos de Souza (a partir de nov/2025)

Supervisora - Setor de Logística (SLOG)

Wladimir Rogério dos Reis (até dez/2025)

Supervisor – Setor de Auditoria (AUD)

Cilmara Dias Custódio de Araújo (a partir de dez/2025)

Supervisora - Setor de Auditoria (AUD)

Ylo Barroso Caiado Fraga

Supervisor – Supervisão Técnica (STEC)

Tatiany dos Santos Fonseca

Projeto gráfico e diagramação

Antônio Nascimento (Participar)

Consultoria Técnica



Mensagem da presidenta 4

1. VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO..... 5

Introdução sobre o Conselho 6

Organograma de estrutura organizacional 8

Atribuições das áreas 9

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL..... 11

Governança e gestão 12

Planejamento estratégico 14

Cadeia de Valor: Macroprocessos e Valor Público 17

Modelo de Negócio 18

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 19

Riscos, Oportunidades e Perspectivas para a Geração de Valor Público 20

4. AÇÕES DESENVOLVIDAS 23

Introdução 24

Plano de ação 25

Exercício da profissão 26

Incidência política 43

Articulação em rede 54

Aprendizagem e desenvolvimento institucional 57

Recursos aplicados nas atividades finalísticas 70

Comunicação 75

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS..... 80

Gestão Orçamentária 81

Gestão de Custos 84

Gestão Patrimonial e Infraestrutura 88

Demonstrações Contábeis 89

**6. Processo de Adequação do Sistema Conselhos de Psicologia às Exigências da
Decisão Normativa TCU 216/2025 91**

MENSAGEM DA PRESIDENTA

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), autarquia federal instituída pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, apresenta os resultados de suas atividades técnico-administrativas referentes ao exercício de 2025. Este período encerra formalmente o ciclo do Planejamento Estratégico do XIX Plenário, consolidando um processo de amadurecimento e de profundas aprendizagens institucionais. A transição para novos referenciais de Governança Pública, alinhados às diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU) e às normas da ABNT, representou um marco na modernização e na integridade estrutural da organização.

Esse avanço administrativo e normativo só foi possível graças à dedicação e ao rigor técnico da equipe de gestores, empregados públicos e colaboradores que integram a autarquia. No escopo regulatório e de orientação à categoria, a organização aprimorou o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) e editou resoluções e notas técnicas estratégicas. Foram contemplados temas fundamentais como o cuidado a pessoas autistas, a atuação profissional com mulheres em situação de violência e novos parâmetros para coordenação e supervisão de estágios no país.

Como instância superior de orientação ética e profissional, a organização julgou recursos disciplinares e

aprofundou estudos sobre a compatibilidade de novas práticas com a Psicologia. No campo das políticas públicas e da difusão do conhecimento, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) revisou sua metodologia e publicou novas referências nacionais, ao passo que a revista científica da autarquia manteve sua regularidade com publicações de excelência.

No âmbito político-institucional e do controle social, a autarquia assegurou sua representação direta em dezenas de espaços colegiados federais, promovendo o monitoramento legislativo de pautas históricas como o piso salarial, a jornada de trabalho e a regulamentação da psicoterapia. A atuação em direitos humanos foi reafirmada na Inspeção Nacional em Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, realizada em parceria com o Poder Judiciário, além da mobilização em conferências nacionais de grande relevância social.

Ao fechar este ciclo, as entregas relatadas evidenciam que o acúmulo de experiências institucionais e o empenho do CFP consolidaram as bases para o contínuo desenvolvimento técnico, científico e ético da Psicologia brasileira, assegurando o aprimoramento constante de seu ordenamento normativo e da regulamentação do exercício profissional.

**“
O acúmulo de
experiências
institucionais e o
empenho do CFP
consolidaram as
bases para o contínuo
desenvolvimento
técnico, científico e
ético da Psicologia
brasileira ”**

Ivani Oliveira
Presidenta do CFP

1

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO



INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia como guardião da profissão e da sociedade

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) é a autarquia federal responsável pela orientação, regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Psicologia no Brasil. Criado pela Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971, o CFP integra, junto aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), o Sistema Conselhos de Psicologia – que garante a presença da regulação e fiscalização profissional em todo o território nacional.

Instância máxima do Sistema Conselhos de Psicologia, o CFP tem consolidado seu papel como referência técnico-política na formulação de diretrizes que qualificam a atuação profissional e contribuem para o fortalecimento da Psicologia como ciência e profissão. Essa atuação se expressa tanto na produção normativa e na fiscalização do exercício profissional quanto na incidência em temas estratégicos para a sociedade.

Nesse contexto, o CFP reafirma seu compromisso com uma comunicação pública baseada na transparência, no acesso à informação qualificada e no diálogo com a categoria e com a sociedade. O presente Relatório de Atividades apresenta as principais ações desenvolvidas ao longo de 2025, evidenciando como o Conselho tem cumprido sua missão institucional e respondido às demandas contemporâneas da Psicologia no Brasil.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Breve histórico institucional

A regulamentação da Psicologia no Brasil ocorreu com a promulgação da Lei nº 4.119, de 1962. Posteriormente, a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, instituiu o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, estruturando o sistema responsável pela regulação, orientação e fiscalização do exercício profissional no País.

Desde então, o Sistema Conselhos de Psicologia tem desempenhado papel central na consolidação da profissão, acompanhando sua expansão e complexificação, bem como contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia em diálogo com as demandas sociais brasileiras.

Ao longo de mais de cinco décadas, o CFP publicou centenas de resoluções, pareceres e notas técnicas que moldaram a identidade da profissão no País, posicionando a Psicologia brasileira como referência no contexto latino-americano e internacional.

Natureza jurídica

O Conselho Federal de Psicologia é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, conforme estabelecido na Lei nº 5.766/1971. Tem sede e foro no Distrito Federal.

Finalidade

A finalidade do CFP é assegurar que o exercício da Psicologia ocorra em conformidade com princípios éticos, técnicos e científicos, contribuindo para a qualidade dos serviços prestados à população e para a proteção da sociedade.

Atribuições e competências

Nos termos da legislação vigente, compete ao Conselho Federal de Psicologia:

DEFINIR, nos termos legais, o limite de competência do exercício profissional, conforme os cursos realizados ou provas de especialização prestadas em escolas ou institutos profissionais reconhecidos.

EXPEDIR as resoluções necessárias ao cumprimento das leis em vigor e das que venham a modificar as atribuições e competência das(os) profissionais da área.

APROVAR as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelas(os) psicólogas(os).

ELABORAR e aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

FUNCIÓNAR como tribunal superior de ética profissional.

SERVIR de órgão consultivo em matéria de Psicologia.

JULGAR em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais.

O CFP possui jurisdição em todo o território nacional e exerce função estratégica na articulação entre a regulação profissional e as demandas sociais relacionadas à saúde mental e aos direitos da população.

NORMAS E DIRETRIZES QUE REGEM O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

A atuação do Conselho Federal de Psicologia está fundamentada em um conjunto de dispositivos legais, normativos e institucionais que orientam sua organização, funcionamento e competências. Destacam-se:

Lei nº 4.119/1962 – dispõe sobre a formação em Psicologia e regulamenta a profissão;

Lei nº 5.766/1971 – cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e define suas competências;

Decreto nº 79.822/1977 – regulamenta a Lei nº 5.766/1971, detalhando a estrutura e o funcionamento do Sistema Conselhos;

Código de Ética Profissional do Psicólogo – estabelece os princípios e normas que orientam a prática profissional;

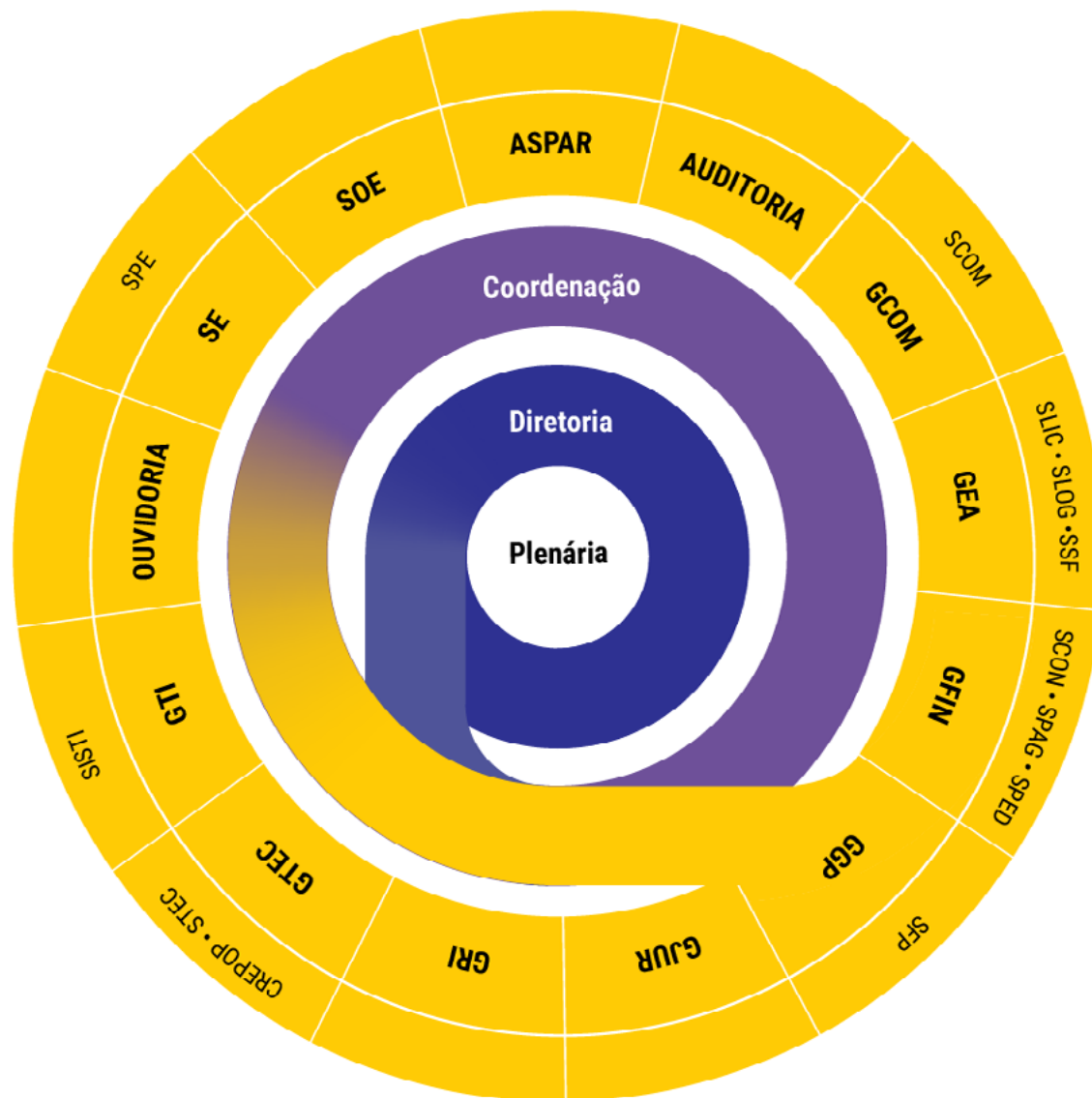
Regimento Interno do CFP – disciplina a organização administrativa, as instâncias deliberativas e os processos institucionais do Conselho;

Resoluções do CFP – normativas que regulamentam aspectos específicos do exercício profissional e da atuação institucional;

Demais legislações correlatas – incluindo normas constitucionais, administrativas e de controle aplicáveis às autarquias federais.

Esse arcabouço normativo garante a atuação do CFP com base em princípios de legalidade, transparência e interesse público, orientando suas ações de regulamentação, fiscalização e produção de diretrizes para a Psicologia no Brasil, bem como a incidência social e política dessa ciência e profissão.

ORGANOGRAMA DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS

PLENÁRIA: órgão responsável pelas decisões no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, composto por membros efetivos e suplentes, além de contar com a participação de colaboradores.

DIRETORIA: formada pelo presidente, vice-presidente, secretário-geral e tesoureiro, é responsável por implementar as diretrizes e resoluções aprovadas pelo Plenário.

COORDENAÇÃO GERAL (CG): gerencia, elabora, orienta, articula e supervisiona as atividades das gerências e demais setores, garantindo a integração dos esforços administrativos para alcançar os objetivos definidos pelo Plenário e pela Diretoria do CFP.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS (GGP): executa as diretrizes do Acordo Coletivo de Trabalho e do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Além disso, promove a escuta ativa dos funcionários, avalia o clima organizacional, identifica necessidades de capacitação, gerencia benefícios como, o plano de saúde e o odontológico, e coordena ações para a qualidade de vida no trabalho.

AUDITORIA (AUDIN): audita e avalia os processos internos, assegura o cumprimento das normas de governança e realiza auditorias internas para validar atos de gestão.

OUIDORIA: recebe, analisa e encaminha manifestações relacionadas a procedimentos e condutas de conselheiros, funcionários e colaboradores do Sistema Conselhos de Psicologia, a exemplo de pedidos de acesso à informação, denúncias, elogios, reclamações, sugestões, solicitações de providências e pedidos de simplificação.

GERÊNCIA JURÍDICA (GJUR): responsável pelo assessoramento jurídico do Conselho Federal, além da defesa judicial do Sistema Conselhos de Psicologia perante o Poder Judiciário.

SECRETARIA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA (SOE): coordena as atividades de fiscalização e orientação profissional dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, além de organizar os julgamentos de recursos em processos éticos originados nos Conselhos Regionais (CRPs).

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA (GTI): gerencia os recursos tecnológicos, incluindo softwares e hardwares utilizados pelo CFP. Mantém sistemas como SEI, e-Psi e Satepsi, além de administrar contratos de soluções tecnológicas do Sistema Conselhos.

GERÊNCIA FINANCEIRA (GFIN): administra os recursos financeiros do Conselho, fornece dados para a tomada de decisões e presta contas. Supervisiona os setores responsáveis por pagamentos, execução orçamentária e contabilidade.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA (GEA): coordena os serviços de suporte administrativo do CFP, incluindo logística, infraestrutura e gestão de contratos e licitações.

SECRETARIA EXECUTIVA (SE): presta assessoria direta à Coordenação Geral Estratégica e à Coordenação Geral Executiva.

ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS

ASSESSORIA PARLAMENTAR (ASPAR):

desenvolve ações estratégicas de representação e articulação no Poder Legislativo Federal em temas de interesse da Psicologia como ciência e profissão.

GERÊNCIA TÉCNICA (GTEC): fornece suporte técnico, realiza análises e elabora materiais para subsidiar a orientação à categoria, à sociedade e aos Conselhos Regionais.

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO (GCOM): promove a divulgação estratégica das atividades do CFP para diferentes públicos, incluindo a categoria, entidades, estudantes e a sociedade em geral. Também apoia a Coordenação Geral, a Diretoria e o Plenário em temas e ações de comunicação.

GERÊNCIA DE RELAÇÕES

INSTITUCIONAIS (GRI): coordena as representações institucionais do CFP em espaços de participação e controle social e de incidência política, assessora a Comissão de Direitos Humanos e a Coordenação Nacional de Implementação da Lei 13.935/2019.

SETOR DE FOLHA DE PAGAMENTO

(SFP): calcula e processa as folhas de ponto, pagamento, benefícios, impostos e demais encargos trabalhistas, além de encaminhar informações aos sistemas governamentais.

SETOR DE INFRAESTRUTURA E

SUPOORTE DE TI (STIC): gerencia a instalação e manutenção de equipamentos de informática, redes e sistemas audiovisuais do CFP.

SETOR DE PAGAMENTOS (SPAG):

realiza pagamentos, acompanha valores recebidos e interage com fornecedores e colaboradores.

SETOR DE CONTABILIDADE (SCON):

registra e supervisiona os procedimentos contábeis, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisões e prestação de contas aos órgãos de controle.

SETOR DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRIA (SPEO): planeja e executa o orçamento do CFP, além de prestar assessoria nos seus orçamentos.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

(SLIC): gerencia a aquisição de bens e serviços e monitora e controla as renovações e assinaturas de convênios firmados pelo CFP.

SETOR DE LOGÍSTICA (SLOG):

cuida da emissão de passagens, reserva de hospedagens, locação de espaços, pagamento de verbas indenizatórias, contratação de serviços para eventos e envio de informações aos participantes.

SETOR DE SUPORTE FÍSICO (SSF):

organiza, cuida, repara, executa, supervisiona e realiza algumas das atividades patrimoniais e logística de eventos internos e externos.

PROTOCOLO: recebe, registra e arquia documentos enviados ao CFP.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP):

organiza e dissemina conhecimento sobre a interface entre Psicologia e políticas públicas, publicando diretrizes técnicas para orientação profissional.

SECRETARIA DA REVISTA PCP:

presta suporte ao corpo editorial da revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP), gerenciando o recebimento, análise inicial e acompanhamento dos artigos submetidos.

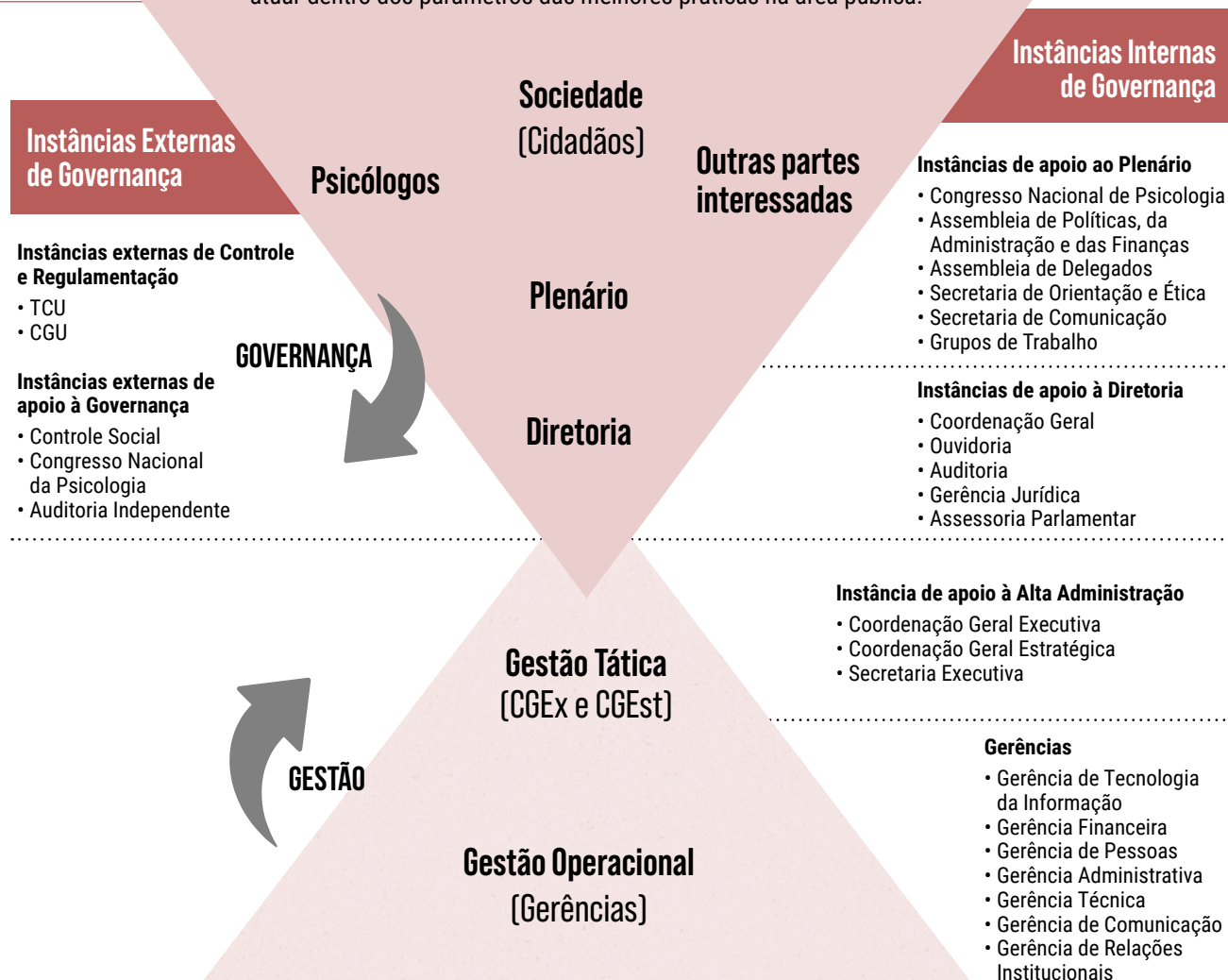
GOVERNANÇA E GESTÃO

A governança do Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem como objetivo assegurar o cumprimento da sua atividade finalística, alinhar a atuação institucional à geração de valor público para a sociedade e fortalecer a capacidade institucional da autarquia, promovendo maior efetividade, transparência, integridade e otimização do uso dos recursos públicos. Para isso, apoia-se em políticas, estruturas e mecanismos institucionais voltados ao fortalecimento da gestão, à sustentabilidade organizacional e à continuidade institucional.

No âmbito do CFP, a governança compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão. Esses mecanismos orientam a tomada de decisão, favorecem o acompanhamento dos resultados institucionais e contribuem para o aprimoramento dos processos internos, da prestação de serviços à sociedade e da atuação sistêmica da autarquia.

O Conselho Federal tem buscado, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, aprimorar progressivamente a sua política de governança, considerando a relação entre os principais interessados e os agentes responsáveis pela condução institucional. O principal é representado pela sociedade, pelo Estado, pelos profissionais registrados e pelas demais partes interessadas, que compartilham expectativas, percepções de valor público e demandas relacionadas à atuação institucional do Conselho.

O sistema de Governança do CFP é representado pelo infográfico que demonstra a segregação de funções entre governança e gestão. O Conselho busca desenvolver a boa governança, com o propósito de implementar e atuar dentro dos parâmetros das melhores práticas na área pública.





Os agentes, por sua vez, compreendem os representantes eleitos, as instâncias de governança e gestão, bem como os colaboradores responsáveis pela administração dos recursos institucionais, pela execução das estratégias e pelo alcance dos resultados esperados. Nesse contexto, o sistema de governança do CFP reflete as estruturas administrativas, os processos de trabalho, os instrumentos institucionais, os fluxos de informação e a atuação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento institucional.

Ainda em 2025, no contexto do Projeto de Desenvolvimento e Implantação da Solução de Governança Institucional, o CFP passou a estruturar as suas diretrizes e instrumentos de governança observando os referenciais técnicos e conceituais da ABNT NBR 17265:2026

– Governança Pública, bem como os referenciais do Tribunal de Contas da União (TCU) relacionados à liderança, estratégia, controle, integridade, gestão de riscos e accountability. Nesse processo, também foi iniciada a estruturação do Conselho de Governança do CFP, concebido como instância estratégica voltada ao fortalecimento da coordenação, integração e acompanhamento das diretrizes de governança institucional da autarquia.

No modelo institucional do CFP, o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) configuram-se como espaços regimentais de liderança da governança, responsáveis pela formulação político-institucional, definição de diretrizes e articulação sistêmica do Sistema Conselhos de Psicologia. Já o Plenário e o Congresso de Delegados constituem espaços legais e deliberativos fundamentais à condução institucional, à legitimidade democrática e ao processo decisório da autarquia.

Com o compromisso de fortalecer a sua governança, o Conselho busca atuar em consonância com as boas práticas da administração pública, observando princípios como legalidade, legitimidade, transparência, responsabilidade, integridade, eficiência, participação e prestação de contas. O sistema de governança do CFP é representado por infográfico institucional próprio, que demonstra a segregação de funções entre governança e gestão, evidenciando as instâncias internas e externas de governança, os espaços de assessoramento, as estruturas de apoio à alta administração e os níveis tático e operacional da gestão institucional.

Nesse contexto, a avaliação conduzida no âmbito do diagnóstico institucional evidenciou que, embora o CFP

já disponha de instâncias formais de governança e de uma estrutura organizacional consolidada, o modelo vigente ainda demanda maior sistematização, integração e institucionalização dos seus mecanismos de governança. Observou-se que práticas institucionais consolidadas ao longo do tempo coexistem com instrumentos normativos que necessitam de atualização e padronização, podendo gerar assimetrias entre o funcionamento formal e a dinâmica operacional da instituição.

Também foram identificados pontos de atenção relacionados à definição de papéis e responsabilidades, à padronização das instâncias colegiadas, grupos de trabalho e comissões, ao alinhamento entre planejamento, orçamento e atividades finalísticas, bem como ao fortalecimento dos mecanismos de integridade, gestão de riscos, controles internos, governança de dados e monitoramento institucional. Tais aspectos não comprometem a atuação institucional do CFP, mas evidenciam oportunidades de aprimoramento voltadas à consolidação de um modelo de governança mais estruturado, integrado e aderente às boas práticas da administração pública.

A governança praticada no CFP já observa regulamentos internos, normativos institucionais e a experiência acumulada de seus gestores e instâncias deliberativas. Contudo, a autarquia encontra-se em processo de transição para uma estrutura de governança mais robusta, integrada e institucionalizada, capaz de converter conhecimentos práticos e práticas historicamente consolidadas em políticas, processos, fluxos e instrumentos formalizados, assegurando maior segurança jurídica, padronização institucional, continuidade administrativa e capacidade de geração de valor público.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O exercício de 2025 marca o encerramento do ciclo do Planejamento Estratégico (PE) 2023–2025 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), consolidando um período de fortalecimento institucional orientado pela participação, pela qualificação da gestão e pelo aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento estratégico. Nesse contexto, também se destaca o início da implementação do Projeto de Governança da autarquia, voltado à estruturação de instrumentos, diretrizes e práticas relacionadas à governança institucional e à construção inicial da política ESG do Conselho.

O planejamento estratégico constitui um instrumento essencial de gestão, estruturado a partir de métodos e técnicas voltados à definição de objetivos, metas, prioridades institucionais e mobilização de recursos, considerando o contexto e os desafios da organização. A gestão estratégica, por sua vez, amplia esse escopo ao incorporar processos contínuos de implementação, monitoramento, avaliação e revisão das estratégias estabelecidas, permitindo maior capacidade de adaptação e aperfeiçoamento institucional.

No âmbito do CFP, o planejamento estratégico desempenhou papel central na condu-

ção da missão institucional da autarquia e na organização das prioridades da gestão. O processo participativo adotado possibilitou manter ativo um movimento permanente de análise crítica, pactuação de prioridades e definição de metas e ações, contribuindo para o fortalecimento da governança, da transparência e da sustentabilidade institucional. Esse processo foi desenvolvido por meio de oficinas, encontros presenciais e atividades virtuais, assegurando ampla participação e diálogo entre diferentes atores envolvidos na construção das diretrizes estratégicas da instituição.

As formulações desse processo tiveram como principais referências o marco legal que institui e rege a autarquia; as deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP); o Código de Ética da Profissão; e as propostas da Frente em Defesa da Psicologia Brasileira. Ferramentas utilizadas no campo da gestão e de enfoque participativo apoiaram, do ponto de vista metodológico, o trabalho de construção do planejamento estratégico do CFP para o ciclo 2023–2025.

Cabe destacar o aprimoramento do processo de monitoramento do PE por meio da incorporação de ferramentas de inteligência de dados e relatórios interativos, com

destaque para a utilização da plataforma Microsoft Power BI. A adoção dessa ferramenta possibilitou maior capacidade de análise, sistematização e visualização dos indicadores, metas e resultados institucionais, fortalecendo os processos de acompanhamento, transparência e apoio à tomada de decisão estratégica.

No exercício de 2025, em consonância com as diretrizes estabelecidas no planejamento institucional, também teve início a incorporação do Projeto de Governança da autarquia, iniciativa voltada ao fortalecimento dos mecanismos de direção, monitoramento, controle e avaliação institucional. Nesse contexto, começaram a ser delineadas as bases da Política ESG do CFP, integrando princípios relacionados à sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, governança, integridade, transparência e geração de valor público à atuação institucional da autarquia.

O planejamento estratégico do CFP configurou-se como um projeto político-institucional que orientou as diretrizes e os eixos estratégicos da gestão do XIX Plenário, buscando consolidar uma atuação gerencial, técnica e orientada por evidências. Ao longo do ciclo 2023–2025, o processo de planejamento



permitiu diagnosticar desafios, identificar oportunidades de aprimoramento institucional, definir indicadores, metas e meios de verificação, bem como fortalecer mecanismos de monitoramento sistemático das ações desenvolvidas pela autarquia.

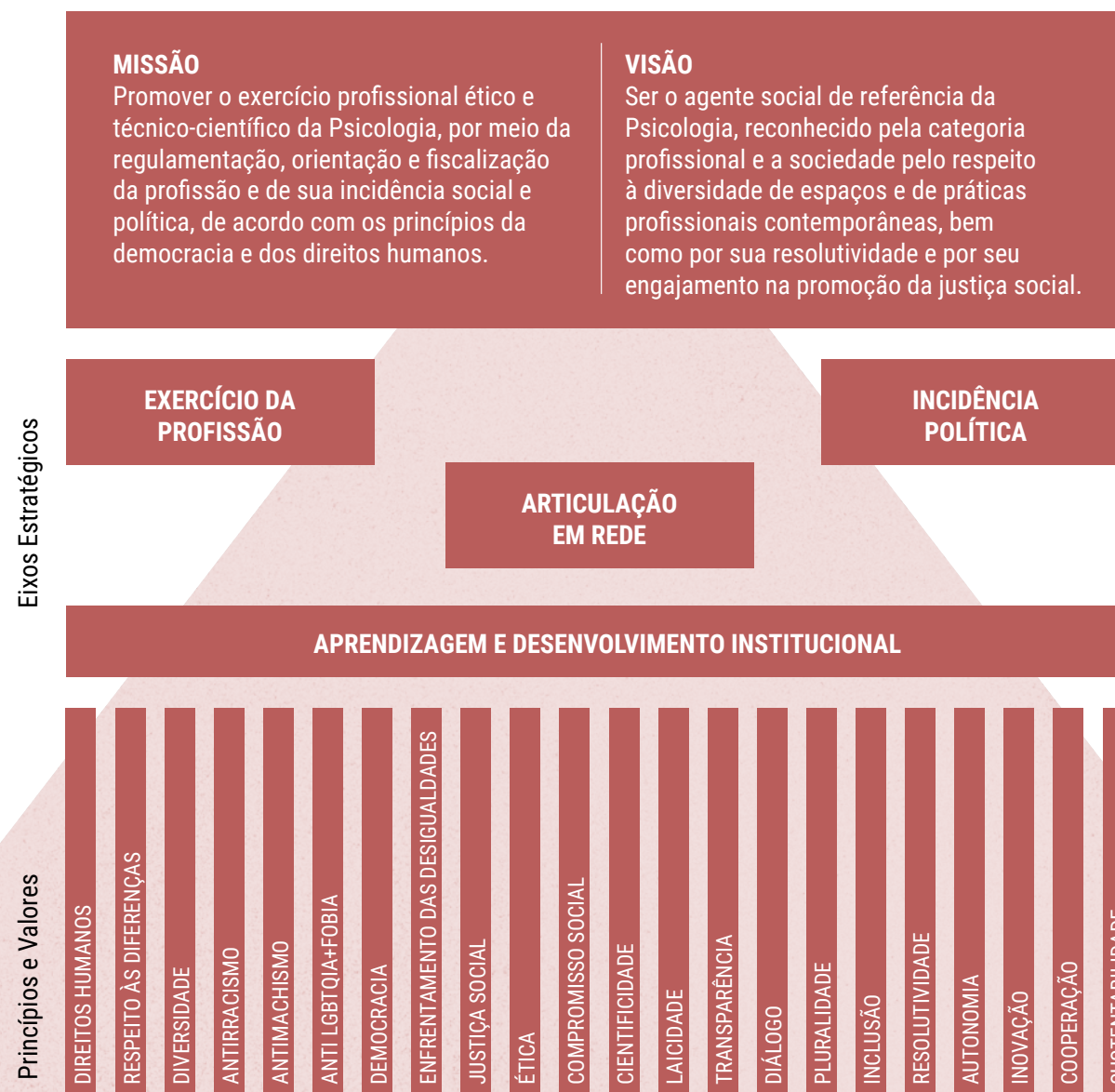
No encerramento deste ciclo de gestão, observa-se o amadurecimento de instrumentos e práticas voltadas ao fortalecimento da governança, da transparência, da participação e da sustentabilidade institucional. Podem ser destacadas a incorporação de ferramentas de inteligência de dados, o aperfeiçoamento do monitoramento estratégico e o início da estruturação da agenda ESG no âmbito do CFP. Dessa forma, o planejamento estratégico consolida-se não apenas como instrumento de gestão, mas como legado institucional capaz de apoiar a continuidade, a qualificação e a inovação das ações do Conselho Federal de Psicologia nos ciclos futuros.

Mapa Estratégico

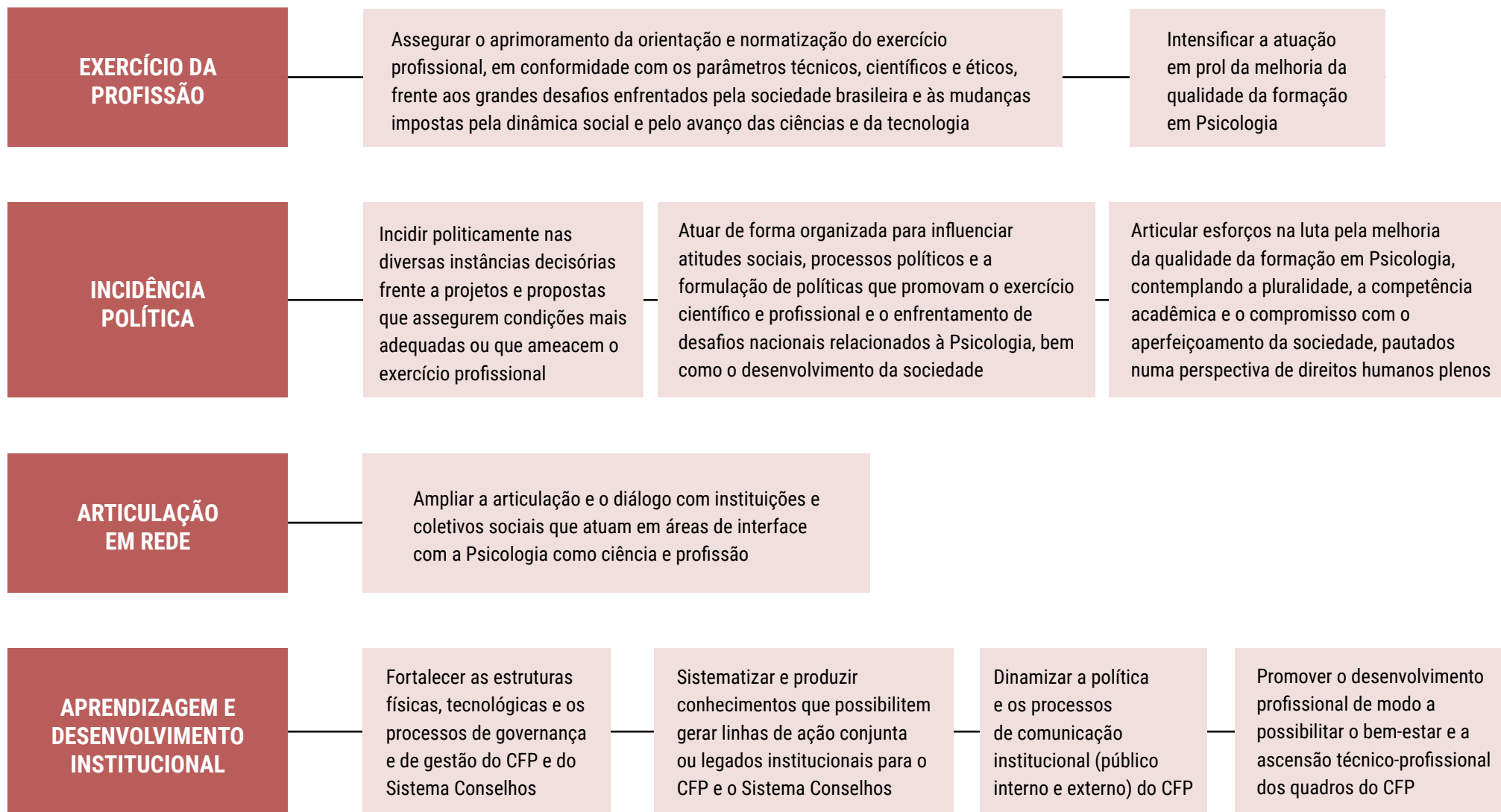
O Mapa Estratégico constitui uma representação visual da identidade institucional e das diretrizes estratégicas da organização, elaborada com o propósito de facilitar a compreensão do planejamento estratégico e fortalecer sua implementação. Sua estrutura busca traduzir, de forma integrada e acessível, os eixos e prioridades definidos para o ciclo de gestão.

Além de contribuir para a comunicação das estratégias institucionais, o Mapa Estratégico também estimula uma visão sistêmica da organização, ao evidenciar as relações de interdependência e complementaridade entre os diferentes eixos estratégicos, compreendidos como partes articuladas de um mesmo projeto institucional.

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2023-2025



EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



CADEIA DE VALOR: MACROPROCESSOS E VALOR PÚBLICO

A cadeia de valor é uma metodologia que analisa como uma empresa organiza os seus processos para criar valor para o cliente. É uma ferramenta de gestão que permite alinhar a estratégia com a execução. No caso do Conselho Federal de Psicologia (CFP), ela representa as respostas institucionais às demandas de suas partes diretamente envolvidas e da sociedade, sempre com foco no interesse público.

Assim, por meio de modelo representativo, é identificado e apresentado o conjunto de atividades e o valor público gerado, que corresponde às respostas efetivas às necessidades e demandas de interesse público das psicólogas, psicólogos e da sociedade, que são os legítimos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela autarquia.

Os macroprocessos, por sua vez, oferecem uma visão abrangente das atividades institucionais, englobando múltiplos setores, departamentos e funções. São processos de grande impacto para a organização e estão diretamente relacionados aos serviços prestados.

O diagrama de macroprocessos do Conselho ilustra, de forma visual, os principais fluxos de trabalho da instituição, evidenciando como as diferentes atividades se interconectam e contribuem para os objetivos do CFP. Assim, o valor público gerado por cada macroprocesso pode ser compreendido como os benefícios tangíveis ou intangíveis que essas atividades proporcionam às partes interessadas.

MACROPROCESSOS

Regulamentar
Atos Normativos

Orientar
Notas Técnicas, RT Crepop, publicações técnicas, eventos formativos e pareceres

Disciplinar
Julgar em 2ª instância

Fiscalizar
Monitoramento das fiscalizações dos CRPs

Órgão Consultivo em Psicologia
Incidência política objetivando a valorização da Psicologia enquanto ciência e profissão

Governança e Gestão
Comunicação institucional, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Pessoas, Controle interno, Orçamento, Finanças e Contabilidade

VALOR PÚBLICO

CREDIBILIDADE

ÉTICA

QUALIDADE TÉCNICO
CIENTÍFICA

COMPROMISSO COM
O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

PSICOLOGIA: CIÊNCIA
E PROFISSÃO

EFETIVIDADE NA
GESTÃO

MODELO DE NEGÓCIO

Um diagrama do modelo de negócio é uma ferramenta importante para visualizar e comunicar, de maneira direta e objetiva, os diferentes aspectos que compõem a forma de organização de um determinado negócio. Trata-se de uma representação gráfica que expressa o meio como uma instituição cria, entrega e captura valor.

No caso do CFP, seu modelo de negócio demonstra como os insumos são transformados em produtos e impactos por meio das atividades realizadas para atingir seus objetivos estratégicos e gerar valor para suas partes interessadas e para a sociedade. O Conselho apresenta esse modelo por meio de um diagrama, permitindo compreender como os diversos recursos da instituição são utilizados estrategicamente para oferecer serviços aos seus públicos e promover impactos positivos na sociedade.

NOSSOS RECURSOS

PESSOAL, CONHECIMENTO E DIVERSIDADE

- 22 conselheiras(os)
 - 15 Conselheiras
 - 07 Conselheiros
- 122 trabalhadores
 - 64 homens na força de trabalho
 - 58 mulheres na força de trabalho
 - 13 mulheres em cargo de chefia
- 24 estagiárias(os)
 - 16 estagiárias mulheres
 - 08 estagiários homens
- Programa QVT :
 - 10 ações educativas afirmativas
 - 100% de trabalhadores qualificados em ações de endomarketing

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

- 24 CRPs
- 27 entidades nacionais de Psicologia (FENPB)
- 55 colegiados de participação e controle social, articulação e incidência
- 20 Grupos de Trabalho Interno
- 26 Grupos de Trabalho APAF
- 7 comissões de trabalho (CDH, CCAT, CCAP, Colegiado do SAPP, CONPAS, CPCP)
- 7 comissões do CREPOP
- 4 Comitês (PEPSIC, Coordenação Nacional de Implementação da Lei 13.935/2019, TI, Portal
- 138 fornecedores

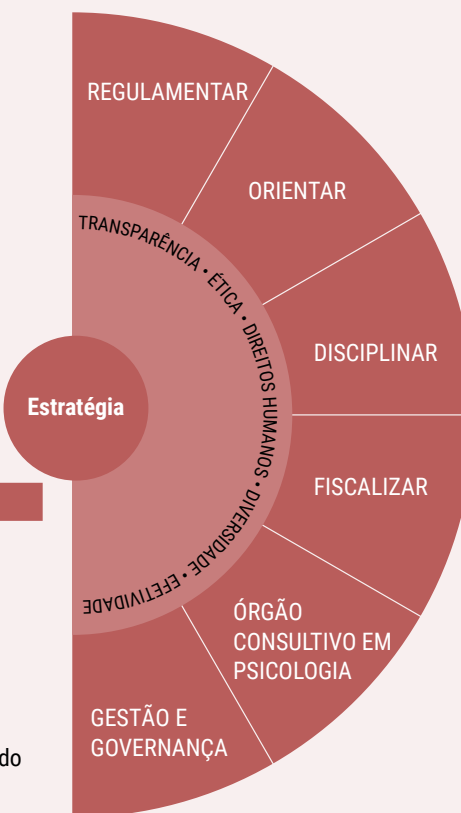
TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 99% disponibilidade Rede CFP
- 9.109.113,07 investidos em tecnologia e inovação

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

- Dotação Orçamentária: R\$ 103,1 mi
- Orçamento Empenhado: 82,31% (84,9 mi)
- Despesa Paga: R\$ 81,07 mi

PROCESSOS



RESULTADOS

569.951 profissionais com registro ativo	45.523 pessoas jurídicas ativas	32 testes psicológicos avaliados
3 Atualizações de Normas avaliadas	5 Evidências de Validade avaliadas	232 atos normativos (62 resoluções, 168 portarias e 2 instruções)
62 publicações técnicas (25 relatórios, manuais, cartilhas, 9 notas técnicas, 3 notas de posicionamento, 5 RTs (3 novas/revisão e 2 traduções), 1 revista PCP e 1 revista Diálogos, 20 pareceres)		
51 processos éticos julgados em segunda instância	69 processos administrativos julgados em segunda instância	546 eventos realizados, com participação ou apoio institucional
4.172 participações em eventos e representações	101 inscrições no Prêmio Sylvania Leser de Práticas Inovadoras	72 inscrições no Prêmio Virgina Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista
49 inscrições no Prêmio Avaliação Psicológica e Justiça Social	178 inscrições na Mostra de Práticas Profissionais da RAPs	8 conselhos nacionais de políticas públicas e de direitos (ou similares) com mandatos do CFP
5 Conselhos Consultivos de Frentes Parlamentares do Congresso Nacional com participação permanente do CFP	2.991 demandas de Ouvidoria respondidas	15,2 mi perfis alcançados nas redes sociais
		622 mil seguidores no Instagram
	137 atendimentos à imprensa	2.521 atendimentos de Suporte de TI

IMPACTO

TRIBUTOS

- Tributos Federais R\$ 13.804.386,45
- Tributos Estaduais e Municipais R\$ 332.223,10

EMPREGADOS

- Remuneração/benefícios R\$ 30.280.705,67
- FGTS R\$ 2.220.872,85

FORNECEDORES

R\$ 44.382.693,74

REPASSES AOS CRPS

- Crepop R\$ 2.175.070,68
- Programa de Apoio às Seções R\$ 1.255.199,76
- Programa de Sustentabilidade R\$ 256.486,68
- Convênio de Publicações R\$ 271.996,30

3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS PARA A GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO

O Conselho Federal de Psicologia desenvolve suas atividades em um ambiente institucional caracterizado por elevada complexidade normativa, política, social, tecnológica e organizacional, no qual fatores internos e externos influenciam a capacidade de cumprir suas finalidades legais, coordenar o Sistema Conselhos de Psicologia, responder às demandas da sociedade e da categoria profissional e gerar valor público por meio de suas ações e políticas institucionais.

Nesse contexto, os processos de planejamento, supervisão, monitoramento, transparência, controle e avaliação realizados ao longo de 2025 permitiram identificar desafios, fatores de risco, oportunidades e perspectivas relevantes para o fortalecimento da atuação institucional do CFP e do Sistema Conselhos de Psicologia. Considerando que a gestão institucional de riscos ainda se encontra em processo de estruturação metodológica, a análise apresentada neste capítulo não corresponde a uma matriz corporativa de riscos formalmen-

te consolidada, mas à identificação dos principais fatores capazes de afetar positiva ou negativamente o alcance dos objetivos estratégicos da autarquia.

Entre os principais riscos institucionais identificados destaca-se a possibilidade de redução da capacidade de coordenação sistêmica entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. Esse risco decorre, principalmente, da diversidade de estruturas organizacionais, capacidades operacionais, fluxos de trabalho, procedimentos e níveis de maturidade institucional existentes entre os Conselhos Regionais. Caso não seja adequadamente enfrentado, pode dificultar a implementação uniforme de diretrizes nacionais, o monitoramento dos resultados do Sistema Conselhos e a consolidação de informações estratégicas em âmbito nacional.

Outro risco relevante está relacionado à produção de informações incompletas, inconsistentes ou de baixa comparabilidade para fins de monitoramento

institucional, tomada de decisão, transparência e prestação de contas. Entre os fatores associados a esse risco destacam-se os desafios relacionados à governança de dados, à integração tecnológica, à padronização de registros e à consolidação de indicadores nacionais capazes de demonstrar, de forma objetiva, os resultados produzidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Também merece destaque o risco de insuficiente capacidade institucional para responder, de forma tempestiva e estruturada, às crescentes exigências relacionadas à governança pública, integridade, transparência, proteção de dados, prestação de contas e supervisão institucional. Esse cenário pode impactar a capacidade da autarquia de demonstrar resultados, evidenciar a geração de valor público e atender às expectativas da sociedade e dos órgãos de controle.

Somam-se a esses fatores os desafios associados ao estágio de maturidade

dos mecanismos de gestão de riscos e controles internos. Embora importantes avanços tenham sido alcançados ao longo dos últimos anos, persistem oportunidades de aprimoramento relacionadas à formalização de políticas, definição de responsabilidades, desenvolvimento de indicadores, construção de metodologias e implementação de mecanismos permanentes de monitoramento e tratamento dos riscos institucionais.

Nesse cenário, os riscos relacionados à coordenação sistêmica, à governança de dados, à produção de informações estratégicas e ao atendimento das exigências dos órgãos de controle apresentam maior relevância institucional, uma vez que podem impactar diretamente a capacidade do CFP de monitorar resultados, prestar contas à sociedade, apoiar a tomada de decisão e exercer suas competências legais de orientação, coordenação e supervisão do Sistema Conselhos de Psicologia.

Principais oportunidades identificadas

O ambiente externo apresenta oportunidades relevantes para qualificar a atuação institucional do Conselho Federal de Psicologia e ampliar sua capacidade de gerar valor público.

A crescente centralidade da saúde mental nas agendas públicas, privadas e comunitárias constitui uma das principais oportunidades para ampliação da contribuição social da Psicologia. Temas relacionados ao sofrimento psíquico, à saúde mental no trabalho, à prevenção de violências, à promoção da qualidade de vida, à atenção psicossocial e ao bem-estar têm ocupado espaço cada vez mais relevante nos debates nacionais e internacionais, ampliando a demanda por conhecimento técnico-científico e pela participação qualificada da Psicologia na formulação e acompanhamento de políticas públicas.

Também se destaca a ampliação dos espaços de participação institucional em políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, direitos humanos, justiça, segurança pública e trabalho. Esse contexto cria oportunidades para o fortalecimento da incidência técnica

e política do Sistema Conselhos de Psicologia, ampliando sua capacidade de contribuir para a formulação de soluções voltadas à garantia de direitos, à proteção social e à promoção da cidadania.

Outra oportunidade relevante decorre do crescente reconhecimento da importância da ciência, da produção de evidências e da qualificação técnica dos processos decisórios. Esse cenário favorece a atuação institucional do CFP na defesa de práticas profissionais fundamentadas em referenciais científicos, éticos e técnicos, fortalecendo a legitimidade social da profissão e das instituições que a regulam.

Destacam-se ainda as oportunidades associadas à transformação digital, ao desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, à ampliação do acesso à informação e à crescente valorização da transparência pública. Esses fatores criam condições favoráveis para o aprimoramento dos mecanismos de comunicação institucional, monitoramento de resultados, prestação de contas, supervisão sistêmica e produção de conhecimento sobre a profissão e sua contribuição para a sociedade.

No âmbito interno, os desafios relacionados à coordenação sistêmica tam-

bém revelam oportunidades para aprimorar a integração entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, para a construção de indicadores nacionais, para a consolidação da governança de dados e para o desenvolvimento de mecanismos mais consistentes de monitoramento, avaliação e aprendizagem institucional.

Para aproveitar as oportunidades identificadas, tanto no ambiente externo quanto no âmbito do Sistema Conselhos, o CFP vem adotando iniciativas voltadas ao fortalecimento de sua participação institucional em espaços de formulação de políticas públicas, à produção e disseminação de conhecimento técnico-científico, ao aprimoramento dos mecanismos de transparência e prestação de contas e ao desenvolvimento de instrumentos de integração, monitoramento e coordenação sistêmica entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais.

Contribuições das estruturas institucionais de controle, transparência e participação

O CFP dispõe de estruturas institucionais consolidadas que contribuem para a identificação de riscos, oportunidades de melhoria e demandas das partes interessadas, fortalecendo a trans-

parência, a participação social e os mecanismos de controle institucional.

A Ouvidoria exerce papel relevante como instrumento de escuta ativa, participação social e controle social, atuando como canal permanente de interlocução entre a autarquia, a categoria profissional e a sociedade. No exercício de 2025, foram gerados e encerrados 2.991 processos de Ouvidoria, todos formalizados por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assegurando rastreabilidade, transparência e celeridade aos atendimentos realizados. No mesmo período, foi realizado o Encontro Nacional de Ouvidorias do Sistema Conselhos de Psicologia, com a participação do CFP e dos 24 Conselhos Regionais, além de reuniões voltadas à padronização de procedimentos e ao fortalecimento da atuação sistêmica das Ouvidorias.

A Auditoria Interna, igualmente consolidada na estrutura institucional, manteve sua atuação independente de avaliação e assessoramento. Em 2025, foram realizadas dez auditorias, sendo nove em Conselhos Regionais de Psicologia e uma no âmbito do Conselho Federal de Psicologia. As avaliações abrangeram processos finalísticos, controles administrativos, transparência, conformidade e acompanhamento

de demandas dos órgãos de controle, produzindo subsídios relevantes para o aprimoramento da governança, dos controles internos, da supervisão institucional e da conformidade normativa.

As informações produzidas por essas estruturas, articuladas aos processos de planejamento e monitoramento desenvolvidos pelas diversas áreas da autarquia, contribuíram para ampliar a compreensão institucional acerca dos desafios, riscos e oportunidades relacionados à atuação do CFP e do Sistema Conselhos de Psicologia.

Perspectivas institucionais

Como resposta aos riscos identificados e com o objetivo de aproveitar as oportunidades observadas no ambiente institucional, o CFP iniciou, em 2025, a implementação da Solução de Governança Institucional, concebida como um processo de reordenamento organizacional voltado ao fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia, monitoramento, controle, integridade, transparência e accountability.

Ao longo do exercício foram intensificadas ações de planejamento, articulação institucional, alinhamento técnico, construção normativa e capacitação relacionadas ao Projeto de Governança

Institucional, criando as bases para a evolução da arquitetura organizacional da autarquia e para o fortalecimento de seus mecanismos de coordenação, supervisão e controle.

Uma das principais perspectivas para os próximos exercícios consiste na consolidação de uma estrutura organizacional mais aderente às boas práticas de governança pública e ao modelo das Três Linhas, contemplando a integração das funções já consolidadas de Ouvidoria e Auditoria Interna com novas estruturas voltadas à Controladoria, Integridade e Corregedoria.

Essas iniciativas deverão fortalecer a capacidade institucional de monitoramento, conformidade, gestão de riscos, governança de dados, responsabilização administrativa, transparência e prestação de contas, ampliando a capacidade do CFP de coordenar o Sistema Conselhos de Psicologia, acompanhar resultados institucionais e responder às exigências crescentes da sociedade e dos órgãos de controle.

As perspectivas para os próximos exercícios apontam, ainda, para o amadurecimento progressivo da gestão de riscos, o fortalecimento da governança de dados, a ampliação da integração tecnológica, o aperfeiçoamento dos meca-

nismos de monitoramento e avaliação institucional e a consolidação de um modelo de governança cada vez mais orientado por evidências, alinhado às boas práticas da administração pública e comprometido com a geração de valor público para a sociedade e para a categoria profissional.

4

ACÇÕES

DESENVOLVIDAS



PLANO DE AÇÃO 2024-2025

Acompanhamento de metas

Plano de Ação CFP 2024-2025 ACOMPANHAMENTO DAS METAS



Pág. 1:
Geral CFP

Pág. 2:
GTEC_Subáreas

Pág. 3:
STEC_Temas

Eixo Estratégico

Todos

Status das Ações

A iniciar

Atrasado

Concluído

Em execução

Área Responsável

Todos

Escolher SEMESTRE a analisar:

% Evolução Metas 2024_1o Semestre

% Evolução Metas 2024_2o Semestre

% Evolução Metas 2025_1o Semestre

% Evolução Metas 2025_2o Semestre

% de Evolução das Metas no SEMESTRE
(escolhido à esquerda)

90,14%

Objetivo Estratégico

Todos

Grau de Prioridade

Todos

Status das Ações

Concluído 62,41%

Em execução 18,8...

Atrasado 16,...

A iniciar

% de Evolução das Metas ANO 2024

109,02%

% de Evolução das Metas ANO 2025

92,42%

Quantidade de Ações

533

Descrição da Ação

Search

Indicador quantitativo

Search

% de Evolução das Metas ACUMULADO 2024-2025

99,60%

Item	Área Resp.	Eixo Estrat.	Descrição da Ação	Nível de Prioridade	Indicador (Quantitativo)	Meta 1º SEM/2024 PREVISTA	Meta 1º SEM/2024 REALIZADA	% Evolução Metas 2024_1o Semestre	Meta 2º SEM/2024 PREVISTA
ASPAR.001	ASPAR	IP	Contratar estudo técnico acerca do impacto financeiro e orçamentário da aprovação da jornada de trabalho de 30 horas e do piso salarial da categoria.	Alta	Número de estudos técnicos realizados	2,00	2,00	100,00%	0,00
ASPAR.002	ASPAR	IP	Garantir representação do CFP, com tempo de exposição, em eventos do Congresso Nacional cujas pautas se relacionem às condições da formação e do exercício profissional.	Média	Número de eventos com representação do CFP	11,00	13,00	118,18%	9,00

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Objetivo estratégico

Assegurar o aprimoramento da orientação e normatização do exercício profissional, em conformidade com os parâmetros técnicos, científicos e éticos, frente aos grandes desafios enfrentados pela sociedade brasileira e às mudanças impostas pela dinâmica social e pelo avanço das ciências e da tecnologia.

Uso de telas por crianças e adolescentes

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou publicação voltada à categoria, com orientações para a atuação de psicólogos e psicólogas em diferentes contextos sobre o uso de dispositivos digitais por crianças e adolescentes. A iniciativa teve origem no convite recebido pelo CFP para integrar o grupo de trabalho do governo federal responsável pela elaboração de um guia sobre o uso consciente de telas.

A partir de então, o Conselho constituiu um GT interno, com a participação de conselheiras e pesquisadoras externas. O texto preliminar do guia foi submetido à avaliação de representantes de entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e, após os aprimoramentos decorrentes, apresenta-



do em congressos científicos e disponibilizado à categoria em formato digital e impresso.

Articulada aos debates em curso em espaços como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Fórum Nacional dos Direitos da Criança (FNDCA) e a Coalizão Bra-

sileira pelo Fim da Violência, a publicação respondeu às demandas da categoria frente às contemporâneas formas de adoecimento mental e às violações associadas ao uso da internet, em especial entre crianças e adolescentes. A iniciativa contribuiu ainda para o fortalecimento das relações institucionais do CFP com pesquisadoras, entidades da sociedade civil e o governo federal.

Implementação da Lei nº 13.935/2019: avanços e desafios em 2025

O Conselho Federal de Psicologia atuou, ao longo de 2025, na representação institucional junto ao Comitê de Coordenação Nacional de Implementação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a presença de psicólogas(os) e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. O período foi marcado pelo lançamento, em



conjunto com o Ministério da Educação (MEC), do Documento de Subsídios para a Implementação da Lei; pela realização do 2º Encontro Nacional das Comissões de Educação do Sistema Conselhos; e por contribuições ao novo Plano Nacional de Educação 2025–2035 – além de promoção de Sala Temática durante o 7º Congresso Brasileiro de Psicologia.

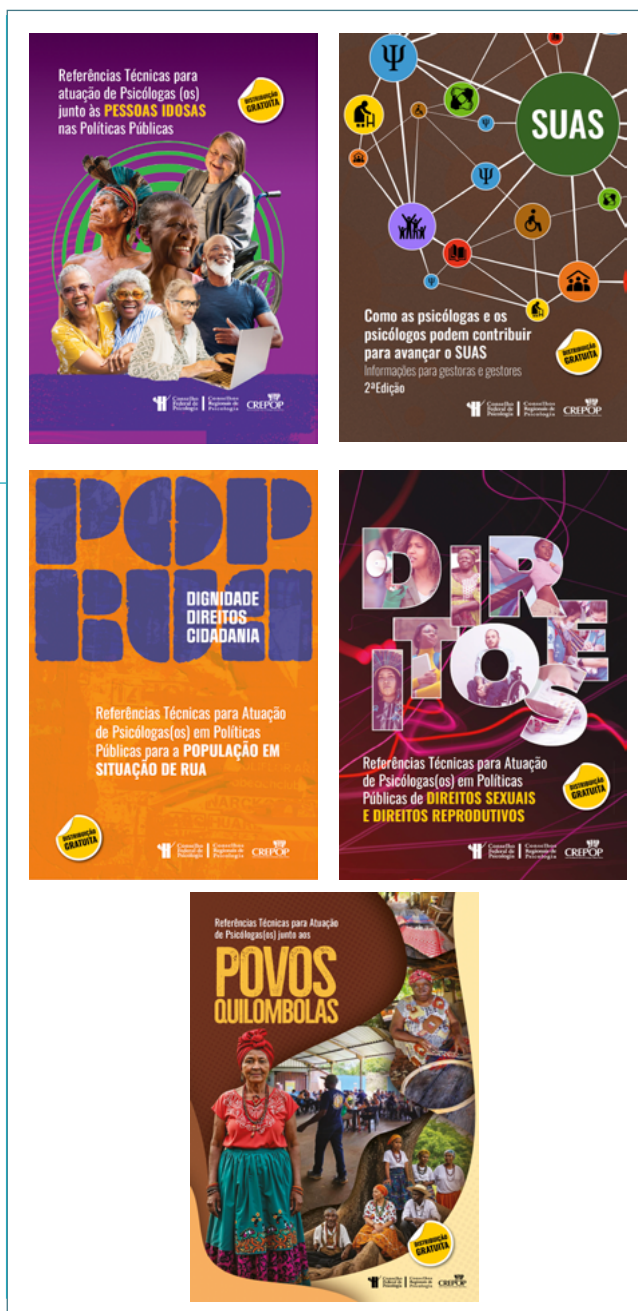
Foram ainda concluídos o texto da 3ª edição da cartilha Psicólogas e Assistentes Sociais nas Escolas e a nova edição das Referências Técnicas de Educação Básica do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), ainda não publicada. O cenário exigiu vigilância legislativa permanente frente à proliferação de proposições correlatas que representavam risco de fragmentação da política e de invisibilização da especificidade da atuação psicossocial.

A Coordenação Nacional respondeu com atuação articulada junto ao Congresso Nacional e ao Executivo Federal, emitindo ofícios a relatores e solicitando posicionamentos oficiais ao MEC. Embora o reconhecimento das(os) psicólogas(os) como trabalhadoras(es) da educação e o financiamento específico para a implementação da Lei ainda não tenham sido alcançados, as ações consolidaram o Documento de Subsídios como referência nacional e reforçaram a capilaridade da pauta junto aos Conselhos Regionais.

Lançamento de Referências Técnicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) publicou, ao longo de 2025, cinco referências técnicas voltadas à qualificação da prática profissional em políticas públicas: Atuação junto às Pessoas Idosas; Atuação em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua; Atuação junto aos Povos Quilombolas; Atuação em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e a segunda edição de Como as Psicólogas e os Psicólogos podem contribuir para avançar o SUAS.

As publicações foram amplamente reconhecidas pela categoria, com registros de inserção das RTs em planos de aula, evidenciando o seu impacto na formação profissional. Restrições orçamentárias atípicas, contudo, impediram que duas delas fossem impressas e distribuídas aos conselhos regionais. O processo evidenciou a necessidade urgente de reformulação do funcionamento das comissões do Crepop, com vistas à redução dos prazos de elaboração das referências.



Premiação e memória profissional na RAPS

O CFP publicou os Anais da I Mostra Nacional de Práticas Profissionais na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), reunindo sete práticas profissionais e três manifestações artístico-culturais vencedoras da etapa nacional, além de experiências premiadas nas etapas estaduais em todo o País. A publicação integra a campanha “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje e sempre!”, realizada pelo CFP por meio do Crepop. Seu objetivo é registrar e disseminar práticas exitosas no SUS/RAPS, fomentando a troca de experiências entre profissionais de diferentes regiões brasileiras.

A cerimônia de premiação foi realizada presencialmente no primeiro dia do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Enabrapso), em Manaus. Embora a publicação e a premiação tenham sido bem recebidas, a adesão da categoria à Mostra ainda ficou aquém do esperado, evidenciando que as adequações ao formulário de participação não foram suficientes para mobilizar o número desejado de inscrições – desafio que aponta para a necessidade de estratégias de engajamento mais efetivas em edições futuras.





Diálogos digitais sobre direitos e gênero

O Conselho Federal de Psicologia realizou live de lançamento das Referências Técnicas de Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos e Mulheres em Situação de Violência. O evento contou com a participação das especialistas que escreveram as referências, conselheiras do Plenário e representantes da Rede Crepop reunidas presencialmente em Brasília. O encontro, transmitido pelo canal do YouTube do CFP e disponível para acesso posterior, registrou

ampla participação de profissionais de diferentes regiões do País, evidenciando o potencial dos formatos digitais para a democratização do acesso às orientações técnicas e o alcance de territórios distantes dos grandes centros.



Internacionalização do conhecimento técnico do Crepop



Como parte da agenda de internacionalização da Psicologia brasileira, o Conselho Federal de Psicologia traduziu para o espanhol um conjunto de Referências Técnicas do Crepop, para oferecer subsídios técnicos para a atuação profissional em políticas públicas a países da América Latina e demais nações de língua hispânica. As duas primeiras publicações foram apresentadas no congresso da Associação Latino-americana para a Formação e o Ensino da Psicologia (Alfepesi), despertando interesse de pesquisadores e conselhos profissionais da região pelo modelo de produção de conhecimento do CFP.

Embora sete traduções tenham sido realizadas, apenas duas foram efetivamente publicadas no site do Conselho até o encerramento do período, evidenciando a sobrecarga do setor responsável pela editoração final e a necessidade de planejamento integrado que envolva todas as áreas responsáveis desde o início das ações. O processo também revelou que a tradução técnica exige mais do que a transposição linguística, demandando revisão conceitual para que referências do contexto brasileiro – como o SUAS e a RAPS – sejam compreensíveis ao público internacional. Os resultados alcançados reforçam o papel de liderança técnica do CFP no cenário regional e ampliam o diálogo sobre políticas públicas na América Latina.



Participação em eventos científicos

O CFP, por intermédio do Crepop, marcou presença em eventos científicos nacionais e internacionais de referência para a Psicologia, como a Alfepesi, a Ulapsi, o Enabrapso e o Congresso Brasileiro de Psicologia, por meio da apresentação de simpósios e mesas redondas sobre sua metodologia de pesquisa e os dados produzidos nos ciclos nacionais. A participação nesses espaços contribuiu para o reconhecimento acadêmico da metodologia do Crepop como produção de conhecimento técnico-científico de rigor, consolidando o Centro como referência para a Psicologia social e para a Psicologia latino-americana, e potencializando a inserção das referências técnicas nos currículos de graduação.

Gestão da rede e nova metodologia do Crepop

O Crepop concluiu, em 2025, a revisão da sua metodologia de produção de referências técnicas (RTs), incorporando a perspectiva da curadoria e abordagens decoloniais e interseccionais como fundamentos do processo de pesquisa. O trabalho foi desenvolvido ao longo do ano por meio de duas reuniões nacionais presenciais, que serviram tanto para a pactuação do plano de trabalho quanto para a qualificação da rede, e resultou em um documento finalizado em novembro de 2025, com novos fluxos mais ágeis para a produção das RTs. A revisão foi validada coletivamente pela categoria e por técnicos da rede, que reconheceram a importância da desconstrução de modelos positivistas de pesquisa.

A principal lição do processo foi a necessidade de tratar cada pesquisa como uma curadoria singular, adaptando o método às especificidades de cada política pública abordada. Em 2026, será realizada uma pesquisa-piloto utilizando a nova metodologia, marcando a transição para um novo ciclo de produção de conhecimento do Crepop.

Avaliação psicológica: atuação do Satepsi

O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) analisou, ao longo de 2025, um total de 40 instrumentos, incluindo 32 testes psicológicos, três atualizações de normas, três estudos de evidências de validade e dois estudos de equivalência de plataformas informatizadas.

Entre os testes psicológicos avaliados, 20 receberam parecer favorável e 12, desfavorável. Os pareceres finais são disponibilizados nas listas do Satepsi e resultam de análise conduzida pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP), com deliberação final pelo Plenário do CFP, conforme os critérios técnico-científicos estabelecidos na Resolução CFP nº 31/2022.

A atuação do Satepsi é reconhecida pela categoria como fundamental para garantir a qualidade científica e ética dos instrumentos psicológicos, fortalecendo a prática profissional e protegendo a sociedade contra o uso de testes não qualificados. Mais uma vez reafirmou-se a necessidade de contínuo aprimoramento do sistema.



Encontro Nacional das Comissões de Avaliação Psicológica

O Conselho Federal de Psicologia realizou, nos dias 28 e 29 de março de 2025, em Brasília, o primeiro Encontro Nacional das Comissões de Avaliação Psicológica do Sistema Conselhos de Psicologia, reunindo representantes de todo o País para debater avanços, desafios e a atualização de normas técnicas na área.

A programação contemplou mesa-redonda sobre o Satepsi e debates temáticos sobre avaliação psicológica em concursos públicos, manuseio de armas de fogo e perícia no trânsito, além da apresentação e discussão de documentos de referência da CCAP, incluindo pareceres, atualizações normativas e orientações técnicas e jurídicas.

A iniciativa contribuiu para o avanço na integração nacional da área, evidenciando a relevância da avaliação psicológica em contextos diversos e a necessidade de maior uniformidade técnica e normativa entre os Conselhos Regionais. Como resultados, destacam-se a identificação de entraves comuns, o fortalecimento institucional da área e a consolidação de encaminhamentos para ações estratégicas futuras, reforçando o papel estratégico da cooperação entre o CFP e os CRPs para qualificar a atuação profissional em todo o Brasil.





Nota Técnica sobre a ABA

O Conselho Federal de Psicologia publicou a Nota Técnica nº 23/2025, elaborada em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental,

para orientar a prática da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O documento reúne diretrizes fundamentadas em princípios éticos e científicos, com ênfase na qualificação contínua das(os) profissionais, na atuação responsável e na articulação interdisciplinar para assegurar cuidado integral às pessoas autistas. O lançamento ocorreu durante seminário temático realizado pelo CFP em junho de 2025.

A recepção da nota foi positiva quanto ao seu caráter orientativo e regulatório, mas trouxe também preocupações relacionadas a eventuais ambiguidades interpretativas e ao risco de uso indevido para a precarização do trabalho psicológico. Diante disso, o CFP instituiu, em dezembro de 2025, um grupo de trabalho da APAF para revisar os pontos que têm gerado insegurança – especialmente sobre a atuação de

aplicadores, a participação de estudantes e as atribuições privativas da Psicologia –, ao mesmo tempo em que promove diálogos com entidades externas para subsidiar o aprimoramento do documento.

Guia de orientação ao uso de dispositivos digitais

O Conselho Federal de Psicologia publicou o guia “A Psicologia frente ao mundo digital: orientações para a atuação profissional com crianças e adolescentes”, elaborado pelo grupo de trabalho sobre o uso consciente de telas e dispositivos digitais. O material apresenta diretrizes e referenciais para a prática profissional de psicólogas e psicólogos diante dos impactos das tecnologias digitais na saúde mental e no desenvolvimento infantojuvenil, abordando desde contextos de uso e direitos digitais até questões de bem-estar, riscos e oportunidades no ambiente virtual.

A publicação foi lançada durante o simpósio “Uso de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes: problematizações e orientações”, realizado no âmbito do 7º Congresso Brasileiro de Psico-



logia: Ciência e Profissão, em Brasília, em novembro de 2025. A construção do guia resultou de um esforço coletivo e interinstitucional, reforçando o papel do CFP na articulação com outras áreas e na contribuição para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento saudável e ao bem-estar digital de crianças e adolescentes.

Resolução sobre atuação com pessoas intersexo

Ao longo de 2025, o grupo de trabalho responsável pela temática dedicou-se à elaboração da versão comentada da Resolução CFP nº 16/2024, que estabelece normas de atuação profissional em relação às pessoas intersexo.

A iniciativa partiu da compreensão de que, por se tratar do primeiro documento de uma categoria profissional inteiramente dedicado à defesa dessa população, era necessário especificar e destrinchar os elementos da normativa, de modo a reforçar uma atuação ética e informada por parte das(os) psicólogas(os).

A resolução original, elaborada em 2024, foi bem recebida pela categoria, e espera-se que a versão comentada contribua para elucidar eventuais dúvidas em sua aplicação. A minuta encontra-se em fase de diagramação e será publicada em breve.

Nota técnica sobre violência de gênero

O Grupo de Trabalho Política para Mulheres, da APAF (Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças), realizou duas reuniões em 2025, com o objetivo de elaborar e finalizar a nota técnica sobre a atuação profissional de psicólogas(os) com mulheres em situação de violência. A primeira, realizada remotamente em 27 de março, foi dedicada ao alinhamento conceitual e metodológico do grupo, com ênfase nas reflexões teóricas sobre violência psicológica e na articulação entre prática profissional, normativas do CFP e demandas da COF.

A segunda, realizada presencialmente nos dias 3 e 4 de abril, foi destinada à revisão e consolidação do documento, com a incorporação de fundamentos legais e normativos e orientações sobre o reconhecimento das diferentes formas de violência de gênero, incluindo aquelas frequentemente invisibilizadas. A Nota Técnica nº 25 – Atuação Profissional da Psicóloga com Mulheres em Situação de Violência foi publicada em julho de 2025.





O documento tem como objetivo qualificar o cuidado psicológico às mulheres em diferentes contextos de violência, oferecendo diretrizes éticas sobre sigilo, notificação compulsória e limites da atuação profissional, além de promover uma reflexão crítica e interseccional sobre a violência de gênero em suas intersecções com raça, orientação sexual, identidade de gênero, território e condição socioeconômica. O processo evidenciou que momentos prévios de alinhamento conceitual favorecem a produtividade e a qualidade das etapas coletivas de elaboração, e que a integração entre diferentes perspectivas das participantes fortalece o conteúdo técnico e amplia a sua aplicabilidade.

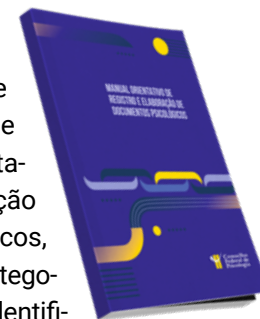
Psicologia e a geopolítica das violências contra as mulheres

O Conselho Federal de Psicologia realizou, entre 31 de julho e 2 de agosto de 2025, o Germinário Latino-Americano “Psicologia e a Geopolítica das Violências contra as Mulheres na América Latina e Caribe”, como parte da programação do X Congresso da Ulapsi (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia). A atividade foi estruturada em três eixos temáticos: diálogos horizontais entre presidentas de entidades latino-americanas, análise dos impactos do avanço da extrema-direita sobre os direitos das mulheres na região e debate sobre violência institucional e justiça reprodutiva.

A iniciativa destacou-se pela abordagem crítica e regionalizada, que evidenciou conexões entre política, geopolítica e prática psicológica. Como resultados, o Germinário fortaleceu o debate sobre violência de gênero sob uma perspectiva interseccional e geopolítica, promoveu o intercâmbio entre profissionais e lideranças de diferentes países e contribuiu para a consolidação de redes regionais comprometidas com os direitos humanos. A experiência reforçou a importância de garantir continuidade a espaços internacionais de diálogo e cooperação no campo da psicologia latino-americana.

CFP lança Manual de Orientação de Registro

O CFP lançou, durante o 7º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em novembro de 2025, o Manual de Orientação de Registro e Elaboração de Documentos Psicológicos, disponibilizado a toda a categoria. O material surgiu da identificação, por meio da Secretaria de Orientação e Ética e da Ouvidoria do CFP, de demandas recorrentes relacionadas à produção documental, evidenciadas por queixas e processos éticos.



A publicação sistematiza as normativas vigentes e detalha as diferentes modalidades de documentos psicológicos – declaração, atestado, relatório, laudo e parecer –, apresentando exemplos práticos, quadros comparativos e orientações sobre linguagem, validade, guarda e descarte, com atenção às especificidades de contextos como serviços-escola, estágios, sistema de justiça e políticas públicas.

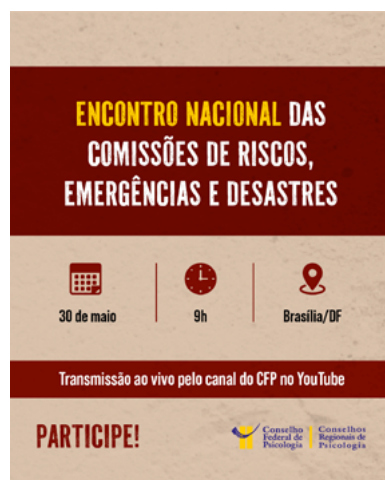
A iniciativa reforça que a escuta qualificada das demandas da categoria, aliada à sistematização de normativas com exemplos didáticos, é fundamental para o desenvolvimento de instrumentos orientadores eficazes.

Encontro Nacional das Comissões de Riscos, Emergências e Desastres

O CFP realizou, em maio de 2025, o Encontro Nacional das Comissões de Riscos, Emergências e Desastres, reunindo especialistas e profissionais da área para debater as diversas fases da gestão de riscos, com ênfase na atuação da psicologia desde a prevenção até a reconstrução pós-desastre.

O primeiro dia do evento foi transmitido pelo canal oficial do CFP no YouTube e contemplou mesas temáticas sobre comunicação de riscos, políticas públicas, interseccionalidade e saúde mental comunitária. O segundo dia foi dedicado ao diálogo interno entre integrantes das comissões regionais de emergências e desastres, com o objetivo de discutir as diferentes realidades regionais e alinhar as ações do CFP e dos Conselhos Regionais na gestão integral de riscos.

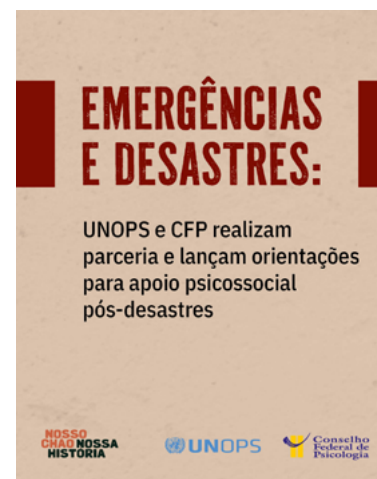
Como principal resultado, o encontro culminou na consolidação e validação do Protocolo de Ações do Sistema Conselhos para Emergências e Desastres, estabelecendo fluxos operacionais seguros e coordenados para a atuação da Psicologia em contextos de crise.



Parceria CFP e UNOPS: orientações para apoio psicossocial pós-desastres

O Conselho Federal de Psicologia e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) lançaram, em maio de 2025, uma nota técnica e uma cartilha com diretrizes sobre saúde mental e apoio psicossocial comunitário no contexto da reparação de danos extrapatrimoniais. Os documentos foram elaborados a partir do desastre socioambiental causado pela atividade mineradora da Braskem em Maceió e têm como objetivo subsidiar a atuação de psicólogas e psicólogos em organizações da sociedade civil, coletivos e lideranças locais na reparação de danos morais coletivos. A publicação surgiu no âmbito do Programa Nosso Chão, Nossa História, operacionalizado pelo UNOPS, em Maceió (AL).

Os materiais apresentam conceitos como danos extrapatrimoniais, deslocamento forçado e reparação de impactos, além de orientar profissionais sobre abordagens em contextos semelhantes, com ênfase na convivência comunitária, no fortalecimento dos laços sociais e na participação das populações atingidas. Bem recebidos pela



categoria e por outros profissionais da área, os documentos reforçam que parcerias institucionais com organismos internacionais ampliam o alcance e a qualidade das produções do CFP.

Encontro com as CARPEs

Em 11 de dezembro de 2025, o CFP realizou reunião online com as CARPEs para apresentar a minuta do manual da Resolução CFP nº 23/2022 e debater o entendimento sobre “áreas correlatas” previstas na normativa, tema que tem sido central especialmente em relação ao registro de especialista em Psicologia do tráfego. A reunião gerou contribuições significativas das comissões regionais, e a minuta do manual deverá passar por nova revisão antes de ser finalizada.

A alta adesão das CARPEs ao encontro evidencia a grande demanda dessas comissões por sistematização, orientação e padronização dos procedimentos de concessão do registro de especialista. A experiência aponta para a necessidade de maior regularidade nesses encontros, para promover integração e convergência de entendimentos entre as regiões e subsidiar o aprimoramento contínuo da normativa a partir da experiência concreta das comissões.

Manual da Resolução CFP nº 23/2022

O Manual da Resolução CFP nº 23/2022, em desenvolvimento desde 2022, teve a sua proposta de versão final apresentada na reunião com as CARPEs realizada em dezembro de 2025. O documento incorporou as alterações introduzidas pela Resolução CFP nº 17/2025, que incluiu a residência multiprofissional e em área profissional da Psicologia como categoria para obtenção do registro de título de especialista.

Apesar do esforço concentrado para concluir o trabalho, as contribuições apresentadas pelas CARPEs durante a reunião indicaram a necessidade de nova revisão do texto antes de sua finalização. A experiência reforçou que não é produtivo abreviar etapas do rito administrativo para entregar uma versão final sem que todas as questões relevantes tenham sido devidamente equacionadas. A publicação do manual segue como prioridade para 2026, incorporando os apontamentos das comissões regionais.



GT Censo da Formação: demografia da Psicologia

O GT Formação foi renomeado GT Censo da Formação durante a 40ª plenária realizada em junho de 2025 e passou a contar com a participação de representantes da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e da PUC-Rio. Ao longo do ano, o grupo se reuniu para acompanhar o processo de licitação e o início da pesquisa “Demografia da Psicologia na Última Década (2013–2023): Primeira Análise Longitudinal da Formação e Carreira no Brasil”.

Em outubro de 2025, o Conselho Federal de Psicologia contratou a empresa Evakub Soluções em Tecnologia para realizar o estudo. A primeira fase foi entregue em dezembro de 2025 e consistiu em um levantamento de 401 páginas ba-

seado no Censo da Educação Superior, no ENEM, no ENADE e na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), além dos registros do próprio Sistema Conselhos.

O relatório aborda quatro eixos estruturantes: a dinâmica da oferta de cursos e vagas, o perfil sociodemográfico de estudantes e concluintes, o desempenho acadêmico no ENADE e a inserção de psicólogas e psicólogos no mercado de trabalho formal.

A iniciativa causou grande impacto ao reunir, de forma inédita, dados sobre a trajetória de 345 mil profissionais formados no período, revelando transformações profundas na profissão – como a expansão do ensino privado, a feminização da psicologia, as desigualdades regionais e raciais e diferentes padrões de inserção profissional.

Residência multiprofissional como via para o registro de especialista

Publicada em 3 de julho de 2025, a Resolução CFP nº 17/2025 alterou a Resolução CFP nº 23/2022 para incluir a residência multiprofissional e em área profissional da Psicologia como categoria para obtenção do registro de título de especialista.

A mudança resolveu uma lacuna recorrente, uma vez que psicólogas e psicólogos egressos de programas de residência multiprofissional – modalidade de pós-graduação lato sensu caracterizada pelo ensino em serviço, pela interdisciplinaridade e pela dedicação exclusiva – não dispunham de uma via regulamentada para o reconhecimento de sua especialização pelo Sistema Conselhos.

A resolução foi bem recebida tanto pelos Conselhos Regionais quanto pela categoria em geral. A experiência evidenciou a importância de avaliar com cuidado as consequências da revogação de resoluções anteriores, uma vez que alterações nos fluxos já consolidados podem gerar impactos práticos que precisam ser antecipados e adequadamente comunicados.

CFP lança nova coleção de cartilhas sobre neuropsicologia

O Conselho Federal de Psicologia lançou, durante a XV Reunião Anual do IBNeC, realizada em Recife (PE), entre 25 e 28 de novembro, uma nova coleção de cartilhas sobre a neuropsicologia, que inclui publicações sobre neuropsicologia hospitalar, do esporte, escolar, forense, saúde coletiva e teleneuropsicologia. A produção de orientações técnicas sobre temáticas específicas tem sido bem recebida pela categoria e reforça o papel institucional do CFP como órgão orientador da profissão.

Os documentos foram elaborados pelo Grupo de Trabalho de Neuropsicologia do CFP, com a participação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) e de entidades científicas, como o Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento (IBNeC), a Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBnP), o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) e representantes da ANPEPP.

Neuropsicologia Hospitalar – O material apresenta a neuropsicologia hospitalar como área essencial para compreender e intervir em manifestações cognitivas, emocionais e comportamentais em diversos ambientes hospitalares, abordando a evolução histórica da área e os fundamentos da prática profissional, dentre outros aspectos.

Neuropsicologia Forense – O documento destaca a neuropsicologia forense como área pericial fundamentada na imparcialidade técnico-científica, cuja função é oferecer avaliações rigorosas para subsidiar decisões judiciais nas esferas cível, penal, trabalhista e previdenciária, sempre que houver dúvidas acerca do estado mental, do funcionamento cognitivo ou da integridade comportamental de uma pessoa envolvida em processo judicial.

Neuropsicologia Escolar – Mostra a área como interseção entre a neuropsicologia clínica e a psicologia escolar, propondo-se a compreender e intervir nas relações entre processos neurocognitivos e socioemocionais, contexto educacional e desenvolvimento humano integral.

Neuropsicologia do Esporte – Apresenta como a área integra aspectos cognitivos e neuropsicológicos ao desempenho esportivo, destacando funções como atenção, memória, planejamento, funções executivas e autorregulação como pilares essenciais para a excelência atlética. A cartilha aborda ainda a evolução histórica da área e as suas contribuições.

Teleneuropsicologia – O material apresenta a teleneuropsicologia como campo que integra neuropsicologia e tecnologia para ampliar o acesso a serviços especializados, com qualidade, segurança e responsabilidade ética, alcançando populações em diferentes territórios, inclusive aquelas em situação de vulnerabilidade ou com dificuldades de deslocamento.



LANÇAMENTO



Aponte a câmera do seu celular para o código QR e acesse a publicação



Neuropsicologia e Saúde Coletiva – O documento propõe uma reflexão crítica sobre as interseções entre neuropsicologia e saúde coletiva, defendendo práticas científicas, socialmente comprometidas e eticamente orientadas que reconheçam o impacto dos determinantes sociais na saúde e no funcionamento cognitivo.

Inteligência artificial e Psicologia: nota de posicionamento e cartilhas orientadoras

Em 2025, o GT Interno de Inteligência Artificial na Psicologia produziu três documentos para ampliar o debate sobre o tema de forma ética, técnica e qualificada. O primeiro deles é a “Nota de Posicionamento sobre Inteligência Artificial no Contexto da Prática Psicológica”, publicada em julho, que reafirma a atribuição institucional do CFP de orientar a categoria diante da crescente integração da IA em múltiplos contextos de atuação profissional, ressaltando que o desafio não é adotar ou rejeitar a tecnologia, mas construir formas responsáveis de integrá-la à prática psicológica, com discernimento, supervisão e atualização permanente.

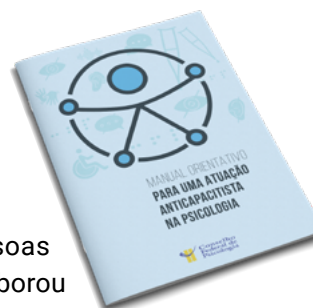
Em dezembro, foram lançadas duas cartilhas complementares. A primeira, “Inteligência Artificial na Psicologia: guia para uma prática ética e responsável”, oferece orientações gerais para auxiliar psicólogas e psicólogos a tomar decisões informadas, proteger usuárias e usuários de serviços psicológicos e garantir uma prática alinhada ao Código de Ética Profissional e às normativas vigentes. A segunda, “Chatbots, Inteligência Artificial e sua Saúde Mental: um guia para navegar com mais segurança na nova fronteira digital”, é dirigida ao público em geral e aborda em sete partes os riscos dessas ferramentas, a segurança nas redes sociais, os direitos da população na era da saúde mental digital e perspectivas para o uso ético da tecnologia no cuidado.



Manual para uma atuação anticapacitista na Psicologia

O GT Interno Pessoas com Deficiência elaborou o “Manual orientativo para uma atuação anticapacitista na psicologia”, publicação que reúne fundamentos éticos, técnicos e políticos para orientar psicólogas e psicólogos em práticas inclusivas em diferentes contextos de atuação. O material apresenta diretrizes sobre atendimento, avaliação biopsicossocial, acessibilidade e enfrentamento ao capacitismo, reconhecendo o papel essencial da Psicologia na consolidação de uma sociedade justa, plural e democrática.

O objetivo é fortalecer o cuidado às pessoas com deficiência a partir de suas múltiplas expressões e singularidades, reconhecendo as barreiras históricas que impedem o exercício pleno da cidadania por parte dessa população. O lançamento oficial ocorreu em 8 de outubro de 2025, durante a participação do CFP no XI Congresso da Associação Latino-Americana para a Formação e o Ensino da Psicologia (Alfepsi), realizado em Maceió (AL). A publicação evidencia que o reconhecimento das especificidades das pessoas com deficiência exige orientação ampla e qualificada para a prática psicológica efetivamente promover dignidade, autonomia e participação social.



Práticas analisadas pelo SAPP em 2025

O Sistema Aluizio Lopes de Brito de Análise de Compatibilidade de Práticas com a Psicologia (SAPP) se configura como um sistema ainda em consolidação, com a expectativa de se firmar como dispositivo estratégico de orientação, qualificação profissional e indução à produção de conhecimento no campo das práticas relacionadas à Psicologia.

Em 2025, foram analisadas duas práticas no âmbito do sistema, conforme os critérios e etapas estabelecidos nas Resoluções CFP nº 15/2023 e nº 08/2024: o EMDR (Eye Movement Desensitization and Reprocessing ou Dessensibilização e Reprocessamento por Movimentos Oculares) e a Neurometria Funcional.

A disponibilização das fichas síntese relativas a essas práticas na plataforma do SAPP permitiu à categoria o adequado conhecimento acerca dos critérios para sua utilização no exercício profissional, contribuindo tanto para a orientação prática quanto para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico sobre essas abordagens.

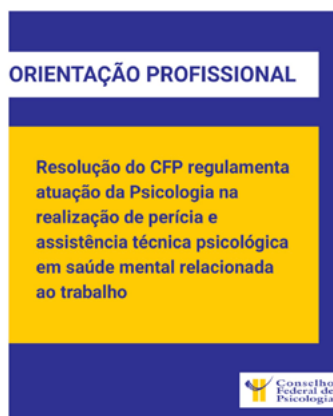
Ao longo do ano, a Comissão Consultiva do SAPP realizou três reuniões, sendo duas em formato presencial e uma virtual, nas quais foram discutidas as práticas em análise e outras pautas relacionadas ao sistema. Os encaminhamentos e sugestões de ações que demandaram análises mais específicas foram reportados à Diretoria e ao Plenário do CFP para apreciação e deliberação. O diálogo contínuo sobre as pautas do SAPP tem contribuído para que a comissão consultiva e o setor técnico compreendam melhor as particularidades e os aspectos implicados no sistema, viabilizando, processualmente, a produção de conhecimento, reflexões e o desenvolvimento de estratégias para sua melhoria e consolidação.



Perícia e assistência técnica em saúde mental relacionada ao trabalho

O CFP publicou, em dezembro de 2025, a Resolução CFP nº 61/2025 e a sua versão comentada, regulamentando o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo na realização de perícia e assistência técnica psicológica em saúde mental relacionada ao trabalho, nos âmbitos judicial e administrativo. O documento é uma das entregas do Grupo de Trabalho Gestão e Saúde Psicossocial e supre uma lacuna normativa relevante, oferecendo segurança ética e jurídica à categoria diante do crescente cenário de adoecimento no trabalho e do aumento das demandas judiciais nessa área.

A normativa estabelece distinção objetiva entre perícia psicológica – procedimento técnico-científico destinado a subsidiar decisões judiciais e administrativas sobre a existência, extensão e impactos de pos-



LANÇAMENTO!

Confira a cartilha CFP **Psicologia Organizacional e do Trabalho**



síveis agravos à saúde mental da trabalhadora e do trabalhador – e assistência técnica psicológica, além de definir os procedimentos técnicos envolvidos, as condições de atuação presencial, remota ou híbrida e os critérios éticos relativos a impedimentos e sigilo. A resolução também reforça a importância da atuação interdisciplinar na construção de diagnósticos, pareceres e estratégias de intervenção que considerem os múltiplos aspectos relacionados à saúde mental e ao ambiente de trabalho.

Cartilha “Psicologia Organizacional e do Trabalho”

O CFP lançou, em junho de 2025, a cartilha “Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT): Você precisa conhecê-la”, uma das entregas do Grupo de Trabalho Gestão e Saúde Psicossocial. O documento foi elaborado com a participação de especialistas ad hoc e redigido com base em diretrizes técnicas, éticas e legais da profissão, para ampliar o conhecimento de estudan-

tes e profissionais da Psicologia sobre os campos de atuação da POT.

O material aborda desde as relações em espaços tradicionais de trabalho, como empresas privadas e órgãos públicos, até contextos emergentes como startups, instituições esportivas e organizações do terceiro setor, além de sugerir práticas de qualificação profissional e caminhos para aprofundamento na área. O lançamento foi realizado em live transmitida pelo canal do CFP no YouTube, com a participação da presidente do CFP, Alessandra Almeida, da consultora em POT Daiane Bentivi, da professora Luciana Mourão Serqueira e Silva, da UERJ e da Universidade Salgado de Oliveira, e do professor emérito e pesquisador colaborador sênior da UnB, Jairo Eduardo Borges-Andrade.

Versão comentada da Resolução CFP nº 14/2023

O CFP lançou em maio a versão comentada da Resolução CFP nº 14/2023, que regulamenta o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo na avaliação de riscos na avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. O documento traduz termos técnicos para uma linguagem acessível e orienta



a categoria para boas práticas na gestão dos riscos ocupacionais, facilitando a integração da resolução ao cotidiano profissional. A avaliação de riscos psicossociais envolve a análise de fatores que impactam diretamente a saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores, como carga excessiva de trabalho, assédio moral, falta de suporte organizacional, insegurança no emprego e conflitos interpessoais.

A publicação ganhou relevância adicional no contexto das recentes mudanças na Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que passou a incluir os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), obrigando empresas a adotarem medidas preventivas contra o adoecimento mental. O lançamento foi realizado em live transmitida pelo canal do CFP no YouTube, mediada pelo presidente do CFP, Pedro Paulo Bicalho, e convidados.



Live

Atuação Profissional

Lançamento de nota técnica com orientações à categoria sobre **prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual no trabalho**

30/04/2025 16h

Transmissão ao vivo pelo canal do CFP no YouTube



Atuação na construção de contextos de trabalho livres de assédio

Em 30 de abril de 2025, em referência ao marco do 1º de Maio, o CFP lançou nota técnica sobre a atuação das psicólogas e dos psicólogos na construção de contextos de trabalho livres de assédio moral relacionado ao

trabalho (AMRT). O documento aborda os conceitos de assédio moral relacionado ao trabalho, as suas formas de manifestação e a legislação aplicável no âmbito do Conselho. Também orienta a atuação profissional em ambientes de trabalho, contemplando temas como diagnóstico organizacional, mapeamento de riscos psicossociais, gestão de conflitos e atendimento às vítimas.

A elaboração do documento contou com a participação de parecerista ad hoc de notório saber no campo, o que contribuiu para a robustez técnica e a legitimidade do texto junto à categoria. A publicação respondeu a uma pressão do campo por orientações mais precisas sobre como a Psicologia pode contribuir para a prevenção, o enfrentamento e a superação do assédio no trabalho, reafirmando o compromisso ético-político da profissão com a visibilização da violência nos ambientes laborais.

Uso assistido de psicodélicos e maconha em contexto psicoterapêutico

Em dezembro de 2025, a APAF aprovou o plano de trabalho institucional do GT Atuação da Psicologia no Uso de Maconha e Psicodélicos em Contexto Terapêutico. O documento apresenta orientações que buscam qualificar a atuação profissional, garantir segurança ética à categoria diante do vazio regulamentar existente e assegurar que o acesso a essas terapias seja tratado como um direito à saúde e um dever do Estado.

O conteúdo do plano é resultado de diversas reuniões e articulações regionais que culminaram na organização do “Congresso Brasileiro de Psicologia, Maconha e Psicodélicos: ética, saberes ancestrais e os caminhos para atuação”, realizado em outubro de 2024, em parceria com a Fiocruz e o Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A aprovação do plano de trabalho foi bem recebida por movimentos sociais e instituições científicas, que a reconheceram como um movimento de vanguarda da Psicologia no enfrentamento à patologização do sofrimento psíquico e na valorização dos saberes ancestrais. Em maio de 2023, a APAF instituiu o GT em resposta ao fenômeno global do “Renascimento Psicodélico”, caracterizado pelo retorno do interesse científico e clínico pela aplicabilidade terapêutica dessas substâncias, exigindo que o Sistema Conselhos se debruçasse sobre as repercussões éticas e normativas desse cenário.

Julgamento de processos administrativos em grau de recurso

O CFP julgou, em 2025, 69 processos administrativos em grau de recurso. A tramitação de cada processo envolve etapas que incluem a checagem inicial da documentação, a produção de relatório expositivo, a análise de regularidade jurídica, a designação de relatoria, a emissão de relatório conclusivo e voto, a inclusão em pauta de julgamento, a assinatura das documentações decorrentes da decisão e, por fim, a devolução do processo ao Conselho Regional de Psicologia de origem.

Com o intuito de favorecer a adequada tramitação e análise dos processos em consonância com as normatizações institucionais vigentes, identificou-se a necessidade de permanente alinhamento junto aos respectivos CRPs, sobretudo quanto à padronização dos processos remetidos ao CFP em grau de recurso. A construção de um normativo específico que disponha sobre a tramitação de processos administrativos no âmbito do CFP, prevista para 2026, deve contribuir para esse propósito.

Revisão da Resolução CFP nº 18/2002 sobre preconceito e discriminação racial

Reeditado em 2022, após a sua criação original em 2012, o Grupo de Trabalho (GT) Relações Raciais do CFP atua na atualização da Resolução nº 18/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. O objetivo é adequá-la aos marcos legais recentes, como o Estatuto da Igualdade Racial, e às complexidades do racismo estrutural e institucional. Entre 2023 e 2025, o GT realizou diversas reuniões e avançou na minuta de revisão da normativa, sem que houvesse, contudo, consenso sobre a sua revogação ou atualização.

Em 2025, dificuldades de agendamento decorrentes da troca de gestão dos conselhos regionais e do CFP limitaram o ritmo dos trabalhos, resultando na realização de apenas uma reunião, em abril. A APAF de dezembro de 2025 reafirmou a necessidade de concluir a revisão, e os trabalhos serão retomados em 2026 com a composição do GT atualizada. O funcionamento desse GT é aguardado com expectativa por todo o Sistema Conselhos, dado o impacto que a atualização da normativa representa para a consolidação de uma Psicologia antirracista comprometida com a promoção da igualdade racial como processo de vigilância constante.

Versão comentada da Resolução CFP nº 17/2022

A elaboração da Resolução CFP nº 17/2022 Comentada foi concluída pelo grupo de trabalho responsável pela temática, após reuniões realizadas entre junho de 2023 e novembro de 2025. O documento está em fase de editoração e será publicado em 2026. A resolução dispõe sobre os parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde.

Espera-se que a publicação contribua para mitigar a resistência de gestores e instituições privadas que alegam desafios logísticos e financeiros para a implementação da

norma, além de dirimir dúvidas quanto ao uso das fórmulas previstas na normativa – uma das principais demandas tanto dos CRPs quanto da categoria e de gestores desde a publicação da resolução.

Ao longo do processo, foram realizadas formações estratégicas voltadas aos CRPs, incluindo um espaço específico no Encontro Nacional COE e COF 2025, em novembro, dedicado à discussão das fórmulas e parâmetros técnicos da resolução. A experiência evidenciou que a formação continuada permite que a fiscalização deixe de ser apenas punitiva e seja orientativa, garantindo que a resolução cumpra o seu papel de elevar o padrão ético do exercício profissional sem inviabilizar o acesso da população aos serviços psicológicos.

Contribuições da Psicologia para uma política de drogas

Nos dias 20 e 21 de novembro de 2025, durante o Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP), foi realizado o seminário “Contribuições da Psicologia para uma Política de Drogas baseada nos Direitos Humanos”. O seu objetivo foi o de subsidiar a futura elaboração de um documento institucional sobre a temática.

O evento reuniu pesquisadores, professores e estudantes em duas mesas de debate: “Psicologia e Cuidado de pessoas que

fazem uso de SPAs: da Clínica ao trabalho na RAPS; e “Psicologia e Redução de Danos: Prevenção e Promoção de Direitos nos campos da Educação e da Saúde do Trabalhador”. As discussões abordaram política de drogas, luta antimanicomial e redução de danos.

O seminário consolidou a redução de danos como um princípio ético e técnico inalienável da Psicologia, evidenciando que uma política de drogas eficaz exige o enfrentamento do racismo estrutural e a superação do modelo de isolamento asilar como paradigma de cuidado.

Diretrizes sobre a atuação da Psicologia no exame criminológico

O GT Psicologia e Segurança Penal elaborou a Nota Técnica nº 32/2025 para subsidiar a categoria profissional diante das recentes mudanças na Lei de Execução Penal (Lei nº 14.843/2024), que tornou obrigatória a realização do exame criminológico para a progressão de regime. O documento apresenta reflexões e diretrizes sobre os desafios éticos e técnicos desse procedimento, que afeta diretamente os direitos das pessoas privadas de liberdade, abordando temas como os limites da atuação psicológica, as condições mínimas para o exame e a vedação de prognósticos e conceitos estigmatizantes.



LANÇAMENTO

Conselho Federal de Psicologia
NOTA TÉCNICA
Nº 32/2025
Diretrizes sobre a atuação de profissionais de Psicologia na realização do exame criminológico

Acesse em cfp.org.br

Conselho Federal de Psicologia

Mais do que um manual técnico, o documento reafirma que o exame criminológico não deve ser instrumento de punição ou estigmatização, mas uma prática voltada à promoção da saúde mental, da dignidade e da individualização da pena. O lançamento ocorreu em live realizada no dia 30 de outubro, coordenada pelo conselheiro federal Pedro Paulo Bicalho, com a participação da psicóloga Maynard Vorga, da pesquisadora Valdirene Daufemback e da psicóloga Márcia Badaró, que contribuíram com a elaboração do material.



PCP 50 anos: Interseccionalidades

Durante o 7º Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP), realizado de 19 a 22 de novembro em Brasília, o CFP lançou a edição especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão intitulada “PCP 50 anos: Interseccionalidades”. A publicação reúne 15 artigos que tratam, dentre outros temas, de saúde mental, atenção psicossocial, política da infância, gênero e sexualidades na Psicologia, aborto legal, relações raciais, educação inclusiva e luto.

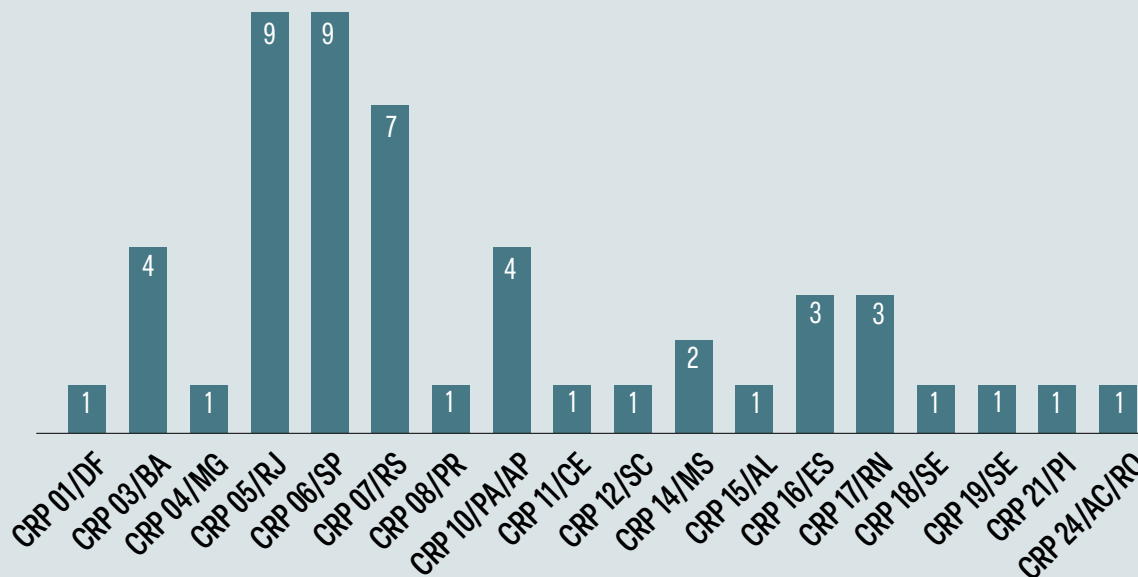
A edição destaca especialmente a contribuição das mulheres negras para a consolidação da interseccionalidade como conceito fundamental às psicologias no campo das políticas públicas. Além da disponibilização online, a edição contou com tiragem impressa de 1.000 exemplares e foi bem recebida pela categoria. Em 2025, a Revista PCP publicou ao todo 30 artigos em fluxo contínuo e lançou duas edições especiais, consolidando a sua atuação como periódico científico de excelência internacional, classificado com nota A2 no Sistema Qualis/CAPES.

Julgamento de processos disciplinares éticos

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) cumpre o papel de tribunal superior da ética profissional, julgando em segunda instância os recursos dos processos disciplinares éticos já sentenciados pelos Conselhos Regionais (CRPs). No início de 2025, o CFP tinha 99 processos aguardando julgamento de recurso. Ao longo do ano, foram recepcionados mais 91 processos, totalizando 190 processos. Desse total, foram julgados 51 processos, ou seja, 26,84% do total.

Esse quadro levou a autarquia a estudar formas de aumentar a sua produtividade. Uma das medidas implementadas foi o início da ampliação das equipes do CFP por meio de contratações via concurso público. Para os próximos anos, o CFP estudará e desenvolverá projetos com foco nesta função finalística. Do total de 51 processos julgados, o CFP manteve 33 decisões adotadas pelos CRPs (64%) e reformou 18 delas (35%). O assunto mais frequente nas denúncias refere-se à emissão de documento sem qualidade técnico-científica.

Quantidade de recursos julgados pelo CRP de Origem





ENCONTRO NACIONAL

COE & COF

2025

Encontros de Orientação, Fiscalização e Ética

O CFP realizou, de 20 a 22 de novembro, em Brasília, o Encontro Nacional de Comissões de Ética (COEs) e Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs), com a participação de seis representantes de cada conselho regional: os presidentes e mais dois funcionários de cada comissão. O objetivo foi promover momentos formativos e de trocas entre os CRPs. O encontro marcou ainda a entrega de documentos importantes para a orientação dos seus trabalhos finalísticos.

Na pauta geral, assuntos como a Psicologia na era digital; a Nota Técnica 23/2025, voltada a orientar sobre intervenções comportamentais com base na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no contexto específico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) Resolu-

ção 17/2022, que dispõe acerca de parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde; fiscalizações e responsabilidade técnica na Psicologia; e o Cadastro Nacional de Especialistas.

A pauta conjunta de COEs e COFs contemplou os seguintes temas: responsabilidades de agentes do Sistema Conselhos de Psicologia; a invisibilidade do racismo nos processos de orientação, fiscalização e ética na atuação profissional em Psicologia; lançamento do Código de Processamento Disciplinar Comentado (Resolução 11/2019); e entrega do Processo Disciplinar Modelo. A pauta das COEs contou com a realização de um julgamento simulado na instância regional e tratou das atualizações do Código de Processamento Disciplinar.

GT de revisão da política de orientação e fiscalização

Criado pela APAF em 2011, o grupo de trabalho tem como objetivo revisar normativas que compõem a política de orientação e fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia. Desde então, atua na reavaliação de documentos estratégicos, com renovação de sua composição a cada nova gestão dos CRPs e do CFP.

No período, o GT realizou três reuniões virtuais e uma presencial, concentrando-se em duas prioridades: a elaboração de minuta de resolução sobre Psicóloga Responsável Técnica e a revisão da nota técnica sobre uso profissional das redes sociais, publicidade e cuidados éticos - documento que deverá ser convertido em resolução após o processo de atualização.

As minutas encontram-se em tramitação interna, com previsão de publicação em 2026.

Considerando o impacto do funcionamento simultâneo de diversos grupos de trabalho sobre a capacidade operacional da autarquia, o Plenário do CFP tem estudado formas de qualificar e limitar a criação de novos GTs, de modo a preservar a coerência entre força de trabalho disponível e projetos institucionais em desenvolvimento.

GT meios de solução consensual de conflitos

O Grupo de Trabalho Meios de Solução Consensual de Conflitos (GT de Mediação) realizou três reuniões em 2025, sendo duas virtuais e uma presencial, para produzir uma minuta que substituirá a Resolução 07/2016 que institui e normatiza a mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos.

A experiência de alguns Conselhos Regionais tem mostrado a potência do uso da mediação nos processos disciplinares, gerando resultados positivos de solução de conflitos em menor tempo e permitindo ações de orientação para profissionais denunciados. Os casos mediados parecem propiciar um sentimento de restauração de justiça e pode ser uma das medidas a contribuir para a redução das filas de processos a serem julgados nos CRPs.

Como há uma desigualdade entre os CRPs, com alguns já com comissão de mediação ativa e outros ainda enfrentando dificuldades para cumprir o que determina a resolução, a expectativa é que o GT possa fomentar uma mudança cultural da lógica judicializante para a priorização de formas consensuais de resolução de conflitos no Sistema Conselhos.

CPD Comentado

O Conselho Federal publicou, em novembro de 2025, o CPD Comentado, documento que apresenta um marco na consolidação da cultura de transparência e rigor técnico no campo da ética profissional da Psicologia brasileira. O Código de Processamento Disciplinar (CPD) é a resolução que estabelece como os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e o CFP devem processar as infrações disciplinares cometidas por psicólogas e psicólogos em todo o território nacional. Fruto de uma construção coletiva iniciada em 2023, o documento reúne contribuições de conselheiras, técnicas e assessorias jurídicas.

Entre os principais avanços trazidos estão a internalização definitiva das tecnologias de informação para atos processuais no Sistema Conselhos, a viabilização de plenários em formato virtual e híbrido, o aprimoramento do processamento de denúncias funcionais com maior imparcialidade e, de forma pioneira no âmbito dos Conselhos Profissionais, a criação de um código em que cada dispositivo é acompanhado de notas explicativas e orientações práticas. O documento foi elaborado pelo CFP em ampla colaboração das assessorias técnicas e presidentes das Comissões de Ética dos CRPs de todo o Brasil.



Processos Funcionais

Em 2025, o CFP deu um passo importante na qualidade das medidas relacionadas a processos funcionais no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. A Resolução CFP nº 26/2025 alterou de forma significativa o capítulo III do Código de Processamento Disciplinar, que trata dos processos funcionais – mecanismo que apura infrações praticadas por membros dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia no exercício de seus cargos, primando pela celeridade.

Na prática, antes da alteração, a pessoa apresentava a sua denúncia ao próprio CRP do qual o profissional denunciado é ou era integrante do Plenário. Com a nova normativa, a denúncia passa a ser apresentada diretamente ao CFP, que a distribui para instrução e julgamento em outro Conselho Regional, oferecendo maior segurança aos denunciantes e mais confiabilidade à autarquia.

Objetivo estratégico

Intensificar a atuação em prol da melhoria da qualidade da formação em Psicologia.



Internacionalização na formação em Psicologia é tema da Revista PCP

A edição especial “Internacionalização: Formação em Psicologia na América Latina, Caribe e Países de Língua Portuguesa”, da Revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP), foi lançada durante o XI Congresso da Associação Latinoamericana para a Formação e o Ensino da Psicologia (Alfepsi), realizado em outubro

de 2025, em Maceió (AL). O fascículo reúne 17 artigos que colocam em evidência os diferentes contextos de formação em psicologia na América Latina, Caribe e países de língua portuguesa, divulgando produções internacionais sobre ensino, pesquisa e redes de cooperação científica.

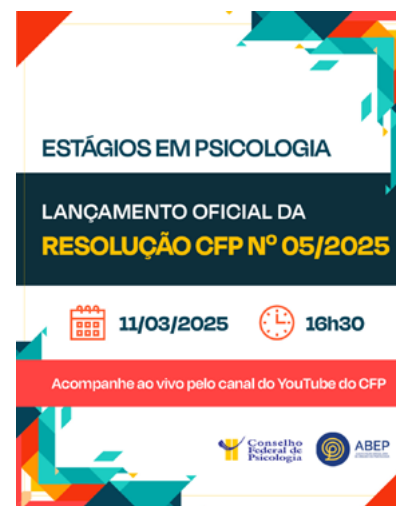
A concepção do número especial está alinhada às ações estratégicas do XIX Plenário do CFP, sobretudo ao movimento de internacionalização da Psicologia brasileira e às suas incidências sobre a formação profissional. O material aborda práticas profissionais, estágio, avaliação psicológica e neuropsicologia, com ênfase nas implicações éticas e técnicas da formação em contextos marcados por desigualdades históricas. Entre os temas transversais, destacam-se a defesa da formação presencial e a análise dos desafios associados à inteligência artificial, pauta crescente na educação superior e na prática psicológica. Além da edição online, houve a impressão de 1.000 exemplares.

Resolução CFP nº 05/2025 sobre estágios

O CFP realizou, em 11 de março de 2025, a live de lançamento da Resolução CFP nº 05/2025, que estabelece novas diretrizes para a orientação, supervisão e coordenação de estágios em Psicologia, com o objetivo de qualificar a formação de futuras profissionais da área. A normativa era muito aguardada pela categoria, especialmente por psicólogas e psicólogos que atuam na supervisão e orientação de estágios. O evento contou com a participação de conselheiros do CFP, da presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e de especialistas na temática, atraindo número significativo de participantes ao vivo e acumulando 5,1 mil visualizações até abril de 2026.

XV Concurso para registro de especialista em Psicologia

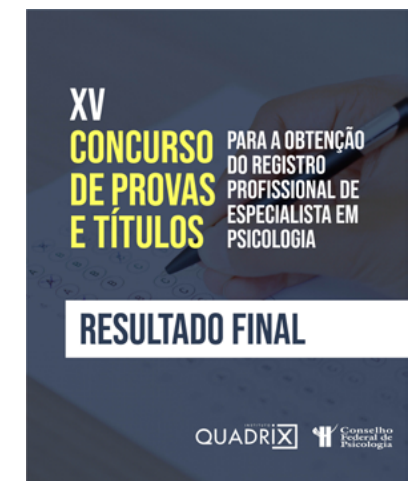
O Conselho Federal de Psicologia realizou, em 2025, o XV Concurso de Provas e Títulos para Obtenção do Registro de Especialista em Psicologia, conduzido pela banca organizadora Instituto Quadrix. As provas objetiva e discursiva foram aplicadas em 20 de maio, em todas as capitais do País e para as 13 espe-



cialidades reconhecidas pela Psicologia. O resultado foi homologado em 23 de setembro de 2025. Do total de 776 inscritos, 407 psicólogas e psicólogos foram habilitados, com maior número de aprovações em Psicologia hospitalar (80), Psicologia clínica (66) e neuropsicologia (58).

O registro de especialista é uma certificação incluída na carteira de identidade profissional que atesta a qualificação

do profissional em uma área específica da ciência psicológica. O concurso é uma das três vias de obtenção do título, ao lado da conclusão de curso de especialização em instituição credenciada e da residência multiprofissional. A experiência evidenciou que a baixa demanda pelo certame – com algumas capitais sem inscritos e especialidades com apenas um ou dois candidatos – onera o custo de sua realização, o que levou o Plenário a determinar a adoção da periodicidade bienal para as próximas edições.



Eixo Estratégico

INCIDÊNCIA POLÍTICA

Objetivo estratégico

Incidir politicamente em diferentes instâncias decisórias frente a projetos e propostas que assegurem condições mais adequadas ou que ameacem o exercício da profissão.

Regulamentação da psicoterapia

A regulamentação da psicoterapia constituiu a pauta de maior centralidade estratégica do Conselho Federal de Psicologia, por meio da sua Assessoria Parlamentar (Aspar), no campo da incidência política ao longo de 2025. As ações envolveram articulações sistemáticas com gabinetes parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados, participação em audiências públicas e a realização de uma ação concentrada em 22 de maio de 2025, na qual foram conduzidas 55 reuniões com parlamentares e assessorias legislativas em um único dia. O conjunto dessas iniciativas resultou na construção da minuta de regulamentação da psicoterapia e no fortalecimento das condições políticas para o avanço da proposição no Congresso Nacional.



PSICOLOGIA 30 HORAS

30 HORAS E PISO SALARIAL

GT 30 HORAS aprofunda diálogo com Ministério da Saúde na busca por fonte de custeio para ações de valorização profissional

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

CFP dialoga com Ministério da Saúde estratégias para aprovação dos projetos do piso salarial e da jornada de até 30 horas

Logos: Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, FENAPSI, SBPOT

Condições de trabalho e valorização profissional

A defesa da jornada de trabalho de até 30 horas e do piso salarial da categoria profissional esteve entre as pautas prioritárias da atuação parlamentar do CFP em 2025. Foram realizadas reuniões técnicas e políticas com o Ministério da Saúde, a Presidência da República e o Ministério da Educação para debater viabilidade orçamentária e identificar fontes de custeio para essas proposições.

Também integrou os trabalhos articulações com lideranças partidárias e subsídio à atuação dos Conselhos Regionais de Psicologia em seus estados, por meio de lives, formações e eventos territoriais dedicados ao tema.

Entre os resultados concretos desta incidência, esteve o avanço do PL 3086/2024 no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Após articulações estratégicas feitas pelo CFP, a relatoria do projeto foi assumida pela senadora Prof. Dorinha Sea-

PSICOLOGIA 30 HORAS

FIQUE POR DENTRO!

Piso Salarial e Jornada de Até 30 Horas para Profissionais da Psicologia

Logos: Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, FENAPSI, SBPOT

bra (União/TO). Em abril, a parlamentar apresentou à CAE parecer favorável à aprovação do projeto que estabelece a jornada de até 30h semanais para profissionais da Psicologia.

O contexto do processo eleitoral do Sistema Conselhos em 2025 ampliou a mobilização da categoria em torno dessas pautas, conferindo maior pressão política ao debate no Congresso Nacional.

PSICOLOGIA SE FAZ COM PRESEÇA!

ATUAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

CFP DEFENDE ENSINO PRESENCIAL EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

Logos: Conselho Federal de Psicologia, ABEP, FENAPSI

Formação em Psicologia e defesa do ensino presencial

O CFP atuou consistentemente na defesa da qualidade da formação em Psicologia, com ênfase na resistência à expansão dos cursos de graduação na modalidade a distância. Foram realizadas reuniões com o Ministério da Educação para debater o novo marco regulatório do EaD, além de participação em eventos como a mesa de debates em Defesa do Ensino Presencial na Saúde, realizada em novembro de 2025. As ações buscaram garantir que as especificidades da formação em Psicologia fossem consideradas nas discussões sobre regulação do ensino superior, reafirmando a posição institucional do CFP em favor da presencialidade como condição estruturante para a qualidade da formação profissional.



Saúde mental, políticas públicas e direitos das populações vulneráveis

Ao longo de 2025, o Conselho Federal de Psicologia participou ativamente de audiências públicas, seminários e articulações voltados à defesa e ao fortalecimento das políticas públicas de saúde mental e à proteção de grupos vulneráveis.

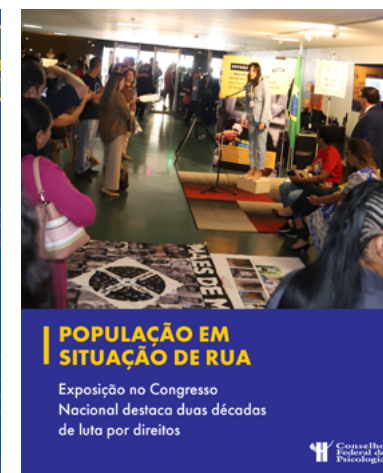
Entre os temas acompanhados estiveram a política antimanicomial, a saúde mental da população idosa, a implementação da Lei nº 13.935/2019 no novo Plano Nacional de Educação, as políticas para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), os critérios de utilização da terapia ABA e o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A atuação incluiu articulações junto à Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental e à Frente Parlamentar da Luta Antimanicomial (FPSM), com participação no lançamento da II Agenda Legislativa da FPSM e em atividades de formação sobre TEA.

Direitos humanos e proteção de grupos em situação de vulnerabilidade

A autarquia marcou presença nos debates legislativos relacionados à proteção de crianças e adolescentes, à violência escolar, à população em situação de rua e à revogação da Lei de Alienação Parental. A atuação incluiu participação em audiências públicas sobre violência contra crianças e adolescentes nas redes sociais, sobre violência letal e sobre o Programa Prever, que se refere à política pública nacional estabelecida pelo Projeto de Lei 5669/2023 para estruturar a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência Escolar no Brasil.

O Conselho Federal também promoveu lançamento da referência técnica de atuação junto à população em situação de rua, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Um resultado relevante nesse eixo foi a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, das proposições relativas à revogação da Lei de Alienação Parental e à avaliação psicológica na renovação da carteira nacional de habilitação (CNH).



Objetivo estratégico

Atuar de forma organizada para influenciar atitudes sociais, processos políticos e a formulação de políticas que promovam o exercício científico e profissional e o enfrentamento de desafios nacionais relacionados à Psicologia, bem como o desenvolvimento da sociedade

Fortalecimento institucional e mobilização política

O fortalecimento da capacidade de incidência política do CFP foi perseguido em 2025 por meio de iniciativas complementares que ampliaram a presença institucional da Psicologia nos espaços de poder. Destaca-se o lançamento da Plataforma de Mobilização Legislativa, ferramenta voltada ao acompanhamento legislativo, à disseminação de informações qualificadas e ao fortalecimento da incidência política do Sistema Conselhos, integrando CFP, CRPs e sociedade em torno das pautas estratégicas da categoria.

A participação ativa da Assessoria Parlamentar do CFP na Comissão de Assessoramento Parlamentar do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, o Conselhão, constituiu outro vetor relevante de fortalecimento institucional. Essa inserção possibilitou o diálogo permanente com representantes de diferentes conselhos profissionais federais, favorecendo a construção de posicionamentos



conjuntos sobre matérias de interesse comum. O CFP consolida-se assim como referência técnica e política nos debates sobre saúde mental, direitos humanos e regulamentação profissional perante outras categorias e atores políticos do Congresso Nacional.

Complementarmente, foram realizados encontros sistemáticos entre a diretoria do CFP e a categoria profissional, para promover escuta qualificada, elucidação de dúvidas e acolhimento de demandas relacionadas ao exercício profissional e às pautas legislativas. Essas iniciativas, somadas ao apoio técnico prestado aos Conselhos Regionais de Psicologia por meio de formações, lives e orientações para incidência legislativa nos territórios, contribuíram para ampliar a capilaridade da atuação institucional e fortalecer os canais de participação e construção coletiva das estratégias do Sistema Conselhos.

Articulação junto a órgãos colegiados e entidades

Ao longo de 2025, o CFP esteve presente em 55 espaços de representação permanente, incluindo conselhos, fóruns e comitês. Teve mandatos em instâncias como o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – no qual exerceu a Vice-presidência – e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, entre outros.

Um exemplo concreto dessa atuação articulada foi a contribuição para a aprovação da Resolução Conjunta Conanda/CNDM nº 1/2025, que reconhece a violência vicária como forma de violência de gênero e grave violação de direitos de crianças e adolescentes. O CFP também seguiu exercendo a secretaria executiva do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e assumiu a coordenação adjunta do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde.

Essa presença institucional resultou em maior incidência da Psicologia na construção e no controle social de políticas públicas, no reconhecimento da profissão como instância estratégica de articulação política e na ampliação de parcerias com entidades governamentais e da sociedade civil. A experiência consolidou a compreensão de que a participação ativa nesses espaços fortalece a legitimidade da Psicologia e aprimora a função fiscalizadora da autarquia.





Desinstitucionalização dos manicômios judiciários

O CFP conduziu a Inspeção Nacional em Direitos Humanos sobre a Desinstitucionalização dos Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, os chamados manicômios judiciários, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Acordo de Cooperação Técnica 10/2025.

A iniciativa adotou a metodologia “inspeção em movimento”, integrando análise documental, entrevistas, escutas abertas e observação direta sobre o processo de desinstitucionalização em curso a partir da Resolução CNJ nº 487/2023. Ao todo, 19 CRPs participaram das inspeções em 21 unidades federativas, com



visitas a 42 estabelecimentos e identificação de 2.038 pessoas em cumprimento de medidas de segurança.

O Relatório de Inspeção Nacional revelou violações sistemáticas de direitos humanos, como contenções sem respaldo clínico, isolamento punitivo e infraestrutura degradada. Também registrou avanços em ao menos 11 estados. A ação teve ampla repercussão na mídia, sendo reconhecida como inovadora por parceiros institucionais e pela sociedade civil, reafirmando o papel histórico do Sistema Conselhos no enfrentamento das violações de direitos humanos e na luta antimanicomial no Brasil.

5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente

O CFP organizou a Conferência Livre de Psicologia, Justiça Ambiental e Meio Ambiente como ação mobilizadora para a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), cujo tema foi “Emergência climática: o desafio da transformação ecológica”. Realizada em formato virtual, a conferência reuniu 869 inscrições e acompanhamento de 1.130 perfis, resultando na consolidação de 10 propostas da psicologia brasileira – duas para cada um dos cinco eixos temáticos da CNMA – e na eleição da vice-presidenta do CFP, Alessandra Almeida, como delegada para a etapa nacional.

A iniciativa demonstrou a capacidade do CFP de mobilizar a categoria profissional para o controle social por meio das conferências, com boa aderência à atividade. A experiência reforçou a importância da autarquia na operacionalização da participação política da Psicologia e apontou para a necessidade de formulação de uma política nacional de representação institucional do Sistema Conselhos, bem como de um mapa de incidência política e social do Sistema Conselhos de Psicologia.





5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

O CFP atuou articuladamente na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), aproveitando a sua representação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) para articulações prévias com a organização do evento. Em parceria com a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde (CISMU/CNS), realizou a conferência livre “Saúde Integral de Todas as Mulheres, pelo Direito ao Bem Viver”, em formato virtual, que credenciou mais de 230 participantes e resultou na eleição de três delegadas titulares e três suplentes para a etapa nacional, além da elaboração de propostas encaminhadas à conferência.

Na etapa nacional, realizada entre 29 de setembro e 1º de outubro de 2025, em Brasília, a delegação do CFP participou ativamente com estande institucional, distri-



buição de publicações e incidência nas plenárias. Entre os resultados, destacam-se a aprovação de moção de apoio à Resolução Conanda 258/2024, conhecida como “Criança não é mãe”, e a assinatura da Resolução Conjunta Conanda/CNDM sobre violência vicária.

14ª Conferência Nacional de Assistência Social

O CFP organizou a Conferência Livre Nacional da Psicologia no SUAS, como ação preparatória para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2025 em Brasília, com o tema “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

O evento virtual reuniu mais de 300 participantes e resultou na elaboração de propostas encaminhadas ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dentre as quais a criação de uma política nacional de enfrentamento ao assédio moral no SUAS. Há ainda as propostas da instituição de um Programa Nacional de Valorização e Saúde das Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS e da implantação de um sistema de informações acessíveis e transparentes de participação social.



14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CFP reúne propostas da Psicologia para deliberação na etapa nacional do encontro



Na etapa nacional, o CFP esteve presente com representante institucional, estande com atividades autogestionadas e distribuição de publicações. A iniciativa reafirmou a importância da atuação na mobilização da categoria para o controle social por meio das Conferências e apontou para a necessidade de formulação de uma Política Nacional de Representação Institucional do Sistema Conselhos de Psicologia.

LIVE MOBILIZADORA PARA

13ª CONDH CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
POR UM SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A Psicologia na promoção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

04/12 **16h** Ao vivo no canal do CFP no YouTube

O CFP participa.
O CFP orienta.
A Psicologia transforma!

13ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Psicologia reafirma centralidade do controle social e da promoção de direitos para todas as pessoas

O CFP orienta. O CFP participa. A Psicologia transforma.

13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos

O CFP organizou a live “A Psicologia na promoção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes” como ação preparatória para a 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (13ª ConDH), realizada entre 10 e 12 de dezembro de 2025 em Brasília/DF, marcando a retomada do processo conferencial nacional após dez anos. A iniciativa mobilizou psicólogas e psicólogos delegados eleitos nas etapas municipais, estaduais e livres, com elaboração de propostas e eleição de delegadas para a etapa nacional e contou com grande adesão da categoria.

A participação do CFP na ConDH se deu no âmbito de sua representação no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), reafirmando o compromisso histórico da Psicologia com a defesa dos direitos humanos e o controle social das políticas públicas. A experiência consolidou a compreensão de que a representação institucional nos conselhos nacionais é estratégica para ampliar a incidência e reforçou a recomendação de formulação de uma política nacional de representação institucional do Sistema Conselhos de Psicologia.

4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

Psicologia marca presença na construção da política nacional dedicada a essa população

4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

PSICOLOGIA E DIVERSIDADES

Live preparatória para 4ª Conferência LGBTQIA+ reforça papel da Psicologia na formulação da Política Nacional

O CFP participa. O CFP orienta. A Psicologia transforma!

4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

O CFP atuou de forma articulada na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, realizada entre 21 e 24 de outubro de 2025, em Brasília, após quase dez anos de interrupção. Aproveitando a sua representação no Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o CFP realizou previamente uma live preparatória intitulada “A psicologia na construção da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”, que abordou os quatro eixos temáticos da conferência e reafirmou o compromisso histórico da psicologia com a despatologização das identidades de gênero e orientações sexuais.

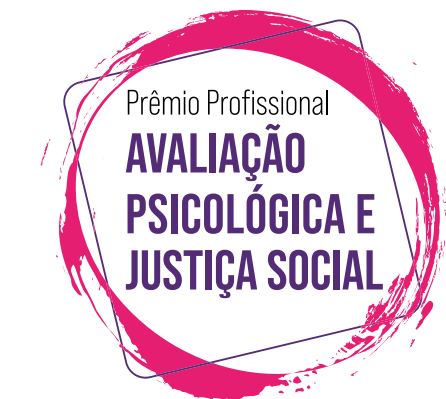
Na etapa nacional, o CFP participou com delegadas, coordenou um grupo de trabalho sobre políticas públicas de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ em situação de violência e manteve estande institucional com distribuição de publicações. O documento final da conferência, composto por 80 propostas aprovadas, servirá de base para a formulação da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. A experiência reafirmou a relevância técnica e política das resoluções do CFP sobre diversidade sexual e de gênero e a importância da representação institucional nos conselhos nacionais como estratégia de incidência política da Psicologia



Prêmio Profissional Avaliação Psicológica e Justiça Social

O Conselho Federal de Psicologia promoveu, em 2025, o 1º Prêmio Profissional Avaliação Psicológica e Justiça Social, com o objetivo de identificar e valorizar estudos e experiências que representem avanços na interseção entre avaliação psicológica e justiça social, especialmente voltados a populações historicamente minorizadas. Foram selecionados nove trabalhos distribuídos entre as categorias prática profissional, pesquisa e testes psicológicos, além de uma menção honrosa.

A cerimônia de premiação ocorreu em 22 de novembro, durante o 7º Congresso Brasileiro de Psicologia, realizado no Distrito Federal, com entrega de certifica-



dos, reconhecimento financeiro e debate das experiências premiadas. A iniciativa reafirmou o papel estratégico do CFP na indução de práticas mais inclusivas e equitativas, consolidando a avaliação psicológica como prática técnica, ética e socialmente engajada. A publicação compilando os trabalhos vencedores está prevista para o segundo semestre de 2026.



3ª edição do Prêmio Profissional Sylvia Leser de Mello

O Conselho realizou, em 2025, a terceira edição do Prêmio Profissional Sylvia Leser de Mello: Práticas Inovadoras no Exercício da Psicologia. O edital foi lançado em fevereiro, com inscrições abertas até abril, e recebeu 101 trabalhos avaliados por 20 pareceristas. Foram selecionados nove projetos em três categorias – prática profissional, especialização/mestrado e doutorado/pós-doutorado/grupos de pesquisa – com três vencedores cada, além de menções honrosas.

A cerimônia de premiação ocorreu em 21 de novembro, durante o 7º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, no Distrito Federal. A iniciativa reafirma o compromisso do CFP com o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de práticas inovadoras, comprometidas com o avanço científico e com a transformação social.

3º Prêmio Profissional

SYLVIA

LESER

DE MELLO

PRÁTICAS INOVADORAS NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

CFP alerta à COP30 sobre impacto da ecoansiedade

O Conselho Federal de Psicologia divulgou, em 14 de novembro de 2025, a Carta Aberta da Psicologia Brasileira à COP30, documento que aponta a urgência do debate sobre as mudanças climáticas e os seus impactos profundos na saúde mental da população. O texto destaca a ecoansiedade como um fenômeno crescente, manifestado em sintomas como estresse, sensação de impotência, depressão e alterações no sono.

Ecoansiedade é uma angústia persistente com o futuro do planeta e as mudanças climáticas. O CFP alerta para a desproporcionalidade com que os fenômenos climáticos extremos afetam grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres, povos indígenas e moradores de regiões periféricas, agravada pelo racismo ambiental e pela dificuldade de acesso a cuidados de saúde.

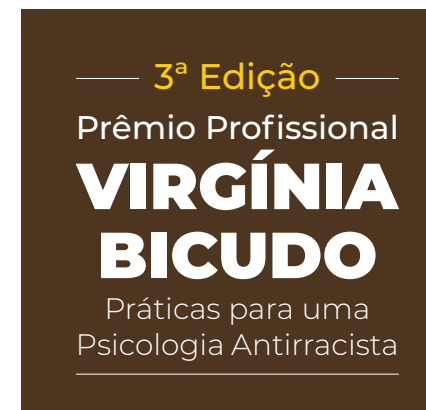
Elaborada pelo GT de Psicologia Ambiental, com o envolvimento de conselheiras de referência, a carta foi encaminhada a um conjunto de instituições públicas, incluindo ministérios e órgãos como o Ministério Público Federal e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, fortalecendo a Psicologia como voz ativa no debate climático internacional e reafirmando o compromisso com a sustentabilidade, a justiça socioambiental e os direitos humanos.



3º Prêmio Profissional Virgínia Bicudo refirma compromisso antirracista

Aconteceu em 2025 a terceira edição do Prêmio Profissional Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista. Foram inscritos trabalhos nas categorias Experiências Individuais e Experiências Coletivas, avaliados a partir de cinco eixos: raças e identidade étnico-racial, violência, morte e luto, modos de resistência antirracista, interseccionalidades e geracional. Foram premiados dez trabalhos e concedidas sete menções honrosas, contemplando todas as regiões do País.

A cerimônia de premiação ocorreu em 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, durante o 7º Congresso Brasileiro de Psicologia. A iniciativa reafirma o compromisso da Psicologia com o enfrentamento ao racismo, despatologizando o sofrimento de grupos marginalizados e validando metodologias comprometidas com a justiça social. A publicação da coletânea oficial com os trabalhos premiados está prevista para junho de 2026. O prêmio é uma homenagem à pioneira Virgínia Bicudo, primeira psicanalista não médica do Brasil e primeira mulher negra a integrar o Plenário do CFP.





CFP fortalece integração com os regionais

Ao longo de 2025, o XIX Plenário do CFP realizou mais de 100 ações distribuídas nos 24 Conselhos Regionais de Psicologia, com a participação de conselheiras em agendas institucionais nos territórios. A secretaria executiva atuou como articuladora central do processo, gerenciando convites, logística e demais trâmites administrativos necessários para a realização das visitas.

A iniciativa permitiu ao CFP conhecer com maior profundidade as realidades regionais, suas especificidades e desafios locais, favorecendo a construção colaborativa de estratégias mais aderentes às demandas dos territórios. Como resultado, a integração entre CFP e CRPs reforçou a unidade do Sistema Conselhos de Psicologia, ampliou a capilaridade das pautas estratégicas da Psicologia e consolidou uma gestão participativa e alinhada aos princípios da administração pública.



12º Congresso Nacional de Psicologia

Realizado de 3 a 6 de julho de 2025, em Brasília, o 12º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) reuniu mais de 440 delegadas e delegados de todas as regiões do País em torno do tema “Psicologia e Democracia: a pluriversalidade do nosso fazer”. O CNP é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. O evento foi resultado de um amplo processo preparatório estruturado em quatro etapas – eventos livres, ações de mobilização, etapas regionais e etapa nacional –, que garantiu capilaridade e diversidade de perspectivas nas discussões.

Na etapa nacional, foram analisadas 642 propostas oriundas das etapas regionais, das quais 230 foram sistematizadas e submetidas a debates em grupos de trabalho e plenária, resultando na aprovação de 187 propostas organizadas em três eixos temáticos: Sistema Conselhos de Psicologia; Interlocução com a Sociedade; e Exercício Profissional. Essas deliberações orientarão as gestões do CFP e dos 24 CRPs no triênio 2026–2028. As propostas aprovadas foram sistematizadas no Caderno de Deliberações, documento de referência para o planejamento institucional do próximo período.





7º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão

7º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão

O Conselho Federal de Psicologia atuou como coorganizador do 7º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, realizado entre 19 e 22 de novembro de 2025, em Brasília, pela primeira vez na capital federal, em alinhamento à diretriz de descentralização geográfica do evento. O congresso reuniu aproximadamente 3 mil participantes, sendo organizado em parceria com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), com o CFP contribuindo na coordenação de atividades científicas e institucionais, articulação de convidados e suporte operacional. Ao todo, 153 participantes contaram com apoio institucional do CFP, entre os quais 19 conselheiras e conselheiros do XIX Plenário.

A programação contou com nove diálogos latino-americanos, 35 mesas-redondas, 12 oficinas, 10 simpósios, uma conferência, 21 lançamentos de publicações, três entregas de prêmios e cinco salas temáticas institucionais, abrangendo áreas como enfrentamento ao racismo, sexualidades e direitos humanos, Psicologia e políticas públicas, e a Lei nº 13.935/2019. Os resultados evidenciaram o fortalecimento da presença institucional do CFP no campo científico e profissional, reafirmando o seu papel na defesa dos direitos humanos, na qualificação do exercício profissional e na construção de políticas públicas comprometidas com a transformação social.

Eixo Estratégico

ARTICULAÇÃO EM REDE

Objetivo estratégico

Ampliar a articulação e o diálogo com instituições e coletivos sociais que atuam em áreas de interface com a Psicologia como ciência e profissão.



X Congresso Latino-Americano de Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia coorganizou o X Congresso Latino-Americano de Psicologia, realizado em São Paulo entre 30 de julho e 2 de agosto. A iniciativa foi da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), do CFP e do CRP-SP, com apoio da Universidade Paulista. O evento reuniu cerca de 2 mil pessoas e recebeu mais de 800 submissões de trabalhos. No centro dos debates, o tema "Limites e desafios da constituição das subjetividades latino-americanas".

Entre as ações de destaque do CFP no congresso, esteve o Germinário Latino-Americano, espaço estratégico promovido pela autarquia para aprofundar os debates sobre a geopolítica das violências contra as mulheres na América Latina e no Caribe, os impactos da conjuntura política na região e o avanço da extrema direita. A programação também incluiu rodas sobre direitos das pessoas trans, atuação junto a povos quilombolas, saúde mental no trabalho e a Inspeção Nacional em Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. O Congresso consolidou-se como espaço de referência para o diálogo regional, reafirmando o papel do CFP em sua política de internacionalização.



XI Congresso da Alfepsi

O Conselho Federal de Psicologia atuou de forma estratégica no XI Congresso da Associação Latino-Americana para a Formação e o Ensino da Psicologia (Alfepsi), realizado entre 8 e 11 de outubro de 2025, em Maceió, evento coorganizado pelo CFP em parceria com a Universidade Federal de Alagoas, o CRP-AL, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (Conep). O encontro reuniu 800 pessoas de países das américas.

Durante a programação, o CFP lançou a edição especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão sobre internacionalização, o Manual Orientativo para uma Atuação Anticapacitista e as duas primeiras de sete Referências Técnicas do Crepop traduzidas para o espanhol, voltadas à atuação com populações LGBTQIA+ e mulheres em situação de violência. O conselheiro federal Pedro Paulo Bicalho foi eleito presidente da Alfepsi para o próximo mandato, tornando-se o segundo brasileiro a ocupar o cargo.



Campanha Descolonizar Corpos e Territórios

A Comissão de Direitos Humanos do CFP desenvolveu, no biênio 2023–2025, a Campanha Nacional de Direitos Humanos - "Descolonizar corpos e territórios: reconstruindo existências Brasis", em parceria com o Sistema Conselhos. A iniciativa reuniu um conjunto articulado de ações territoriais, formativas e institucionais, para repensar a psicologia a partir das realidades, dos saberes e das múltiplas formas de existir no Brasil. O principal eixo da campanha foram os Giros Descoloniais, encontros presenciais realizados em sete regiões e biomas do País, cada um com temática específica.

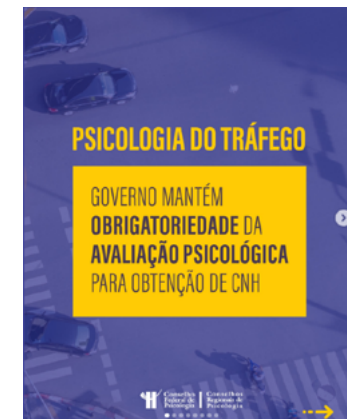
A título de exemplo, no Sudeste, o tema foi violência de gênero; e, no Norte 1, política de drogas e racismo ambiental. Os encontros reuniram profissionais, estudantes, movimentos sociais e comunidades populares. De forma complementar, a campanha produziu o podcast "Prosas Descoloniais", com 10 episódios temáticos disponíveis no Spotify, e realizou o X Seminário Nacional de

Direitos Humanos, espaço que aprofundou as reflexões produzidas ao longo da campanha. A iniciativa fortaleceu a capilaridade do Conselho, ampliou o diálogo com a sociedade e contribuiu para a qualificação do debate profissional sobre descolonização da ciência e da prática da psicologia.

Atuação do CFP junto às políticas de tráfego

A atuação do CFP no campo do tráfego, trânsito e mobilidade humana em 2025 foi marcada por intensa incidência normativa e político-institucional diante de um cenário regulatório de forte instabilidade. O principal desafio do período foi responder às mudanças introduzidas que alteraram o processo de habilitação e estabeleceram um teto de R\$ 180 para o somatório dos exames físico e psicológico na obtenção e renovação da CNH, valor considerado incompatível com a complexidade técnica da avaliação psicológica.

O CFP adotou um conjunto articulado de medidas: enviou ofícios ao Ministério dos Transportes solicitando audiência em caráter de urgência, articulou ações conjuntas com a Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (Abrapsit), participou de câmaras temáticas do Contram e intensificou a incidência no Congresso Nacional em defesa da manutenção da avaliação psicológica como requisito obrigatório.



Em março, as Comissões de Avaliação Psicológica de todo o Sistema se reuniram para debater avanços e desafios da área. Em dezembro, a APAF aprovou a criação de um grupo de trabalho para revisar e atualizar as normativas da Psicologia do Tráfego. Dentre os resultados, destaca-se a manutenção da avaliação psicológica como exigência legal para a obtenção da CNH, com realização exclusiva por psicólogas e psicólogos especialistas. A experiência reafirmou que a defesa da psicologia do tráfego deve ser permanente e vinculada à agenda de segurança viária e proteção da vida, exigindo monitoramento contínuo.



Conpas e sua atuação em espaços estratégicos

A Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), regulamentada pela Resolução 7/2020, é o órgão do Conselho

Federal de Psicologia responsável por subsidiar a instituição em questões relativas à Assistência Social e temas correlatos. Em 2025, a Comissão desenvolveu atividades articuladas com o Sistema Conselhos e outras instituições da área,

com foco no fortalecimento da incidência política e na ampliação da presença da Psicologia nos espaços de controle social.

Ao longo do período, foram realizadas três reuniões – entre virtuais e presenciais – para planejamento e organização das ações, contando com o engajamento dos representantes regionais em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia. As atividades foram divulgadas no site e nas mídias sociais do CFP, ampliando a visibilidade das pautas da Assistência Social junto à categoria.

A Conpas consolidou sua atuação em espaços estratégicos de representação e deliberação, com participação ativa no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS) e nos Fóruns Estaduais (FETSUAS). Em ação conjunta com a Gerência de Relações Institucionais e o Setor Técnico, a Comissão atuou no XXV Encontro Nacional do Congemas, com distribuição de materiais técnicos, e realizou acompanhamento e mobilização da categoria para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. A experiência apontou para a importância de aprimorar as formas de fomento à participação da categoria nas conferências nacionais, como horizonte de qualificação da atuação da Comissão nos próximos ciclos.



Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

O Conselho atua como secretaria executiva do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) desde 2019, com o propósito de reestruturar a participação das entidades no Fórum e fortalecer as pautas da Psicologia brasileira. Ao longo desse período, o CFP apoiou a elaboração de dois planejamentos estratégicos, sendo que o último orienta as ações em curso em 2025, além de manter suporte físico e logístico



contínuo aos trabalhos da entidade, com participação em seis reuniões ao longo do ano.

A principal ação do FENPB em 2025 foi a coorganização do 7º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, no qual o CFP atuou como coorganizador central, contribuindo com a produção de salas temáticas, entrega de prêmios e participação de conselheiras, conselheiros e convidados nas atividades científicas. A experiência sinalizou a importância de prever orçamento específico para a coorganização do congresso nas próximas edições, de modo a garantir melhor planejamento e sustentabilidade da participação institucional.

APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

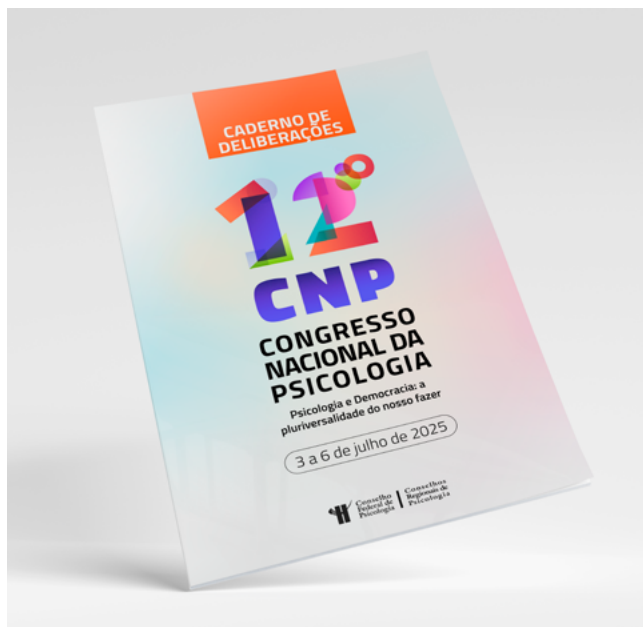
Objetivo estratégico

Fortalecer as estruturas físicas, tecnológicas e os processos de governança e de gestão do CFP e do Sistema de Conselhos.

Comissão organizadora foi vital para Congresso Nacional

O 12º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), realizado em julho de 2025 em Brasília, foi o resultado de um amplo processo de construção coletiva iniciado em maio de 2023, com a instituição da Comorg – comissão responsável por assessorar e coordenar todas as etapas preparatórias do evento. Ao longo de mais de dois anos, o colegiado atuou na articulação com as comissões organizadoras regionais, garantindo coesão, transparência e unidade política e metodológica em todo o território nacional.

O processo incluiu a realização dos pré-congressos regionais de psicologia (pré-Corepsis) e dos congressos regionais de psicologia (Corepsis), espaços preparatórios que cumpriram papel central na escuta qualificada da categoria, no debate democrático e na construção coletiva de propostas encaminhadas ao CNP. A Comissão ofereceu suporte técnico contínuo às Comorgs regionais, elaborou materiais orientadores e promoveu



reuniões de alinhamento para reduzir assimetrias entre os regionais e garantir condições adequadas de participação.

O principal resultado do processo foi o Caderno de Deliberações, documento que reúne as proposições debatidas e aprovadas ao longo de todas as etapas, expressando a diversidade de experiências da categoria e seu compromisso ético com a democracia, a justiça social e os direitos humanos. As diretrizes aprovadas orientarão a elaboração dos planos de trabalho do CFP e dos conselhos regionais para o triênio 2026-2028.

Diretoria realizou 24 reuniões em 2025

Ao longo de 2025, a Diretoria do Conselho Federal de Psicologia realizou 24 reuniões, espaço responsável pelas decisões administrativas e financeiras da instituição e pelo atendimento às demandas dos Conselhos Regionais. Composta por presidente, vice-presidente, secretário-geral e tesoureiro, a Diretoria opera como o órgão de operacionalização das diretrizes e decisões do Plenário.

O funcionamento regular dessas reuniões contou com o suporte da secretaria executiva, que ficou responsável pela convocação dos diretores, organização da logística, preparação de pautas, registro de encaminhamentos e elaboração de atas. Para garantir a eficiência do processo, a secretaria manteve comunicação intensa com os setores envolvidos, alertando sobre o calendário e os prazos para inclusão de pontos na pauta. O trabalho conjunto entre Diretoria e Secretaria Executiva reforça o compromisso do CFP com a transparência, a eficiência e a representatividade da Psicologia brasileira.



Realização de reuniões Plenárias

Em 2025, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia realizou 14 reuniões, entre sessões ordinárias e extraordinárias, nas quais foram tomadas decisões relevantes para a regulamentação e o desenvolvimento da profissão no País. Principal órgão deliberativo da instituição, o Plenário é composto por todas as(os) conselheiras(os) do CFP. Responsável pela organização das plenárias, a secretaria executiva tem contribuído para um funcionamento mais ágil e produtivo do Plenário, com processos organizacionais mais bem estruturados e comunicação mais eficiente – reforçando seu papel central na governança do CFP.



Duas APAFs foram realizadas em 2025

No ano de 2025, o Conselho Federal de Psicologia realizou duas edições da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) – uma em maio e outra em dezembro – com a participação de conselheiras(os) do Sistema Conselhos de Psicologia. Principal fórum deliberativo dos Conselhos Federal e Regionais, a APAF é subordinada às decisões do Congresso Nacional da Psicologia e reúne as instâncias do Sistema para deliberar sobre temas estratégicos, administrativos e financeiros.

No dia anterior à assembleia, realizam-se também reuniões entre presidentes e tesoureiros do Siste-

ma Conselhos – encontros que têm caráter informativo e servem para aprofundar temas específicos, qualificando as discussões e contribuindo para um andamento mais ágil e bem fundamentado das deliberações.

A organização de todo esse processo é de responsabilidade da secretaria executiva do CFP, que coordena os setores internos e os conselhos regionais, cuida da convocação das conselheiras e da logística necessária para garantir a participação efetiva de todas, além de zelar pelo cumprimento rigoroso de prazos, ritos regimentais e cronogramas.

Acompanhamento dos grupos de trabalho

A secretaria executiva do CFP é responsável pelo acompanhamento dos grupos de trabalho (GTs) da APAF, atuando na interlocução com os Conselhos Regionais de Psicologia para receber as indicações de conselheiras(os) que integrarão cada grupo, além de acompanhar o andamento das atividades, reuniões e participações. Em 2025, os GTs tiveram movimentação expressiva nas duas edições da APAF.

Em maio, foram encerrados dois grupos, mantidos 13 e iniciados quatro. Em dezembro, um foi encerrado, 16 foram mantidos e nove foram iniciados. Essa dinâmica reflete o disposto na Portaria CFP nº 15/2021, que estabelece que a APAF pode constituir GTs para aprofundar debates, desenvolver estudos e elaborar propostas que subsidiem decisões assembleares, com caráter temporário, subsidiário, não remuneratório e não deliberativo.



Avanços significativos no Programa de Ações Afirmativas

O Conselho Federal de Psicologia avançou de forma significativa, em 2025, na implementação do Programa de Ações Afirmativas, Inclusivas e Reparatórias do Sistema Conselhos de Psicologia, com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica Internacional entre o CFP, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O projeto, orçado em R\$ 1,3 milhão com recursos do CFP, tem como objetivo realizar diagnósticos e fortalecer a política de ações afirmativas para promover equidade, superar violências estruturais e garantir a representatividade no Sistema Conselhos.

O programa tem raízes na Resolução 05/2021, que estabeleceu cotas para grupos historicamente sub-representados – pessoas negras, indígenas, trans, com deficiência, além de integrantes de comunidades quilombolas e de matriz

Programa de Ações Afirmativas, Inclusivas e Reparatórias do Sistema Conselhos de Psicologia: Uma política de cuidado pela permanência e bem viver.

africana – nas chapas eleitorais do Sistema Conselhos. Em 2024, a Resolução 10/2024 reforçou esse compromisso ao regulamentar o processo eleitoral para o triênio 2025-2028. A iniciativa reforça o compromisso da instituição com a construção de uma gestão mais inclusiva, democrática e alinhada aos princípios dos direitos humanos.

Escola de Governança do Sistema Conselhos

A Escola de Governança do Sistema Conselhos de Psicologia nasceu de uma demanda apresentada durante a APAF de dezembro de 2023, com o objetivo de capacitar conselheiras para a gestão dos Conselhos Federal e Regionais. Considerando que a maioria das psicólogas que assumem esses cargos não possui experiência prévia em gestão pública, o programa busca oferecer formação específica em temas como modelos de gestão, liderança, processos organizacionais e relações de poder.



A iniciativa foi aprovada pela APAF de maio de 2024 e é financiada com recursos do Fundo de Sustentabilidade. Para sua implementação, o CFP celebrou o contrato nº 12/2025 com a Fundação Dom Cabral. Em 2025, foram realizadas as primeiras etapas operacionais, incluindo o Plano de Diagnóstico e Customização, desenvolvido por meio de oficinas participativas com conselheiras e profissionais do sistema, com o objetivo de adequar os conteúdos das trilhas de aprendizagem às demandas reais dos Conselhos.

Em 7 de novembro de 2025, foi realizada a aula inaugural da Escola de Governança, em formato remoto, com transmissão síncrona para todo o Sistema Conselhos de Psicologia. As turmas voltadas ao aperfeiçoamento dos Plenários estão previstas para 2026, e as direcionadas às demais profissionais, para 2027.

Crescimento da Psicologia e modernização da gestão cadastral

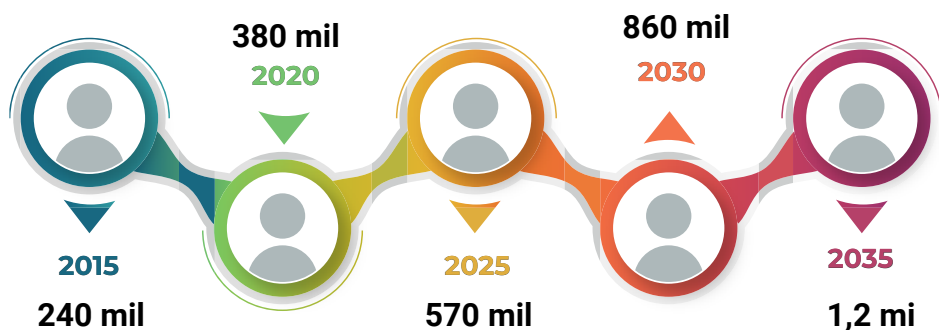
A Psicologia brasileira vive um momento de expansão expressiva. O cadastro nacional de profissionais mais que dobrou em uma década, saltando de 240 mil profissionais ativos em 2015 para 570 mil em 2025, com projeção de superar 1,2 milhão até 2035. Profissionais autônomos da área já movimentam R\$ 3,8 bilhões, segundo a Receita Federal.

Acompanhar esse crescimento exige investimento em tecnologia e ampliação do quadro funcional do CFP e dos CRPs. A digitalização dos serviços é um caminho comprovado: estudos mostram que o atendimento online pode custar apenas R\$ 1,20, contra

R\$ 43,68 no formato presencial. O BID aponta reduções de até 73,9% no custo de atendimento à sociedade, com retorno de R\$ 27,10 para cada R\$ 1,00 investido.

Nesse contexto, o CFP, em parceria com o CRP-PR, iniciou em 2023 um ciclo de visitas técnicas aos Conselhos Regionais, alcançando 22 regionais até 2025. As visitas promoveram oficinas sobre o BRC, o SEI e as novas Carteiras de Identidade Profissional, além de produzir um diagnóstico detalhado da infraestrutura de TI de cada regional – revelando falta de equipamentos, ausência de redes estruturadas, backups precários e escassez de profissionais de TI.

Profissionais Ativos



Cadastros Ativos por Região

REGIONAL	UF	PF PRINCIPAL	PF SECUNDÁRIA	PJ	TOTAL
CRP-01	DF	17.091	283	1.743	19.117
CRP-02	PE	22.018	358	858	23.234
CRP-03	BA	26.888	281	1.657	28.826
CRP-04	MG	61.539	470	3.691	65.700
CRP-05	RJ	63.716	157	4.134	68.007
CRP-06	SP	166.562	428	17.067	184.057
CRP-07	RS	33.302	119	2.651	36.072
CRP-08	PR	33.510	541	4.074	38.125
CRP-09	GO	15.792	626	1.275	17.693
CRP-10	PA e AP	10.052	55	394	10.501
CRP-11	CE	17.808	78	660	18.546
CRP-12	SC	22.104	420	2.180	24.704
CRP-13	PB	9.121	251	293	9.665
CRP-14	MS	7.124	305	719	8.148
CRP-15	AL	6.818	60	271	7.149
CRP-16	ES	10.105	73	787	10.965
CRP-17	RN	7.363	18	277	7.658
CRP-18	MT	7.753	34	979	8.766
CRP-19	SE	4.347	120	347	4.814
CRP-20	AM e RR	7.683	36	322	8.041
CRP-21	PI	5.257	27	365	5.649
CRP-22	MA	6.361	114	226	6.701
CRP-23	TO	2.712	113	260	3.085
CRP-24	RO e AC	4.925	21	293	5.239
TOTAL		569.951	4.988	45.523	620.462

Nivelamento tecnológico e a política nacional de TI

Diagnóstico realizado pelo CFP revelou uma disparidade significativa entre os Regionais de Psicologia do País. Os conselhos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste enfrentam os desafios mais urgentes: conexões instáveis, hardware obsoleto, ausência de ferramentas digitais adequadas e falta de profissionais de TI. Já os regionais do Sul e Sudeste, onde se concentra mais de 68% da base nacional de psicólogas e psicólogos, dispõem de infraestrutura mais robusta, com adoção de cloud computing, softwares atualizados e práticas de segurança mais rigorosas.

Para promover a equidade entre os regionais, o CFP elaborou a Política Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI), aprovada por unanimidade pela Assembleia das Políticas, Administração e Finanças em 2024 e oficializada em 2025 pela Resolução 57/2025. A política estabelece diretrizes para a qualidade dos serviços digitais, integração entre CFP e CRPs, padronização tecnológica, acessibilidade universal e segurança da informação.

Como desdobramento prático, o CFP lançará em 2026 o primeiro edital destinado a subsidiar a contratação de profissionais de TI pelos regionais, com repasses de até 100% do vencimento para os de menor

porte e até 50% para os de maior porte, conforme a Resolução CFP nº 08/2024.

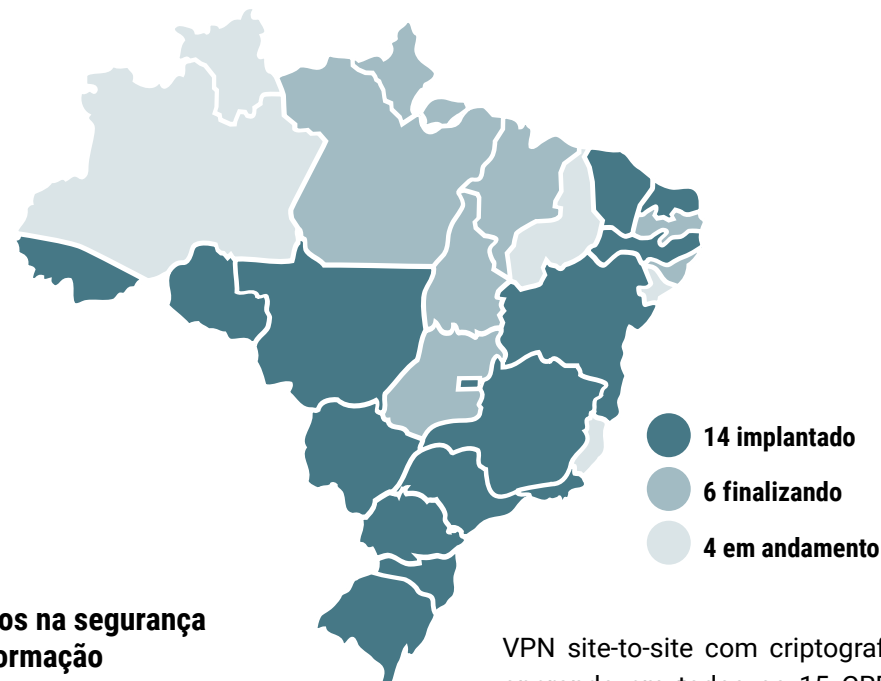
Governança de TI e elaboração do PDTI

A Resolução 57/2025 também estabeleceu um novo marco de governança de TI para o Sistema Conselhos de Psicologia, com a criação de dois comitês. O Comitê Gestor será responsável por coordenar as ações de padronização tecnológica e sistematizar propostas dos Regionais. O Comitê Consultivo Nacional terá a função de propor soluções e recomendar aperfeiçoamentos no atendimento digital à categoria.

A principal tarefa de ambos os comitês é a elaboração do primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Sistema Conselhos, previsto para ser institucionalizado em 2026. O PDTI funcionará como uma ferramenta de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de TI, orientando as ações da instituição por um período determinado.

Paralelamente, está em desenvolvimento um conjunto de políticas internas de TI que abrangerá segurança da informação, uso aceitável de recursos, gestão de ativos, backup e recuperação de desastres, e desenvolvimento de sistemas – pilares essenciais para garantir conformidade regulatória e redução de riscos operacionais.

Implantação do SEI no Sistema Conselhos de Psicologia



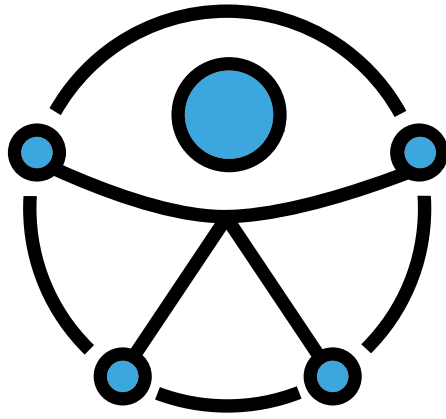
Avanços na segurança da informação

O ano de 2025 marcou a consolidação da maturidade digital do CFP em segurança da informação. O setor de infraestrutura e suporte de TI (SISTI), criado em 2021, transitou de um modelo reativo para uma postura proativa, apoiado pela aprovação da PNTI e pelo reforço do quadro funcional com novos profissionais admitidos por concurso público.

Entre os principais avanços técnicos estão a adoção de firewalls de nova geração (NGFW) com antivírus integrado, implementação de alta disponibilidade na rede,

VPN site-to-site com criptografia operando em todos os 15 CRPs integrados ao SEI, monitoramento proativo via Zabbix/GLPI e segmentação lógica da rede corporativa. A equipe também amadureceu nas práticas de SOC (Security Operations Center) e NOC (Network Operations Center), fortalecendo a capacidade de resposta a incidentes.

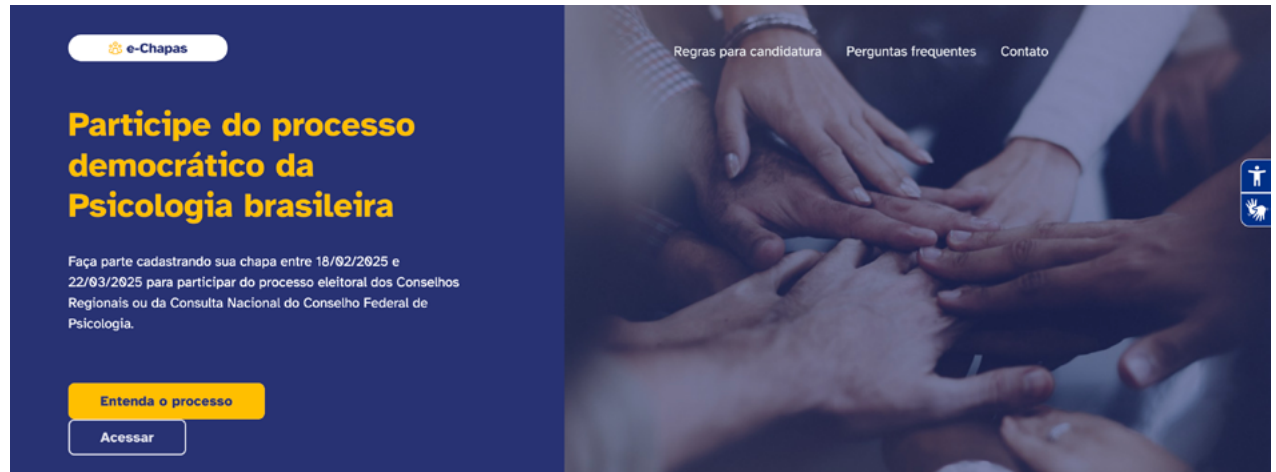
Em campo, o SISTI produziu 20 relatórios técnicos consolidados após visitas a Conselhos Regionais em 2025, aprofundando recomendações locais e mapeando custos de adequação de infraestrutura e cibersegurança em diferentes estados da federação.



Acessibilidade universal como diretriz

A acessibilidade digital é entendida pelo CFP como um valor central, não apenas uma obrigação legal. Para incorporá-la à arquitetura de seus sistemas, o CFP desenvolveu o Design System CFP, ferramenta que serve de base para o desenvolvimento ágil e padronizado de aplicações web, integrando recursos alinhados aos padrões do eMAG e das diretrizes internacionais WCAG.

Esse compromisso se estende às contratações: em 2025, o CFP passou a exigir acessibilidade como critério nos processos licitatórios de TI. O resultado prático apareceu nas eleições de 2025, quando o sistema eleitoral contratado ofereceu, pela primeira vez, recursos efetivos de acessibilidade para profissionais com deficiência visual. A acessibilidade universal figura ainda como uma das diretrizes expressas da Política Nacional de Tecnologia da Informação, instituída pela Resolução CFP nº 57/2025.



Eleições 2025: recorde de participação e digitalização integral

A eleição de 2025 registrou a maior participação da história do Sistema Conselhos de Psicologia: 147.459 profissionais registraram seu voto, superando todos os recordes anteriores desde a primeira votação online, realizada em 2013. O resultado reforça o engajamento crescente da categoria com os rumos da instituição.

Além do volume histórico de votos, a eleição de 2025 foi a mais digital de todas as edições. Pela primeira vez, todas as etapas de inscrição de chapas foram centralizadas no sistema e-Chapas, de-

envolvido pelo CFP: cadastro, envio de documentos, comunicação com as comissões eleitorais e publicação de materiais – tudo em um único ambiente digital, com ganho de agilidade e transparência.

O processo também avançou em acessibilidade. Tanto o site das eleições quanto o e-Chapas foram desenvolvidos com base no Design System CFP, seguindo os padrões do eMAG e das diretrizes internacionais WCAG. O sistema eleitoral contratado inovou ao oferecer, pela primeira vez, recursos efetivos de acessibilidade para profissionais com deficiência visual.

NOVA FUNCIONALIDADE NO E-CIP

Coleta biométrica para Carteira Profissional agora pode ser feita por meio de aplicativo

Arraste para o lado e saiba como fazer



Nova CIP: biometria remota elimina deslocamentos presenciais

A solicitação da Carteira de Identidade Profissional (CIP) exigia, até recentemente, o comparecimento presencial da

psicóloga ou do psicólogo ao Conselho Regional de seu cadastro para a coleta de dados biométricos. Para profissionais da região Norte do País, isso significava em muitos casos viagens superiores a mil quilômetros – por vias fluviais, terrestres ou aéreas –, com alto custo e perda significativa de tempo.

Em 2025, o aplicativo da e-CIP passou a oferecer uma nova funcionalidade que elimina essa barreira: a captura remota de biometria, fotografia e assinatura diretamente pelo celular do profissional. A atualização moderniza o processo, amplia o acesso à categoria em todo o território nacional e é especialmente relevante para quem vive em regiões de difícil acesso, tornando a emissão da carteira mais ágil e conveniente para todos.

CIPs emitidas por ano



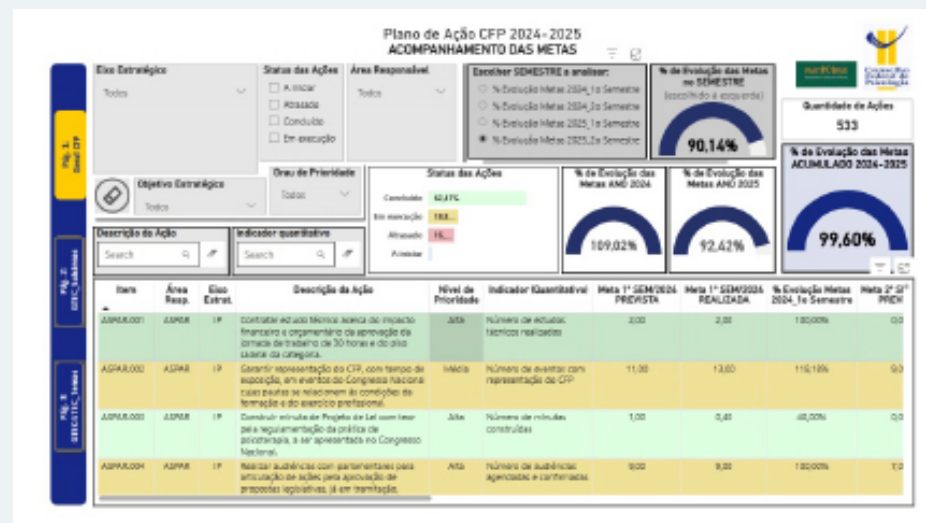
Dashboard Dinâmico garante monitoramento contínuo do PE

O CFP implementou, em 2025, o Dashboard Dinâmico, desenvolvido em Power BI, como parte da modernização dos processos de gestão institucional. A ferramenta teve como objetivo central qualificar a sistematização, o acompanhamento e o monitoramento das ações e metas do planejamento estratégico (PE), oferecendo uma visão integrada dos indicadores de desempenho e tornando as informações mais acessíveis a colaboradores e à gestão.

Os resultados foram expressivos: maior agilidade na tomada de decisões, aumento da transparência organizacional e melhoria na capacidade de

resposta às demandas institucionais. Os dados passaram a ser apresentados de forma mais assertiva e dinâmica, fortalecendo a cultura de monitoramento e avaliação contínua no CFP.

A implementação também revelou aprendizados importantes. A heterogeneidade das bases de dados e as dificuldades de integração entre setores exigiram a revisão e padronização dos fluxos de coleta, o desenvolvimento de rotinas de validação das informações e a realização de capacitações específicas para os usuários. A experiência reforçou que a qualidade das bases de dados institucionais é etapa fundamental para o sucesso de qualquer solução de Business Intelligence.





Relatórios de gestão do CFP

O CFP publicou em 2025 dois relatórios de gestão: o Relatório Anual 2024 e o Relatório Trienal da Gestão do CFP referente ao XIX Plenário (2023-2025). O material sistematiza e dá transparência às ações institucionais do Conselho, funcionando como importante instrumento de accountability social.

No que se refere a aprimoramentos, vale destacar a necessidade de avançar nos processos de organização e o cumprimento interno dos prazos estabelecidos, o que exigiu a realização de reuniões adicionais para alinhar as informações necessárias. A experiência gerou um aprendizado direto: a importância de elaborar cronogramas com maior margem de tempo para a produção dos relatórios e de reforçar, desde o início, a cultura de cumprimento de prazos como parte do processo de gestão institucional.

Implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos

A implementação da Lei nº 14.133/2021 no CFP representou um avanço significativo na modernização da governança institucional e no fortalecimento da segurança jurídica das contratações. O processo envolveu a qualificação técnica das equipes, a nomeação formal de agentes de contratação com segregação de funções, a padronização documental com minutas e modelos adaptados ao novo regramento e a implantação do plano de contratações anual como instrumento de alinhamento entre aquisições e estratégia institucional.

O acompanhamento jurídico preventivo e o engajamento da alta administração foram determinantes para a superação das dificuldades da transição. Os resultados consolidaram um ambiente de contratação mais robusto e transparente, com integração ao Portal Nacional de Contratações Públicas, maior agilidade nas dispensas eletrônicas e elevação da competência técnica do corpo funcional.

A experiência reafirmou que planejamento antecipado, padronização e atuação pedagógica do setor de licitações junto às áreas demandantes são condições essenciais para a melhoria contínua dos processos administrativos do CFP.

Consolidação normativa e integração entre áreas como alicerces da governança

A produção e normatização de políticas e instrumentos de gestão de pessoas representou um dos avanços mais relevantes do período, estruturando diretrizes, organizando práticas e fortalecendo a atuação da GGP no âmbito institucional. Marcos normativos conferem consistência, continuidade e segurança às práticas de gestão, funcionando como alicerce para iniciativas futuras.

Complementarmente, projetos que envolveram múltiplas áreas – como intranet, comunicação interna e políticas institucionais – demonstraram que a atuação integrada entre setores é determinante para a fluidez dos processos e a consistência das entregas. A articulação intersetorial potencializa os resultados e amplia o alcance das iniciativas da GGP dentro do Conselho Federal.

Qualidade de vida, monitoramento e fortalecimento do ambiente institucional

As ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, eventos institucionais e iniciativas de desenvolvimento gerencial contribuíram para o fortalecimento do ambiente organizacional, promovendo engajamento, integração e bem-estar entre as equipes. Esses resultados reafirmam que o investimento contínuo nessa dimensão é estratégico, e não acessório, para a consolidação de uma cultura institucional saudável e colaborativa.

Em paralelo, o acompanhamento das iniciativas por meio de indicadores ampliou a visibilidade das ações e apontou oportunidades de evolução na análise de resultados e impactos. O aprimoramento contínuo do monitoramento é, portanto, um vetor de qualificação da tomada de decisão e de fortalecimento da gestão das iniciativas da GGP.



Planejamento integrado e etapas estruturantes como condição para a efetividade das ações

A execução das ações estratégicas da Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) evidenciou que iniciativas como o programa de formação continuada, a gestão por competências e o fortalecimento da cultura de feedback dependem da consolidação prévia de etapas estruturantes – como o mapeamento de competências e a definição metodológica –, para que possam ser implementadas com consistência e impacto.

A ausência dessas bases compromete a qualidade das entregas finalísticas e reforça a necessidade de um planejamento integrado que identifique e priorize projetos estruturantes antes da execução das ações de desenvolvimento institucional. O avanço nessa direção é determinante para ampliar a efetividade e a sustentabilidade das iniciativas no âmbito do CFP e do Sistema Conselhos.

Diversificação de estratégias e autonomia institucional

A não consolidação do projeto de mapeamento de competências, em razão de limitações institucionais, revelou a importância de combinar diferentes abordagens de implementação para reduzir a vulnerabilidade dos projetos estratégicos a fatores externos ou internos que dificultem a sua execução. A diversificação de estratégias contribui para a

autonomia institucional e para a continuidade das iniciativas, evitando que a interrupção de uma abordagem inviabilize o avanço do projeto como um todo. Essa lição reforça a necessidade de construir caminhos alternativos desde a concepção dos projetos, tornando a GGP mais resiliente diante das variáveis que permeiam a gestão pública.

Alinhamento orçamentário e equilíbrio entre demandas operacionais e projetos estratégicos

A continuidade das políticas de desenvolvimento de pessoas está diretamente condicionada ao alinhamento entre o planeja-



mento orçamentário e as prioridades institucionais. A execução de programas formativos e iniciativas de valorização funcional evidenciou que a ausência de previsibilidade orçamentária compromete a consistência dessas agendas ao longo do tempo. Paralelamente, a condução de projetos como o de boas práticas no Sistema Conselhos demonstrou a dificuldade de avançar em iniciativas estruturantes quando há sobrecarga de demandas operacionais cotidianas. O equilíbrio entre essas duas dimensões – garantir recursos e organizar prioridades – é condição essencial para que a GGP possa atuar de forma estratégica e não apenas reativa.

Objetivo estratégico

Sistematizar e produzir conhecimentos que possibilitem gerar linhas de ação conjunta ou legados institucionais para o CFP e o Sistema Conselhos. .

Papos, Abraços e Laços: memória oral e legado histórico

Em 2025, o Conselho Federal de Psicologia lançou a série on-line “Papos, Abraços e Laços”, produção original dedicada a resgatar a memória da Psicologia brasileira por meio do registro histórico oral das gestões do CFP. O lançamento oficial ocorreu durante o IX Congresso Brasileiro de História da Psicologia, em Campo Grande (MS).



A estreia no YouTube aconteceu em 3 de novembro de 2025, com dois episódios: “Mulheres na Gestão”, com ex-presidentas do CFP, e “Contexto Histórico do Cinquentenário do CFP”, com ex-presidentes. A série inclui ainda um registro inédito de Arrigo Angelini, primeiro presidente do CFP, em entrevista concedida meses antes de seu falecimento em julho de 2024.

Prevista para oito episódios, a série reúne diálogos com personalidades do Sistema Conselhos e preenche uma lacuna relevante ao registrar narrativas que não constam em publicações acadêmicas ou outros suportes documentais. Bem recebida pela categoria e por pesquisadores, consolida-se como um legado institucional de preservação da memória coletiva da Psicologia brasileira.

Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil

O Conselho Federal de Psicologia anunciou o pré-lançamento da terceira edição do “Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros”, integrante do Projeto Memória da Psicologia Brasileira. O evento ocorreu durante o 7º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, realizado em Brasília (DF), ampliando a visibilidade da publicação junto à categoria profissional.

A edição revista e ampliada reúne 271 perfis biográficos, com a incorporação de 70 novos verbetes em relação às edições anteriores. A terceira edição foi produzida pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, da UFMG, e adota uma abordagem que amplia os critérios de inclusão, dando visibilidade a pioneiras e pioneiros de regiões brasileiras historicamente menos representadas nas edições anteriores. O trabalho parte de uma visão caleidoscópica da história da Psicologia, reconhecendo a pluralidade de correntes e orientações que marcaram a constituição da ciência e da profissão no País.

A iniciativa foi bem recebida por profissionais, estudantes, pesquisadores e entidades da área, reafirmando a importância da parceria entre o CFP e instituições acadêmicas para a preservação da memória e o fortalecimento da identidade profissional. A obra encontra-se em fase final de diagramação e será disponibilizada de forma integral e gratuita no site do CFP.



Atualização e relançamento das coleções de memória da Psicologia brasileira

O Conselho Federal de Psicologia avançou, em 2025, na democratização do acesso ao conhecimento histórico da Psicologia ao retomar e atualizar duas coleções fundamentais do acervo institucional: “Histórias da Psicologia no Brasil” e “Pioneiros da Psicologia Brasileira”. A iniciativa está alinhada à Resolução CFP nº 01/2023, que instituiu a política permanente de preservação da Memória da Psicologia Brasileira, e representa um avanço concreto na disponibilização integral de obras que, até então, tinham acesso restrito no site do CFP.

As primeiras obras relançadas foram “As Raízes Italianas do Movimento Antimanicomial”, de Maria Stella Brandão Goulart, e “Nise da Silveira: liberdade, atividade, afetividade”, de Walter Melo, ambas apresentadas ao público durante o 7º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, realizado entre os dias 19 e 22 de novembro de 2025. Paralelamente, foram consolidadas articulações com os demais autores e autoras das duas coleções, com manifestação favorável à continuidade das atualizações editoriais.



Portal Atos Oficiais: transparência normativa

Em 2025, o Conselho Federal de Psicologia deu continuidade à manutenção do portal “Atos Oficiais”, plataforma dedicada à indexação, consolidação, compilação, versionamento e publicação on-line das normativas do CFP e de todos os Conselhos Regionais de Psicologia, disponibilizadas em formato de texto editável e PDF. A iniciativa integra o objetivo estratégico de dinamizar a política e os processos de comunicação institucional do CFP junto ao público interno e externo.

Ao longo de 2025, foram publicados 232 novos atos, totalizando 2.506 atos disponíveis no portal até dezembro do mesmo ano. O volume de acessos evidencia a relevância da ferramenta para a categoria: foram registrados 688.416 acessos no período, com destaque para as resoluções CFP nº 006/2019, nº 31/2022 e nº 10/2005 como as mais consultadas. Esses números refletem a forte adesão da categoria ao portal desde sua implantação e confirmam seu papel como referência central de acesso às regulamentações do Sistema Conselhos.

A experiência de 2025 também apontou oportunidades de melhoria, especialmente no que diz respeito à padronização dos atos provenientes dos CRPs e à redução do tempo de disponibilização das normativas expedidas. Como resposta, foram realizadas revisão de procedimentos e orientações técnicas aos Regionais para aprimorar os fluxos de conferência e publicação. A experiência reafirmou a importância de manter comunicação constante com os CRPs e fortalecer a integração entre os sistemas para garantir maior agilidade, consistência e uniformidade na gestão normativa do Sistema Conselhos.

Revista PCP: produção científica e fluxo editorial em 2025

A Revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP) manteve seu fluxo editorial consolidado em 2025. A publicação, indexada na SciELO, segue como um dos principais veículos de disseminação do conhecimento científico em Psicologia no Brasil. Ao longo do ano foram submetidos 618 artigos. Destes, 452 foram reprovados – 385 na avaliação inicial e 67 na avaliação dos editores –, 121 foram aprovados nas avaliações iniciais e cinco foram arquivados a pedido dos próprios autores.

Entre as submissões, 17 destinaram-se à edição especial sobre formação, 15 à edição especial sobre interseccionalidades e oito ao Dossiê Vigotski e as Ciências da Criança, previsto para publicação em 2026. No total, foram publicados 78 artigos em 2025, sendo 46 no fluxo contínuo e 32 distribuídos em duas edições especiais. Os números refletem tanto o rigor do processo de avaliação por pares quanto o alcance e a relevância da revista junto à comunidade científica, evidenciados pelo volume expressivo de submissões e pelo acompanhamento ativo dos autores em relação ao andamento de seus trabalhos.

Qualificação da equipe da Revista PCP

De 4 a 7 de novembro de 2025, a equipe técnica da Revista Psicologia: Ciência e Profissão e o comitê gestor da Rede de Periódicos da Psicologia (PEPSIC) participaram do Congresso da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), realizado em João Pessoa (PB). Principal evento do País voltado a editores científicos e profissionais de publicação acadêmica, o encontro reuniu debates sobre ciência aberta, boas práticas editoriais, uso de inteligência artificial e os desafios relacionados à escolha de pareceristas e à captação de recursos para periódicos.

A participação representou uma oportunidade estratégica de atualização profissional para a equipe da revista, contribuindo para sua preparação diante das transformações em curso no campo da editoração científica. Espera-se que os aprendizados adquiridos subsidiem o desenvolvimento de novos projetos voltados à melhoria contínua do periódico, ampliando sua qualidade editorial e seu alinhamento às tendências e exigências contemporâneas da comunicação científica.

PePsic: conversão para XML JATS

Em 2025, o CFP deu continuidade ao acompanhamento do contrato de conversão de artigos científicos da Rede PePsic para o formato XML JATS, etapa essencial para a publicação na SciELO e para a atualização

contínua da base. A PePsic, institucionalizada pelo CFP em 2023, constitui a principal rede latino-americana de periódicos de Psicologia e reúne publicações de 11 países, funcionando como um canal estratégico de disseminação gratuita e irrestrita do conhecimento científico na área.

O trabalho envolveu o monitoramento mensal da produção de artigos convertidos, a organização do fluxo de envio de materiais pelas revistas participantes, o acompanhamento técnico das entregas e a articulação para garantir a continuidade das atividades sem interrupções. Os resultados alcançados incluem a manutenção regular da conversão de artigos, a continuidade do envio de conteúdos para publicação na SciELO e o fortalecimento da base PePsic, ampliando a visibilidade



das revistas participantes junto à comunidade científica nacional e internacional.

A experiência reafirmou que a continuidade operacional da plataforma depende de acompanhamento permanente, organização editorial

eficiente e integração constante entre as revistas, a equipe técnica e as plataformas de indexação, condições indispensáveis para assegurar o acesso ampliado à produção científica em Psicologia.

Encontros da Rede PePsic para fortalecimento da comunicação científica em Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia promoveu, em 2025, dois encontros voltados aos editores das revistas que integram a Rede PePsic, com foco na qualificação técnica, na modernização dos processos editoriais e na ampliação da visibilidade científica dos periódicos participantes. O primeiro foi o Seminário “Gestão dos Periódicos Científicos e o Processo Editorial”, realizado em maio de 2025 em formato online, que reuniu editores de

revistas científicas de Psicologia e representantes das entidades integrantes do FENPB. O objetivo foi debater temas como processo editorial, indexação, avaliação por pareceristas e desafios da editoração científica contemporânea.

O segundo foi o Fórum de Editores Científicos da Rede PePsic, realizado em outubro de 2025 no âmbito do Congresso da ALFEPSI, ampliando o alcance das discussões para o contexto latino-americano e caribenh. Os dois eventos evidenciaram forte

interesse dos editores e equipes técnicas por temas relacionados à modernização da editoração, ao uso de novas tecnologias, à internacionalização dos periódicos e à ciência aberta, revelando também uma demanda crescente por espaços de troca de experiências entre os integrantes da Rede.

PePsic em eventos científicos: visibilidade institucional em 2025

O Conselho Federal de Psicologia promoveu a divulgação institucional da plataforma PePsic em cinco grandes

eventos científicos nacionais e internacionais: o V Congresso Latino-Americano de Editores de Revistas Científicas, em Cartagena das Índias; o Congresso da ULAPSI; o Congresso da ALFEPSI; o ABEC Meeting; e o 7º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão.

As ações incluíram apresentações institucionais, oficinas, mesas redondas, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos, com articulação direta junto a editores, pesquisadores e entidades científicas. A presença nesses espaços evidenciou interesse crescente pelo PePsic e reforçou a percepção de que a participação contínua em eventos estratégicos é condição fundamental para fortalecer a plataforma como referência em acesso aberto na psicologia e ampliar as oportunidades de cooperação nacional e internacional.

PePsic: atualização e expansão da rede

O CFP realizou mapeamento contínuo das revistas cadastradas na plataforma PePsic, em 2025, identificando títulos atualizados e periódicos com edições em atraso. Paralelamente, foi conduzida prospecção em outras bases de dados da área para identificar novos periódicos e encaminhar convites de ingresso na Rede. O processo evidenciou baixa taxa

de resposta por parte de alguns periódicos contatados, especialmente aqueles com menor estrutura editorial ou publicações descontinuadas.

Como resposta, foram realizados reforços de comunicação, envio de novos convites e orientações sobre os benefícios de integrar a Rede PePsic. Os esforços resultaram na atualização de alguns títulos e no ingresso de novos periódicos na plataforma. A experiência reafirmou que a manutenção e a expansão qualificada da base exigem monitoramento permanente e comunicação ativa com os editores, sendo o contato direto e a apresentação das vantagens institucionais fatores determinantes para ampliar a adesão e a regularização dos periódicos.

PePsic: continuidade da conversão de artigos científicos

Em 2025, o Conselho Federal de Psicologia conduziu o processo de prorrogação do Contrato nº 24/2024, referente aos serviços de conversão de artigos científicos da Rede PePsic para o formato XML JATS. A renovação, por mais 12 meses, garantiu a continuidade operacional da plataforma sem interrupção dos serviços prestados às revistas integrantes da rede, com manutenção do valor competitivo previamente contratado. A experiên-

cia reafirmou que o acompanhamento prévio da vigência contratual e do saldo disponível é condição fundamental para reduzir riscos operacionais e assegurar maior eficiência nos processos de renovação.

PePsic: reuniões do comitê gestor e o fortalecimento da governança

O Comitê Gestor da PePsic realizou sete reuniões ao longo do ano, em março, abril, maio, junho, julho, outubro e novembro, com foco na reorganização da plataforma, definição de prioridades e acompanhamento das ações estratégicas da Rede. Os encontros permitiram revisar fluxos de trabalho, definir diretrizes para a expansão da Rede, acompanhar contratos e fortalecer a articulação entre as instituições representadas. A experiência reafirmou que reuniões periódicas e planejamento compartilhado são condições essenciais para alinhar prioridades, dar continuidade às ações e responder de forma mais eficiente às demandas da comunidade científica e dos periódicos integrantes da plataforma.





Fortalecimento da Ouvidoria

No âmbito do objetivo estratégico de fortalecer a governança e os processos de gestão do CFP e do Sistema Conselhos, a Ouvidoria registrou avanços significativos ao longo de 2025, tanto no volume de atendimentos quanto na estruturação de mecanismos de padronização e integração sistêmica. Foram recebidas e respondidas 2.991 demandas no período, evidenciando a capilaridade e a relevância desse canal como instrumento de escuta e participação democrática da categoria e da sociedade.

Ampliação do controle social no Sistema Conselhos

O Conselho Federal de Psicologia sediou o 2º Encontro Nacional de Ouvidorias do Sistema Conselhos, em junho de 2025, reunindo representantes dos conselhos regionais de todo o País, com o objetivo de consolidar boas práticas, ampliar a troca de experiências e fortalecer a atuação conjunta das ouvidorias em âmbito nacional.



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

2º Encontro de Ouvidorias promove integração, troca de experiências e construção coletiva para qualificar o atendimento à categoria e à população



O encontro deu início à construção coletiva de um manual de padronização de atendimento, que deverá orientar as ouvidorias do Sistema Conselhos com foco em eficiência, transparência e uniformidade nas respostas às demandas recebidas.

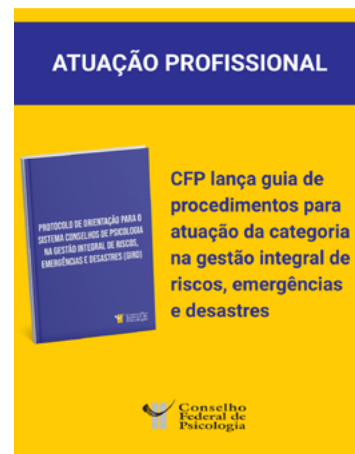
Complementarmente, foi criado o Grupo de Padronização de Atendimento, previsto na Resolução CFP nº 12/2022, com reuniões realizadas em setembro, outubro e dezembro de 2025. Essas iniciativas reforçam o compromisso institucional com a construção de uma psicologia ética e participativa, posicionando a ouvidoria como espaço estratégico de controle social e de melhoria contínua dos serviços oferecidos pelo Sistema Conselhos.

Protocolo para Emergências e Desastres: padronização e fortalecimento da resposta

O Conselho Federal de Psicologia finalizou e lançou o Protocolo de Ações do Sistema Conselhos para Emergências e Desastres, em 2025, consolidando um documento de referência para orientar a atuação dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) em cenários de crise. A iniciativa respondeu a uma demanda por padronização nacional e foi construída por meio de consultas e reuniões virtuais com as comissões regionais, permitindo que especificidades locais fossem incorporadas ao protocolo federal sem prejuízo da unidade conceitual e do alinhamento sistêmico.

O documento formaliza e articula as ações dos CRPs em todas as etapas do ciclo de gestão de riscos – prevenção, preparação, resposta, recuperação e avaliação institucional –, com foco no cuidado psicossocial, na proteção de populações vulneráveis e no respeito aos direitos humanos. Seu caráter adaptável aos contextos regionais é um dos principais atributos, viabilizando a interlocução qualificada com órgãos de Defesa Civil e outras instâncias de gestão de crises.

O lançamento oficial ocorreu durante o encontro híbrido “COP 30: Psicologias para Adiar o Fim do Mundo”, realizado em parceria com os CRPs do Pará/Amapá, Amazonas/Roraima e Acre/Rondônia, que reuniu profissionais, estudantes e lideranças para debater o papel da psicologia diante da crise climática e do racismo ambiental na Amazônia.



ATIVIDADES FINALÍSTICAS	VALOR APLICADO (R\$)
Ações do Plenário	1.293.301,08
Planejamento Estratégico - Plenário	120.944,31
APAF	2.233.355,26
GTs da APAF	216.161,49
PEPSIC	374.964,53
FENPB	534.837,24
CNP	6.062.534,38
CBP	1.307.983,17
Ações Afirmativas	1.432.742,73
Representações Institucionais do Plenário no Sistema Conselhos	201.311,48
Governança Sistema Conselhos	676.492,39
Patrocínio e Apoio Institucional	714.650,15
Impressos gráficos/CRs	1.680,00
Governança Federal	715.724,07
Representações do CFP - Controle Social e Relações Institucionais	892.047,12
Apoio a ações e eventos das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira	5.978,72
Participação de delegação do CFP em Congressos e Simpósios	2.346.565,89
Apoio a eventos de organizações da sociedade civil organizada	33.813,72
Incidência, mobilização e articulação da categoria p/ Contr. Social de Pol. Púb.	511.587,88
Comissão de Direitos Humanos do CFP	1.225.055,62
A Psicologia na promoção e garantia dos Direitos Humanos	331.297,99
Coorganizações de Ações c/ Fóruns e Entidades Prof. e da Soc. Civil Organizada	1.278.266,02
Ações relacionadas à atuação profissional em Políticas Públicas	151.897,88
Ações relacionadas aos Direitos Humanos no exercício profissional	144.891,17
Ações voltadas à orientação dos CRs	901.083,41
Eventos Estratégicos	137.586,08
Comissão Consultiva Avaliação Psicológica - CCAP	456.832,22
CONPAS	3.613,67
Sistema da Avaliação de Práticas Psicológicas - Aluizio Brito - SAPP	8.707,96
Prêmios Profissionais	195.146,39
Especialidades de Psicologia e Concurso de Especialistas	3.744,61
GTs internos	611.192,82
Revista Psicologia Ciência e Profissão	295.345,25
Memória da Psicologia Brasileira	79.039,51
Censo da Psicologia Brasileira	68.379,00
Política Nacional de COEs e COFs	1.263.541,52
Planejamento e Organização dos Processos Internos	34.088,77
Revista Diálogos	194.080,56
Publicações CRs	271.996,30
Divulgação Institucional	989.074,15
Incidência Política no Congresso Nacional	121.062,15
CREPOP	1.367.560,52
Projeto Ouvidoria	179.646,29
Confecção/certificação CIP	803.120,39
Ações voltadas ao aprimoramento institucional do Sistema Conselhos	188.874,63
Total	30.981.800,49

Os custos das atividades de fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia são apurados e demonstrados individualmente nos relatórios de gestão de cada conselho regional, consolidado em capítulo próprio deste relatório.

Gastos com Verbas Indenizatórias

O Plenário do Conselho Federal de Psicologia é formado por 22 conselheiras e conselheiros – nove titulares, nove suplentes e quatro convidados – que exercem seus cargos de forma honorífica. Por esse motivo, não recebem remuneração pelo trabalho desempenhado, sendo compensados por meio de verbas indenizatórias.

Essas verbas, destinadas tanto a conselheiros quanto a colaboradores, cobrem diárias, auxílio representação e adicionais de embarque e desembarque. Para as funcionárias e os funcionários do CFP, o ressarcimento se aplica às diárias e aos adicionais de embarque e desembarque quando as atividades exigem deslocamento para fora do Distrito Federal.

No exercício de 2025, o CFP desembolsou:

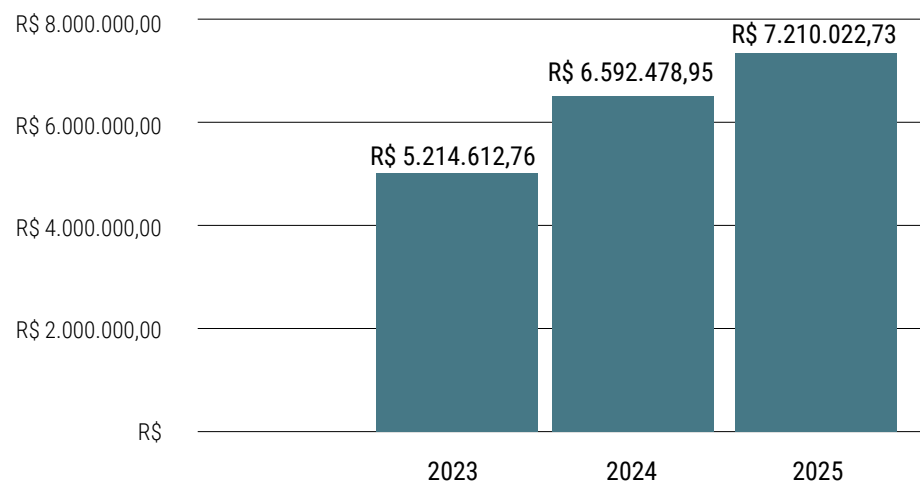
- **R\$ 6.213.135,85** em diárias;
- **R\$ 157.930,00** em auxílio representação;
- **R\$ 838.956,88** em adicional de embarque e desembarque.

O total de verbas indenizatórias pagas em 2025 foi de R\$ 7.210.022,73.

VERBAS INDENIZATÓRIAS PAGAS EM 2025 (R\$)				
	Funcionários	Colaboradores	Conselheiros	Total
Diárias	1.006.023,98	3.706.328,58	1.500.783,29	6.213.135,85
Auxílio Representação	0,00	108.000,00	49.930,00	157.930,00
Adicional de Embarque e Desembarque	77.366,88	612.480,00	149.110,00	838.956,88
TOTAL	1.083.390,86	4.426.808,58	1.699.823,29	7.210.022,73

Valores referente a verbas indenizatórias pagas pelo CFP em 2025.

Comparativo do pagamento de verbas indenizatórias dos três últimos exercícios



O gráfico mostra o aumento dos pagamentos de verbas indenizatórias pelo CFP entre 2023 e 2025. O total passou de R\$ 5,2 milhões em 2023 para R\$ 6,5 milhões em 2024 e R\$ 7,2 milhões em 2025, refletindo maior participação em atividades institucionais e deslocamentos fora do estado de residência.

Despesas de Pessoal – Exercício 2025

O Conselho Federal de Psicologia teve, em 2025, um total de R\$ 37.625.028,68 em despesas com pessoal, abrangendo servidores efetivos e comissionados, o que representa um acréscimo de 18,97% em relação ao ano anterior.

A distribuição dos gastos ocorreu da seguinte forma:

- **Remunerações:** R\$ 24.565.531,73
- **Encargos:** R\$ 7.614.360,68
- **Benefícios:** R\$ 5.445.136,27

Evolução da Despesa de Pessoal – Últimos 5 anos

Evolução da Despesa de Pessoal (Em R\$)		
Exercício	Valor	Var. %
2021	17.840.875,20	-
2022	22.800.943,64	27,80%
2023	27.681.401,81	21,40%
2024	31.626.175,30	14,25%
2025	37.625.028,68	18,97%

O incremento dessas despesas espelha fatores como reajustes salariais, novas contratações e impactos de encargos e benefícios, seguindo a tendência de aumento registrada nos últimos anos.

Mão de Obra Terceirizada

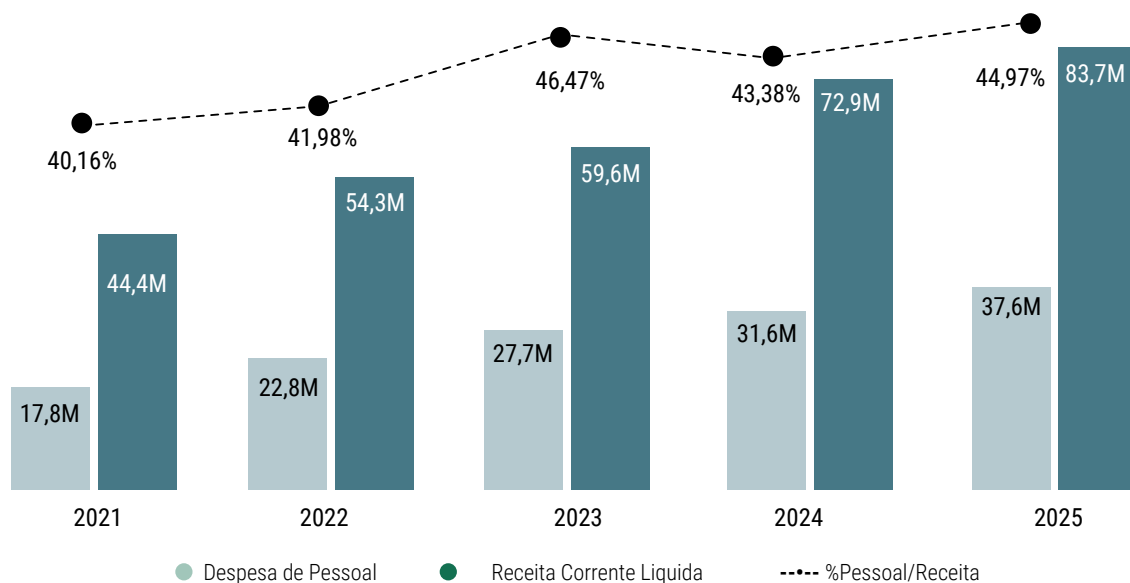
Além das despesas com pessoal, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) contratou, em 2025, serviços terceirizados para as funções de copeiro, auxiliar de serviços gerais, auxiliar em secretariado e recepcionista, totalizando um gasto de R\$ 889.429,91.

Percentual da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – Exercício 2025

Em 2025, as despesas com pessoal do Conselho Federal de Psicologia corresponderam a 44,97% da Receita Corrente Líquida (RCL) – um indicador que, observado ao longo dos últimos cinco anos, revela uma trajetória de equilíbrio consistente. Nesse período, o percentual oscilou entre 40,16% e 46,47%, demonstrando que a gestão dos gastos com pessoal tem se mantido dentro de um patamar controlado e previsível.

Ano	Despesa de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%Pessoal/Receita
2021	17.840.875,20	44.428.012,81	40,16%
2022	22.800.944,00	54.309.212,00	41,98%
2023	27.681.401,81	59.562.877,66	46,47%
2024	31.626.175,30	72.896.579,77	43,38%
2025	37.625.028,68	83.662.038,28	44,97%

Evolução da Despesa de Pessoal em relação x RCL



O gráfico apresenta a evolução financeira de 2021 a 2025, comparando o crescimento da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). No período, observa-se que ambos os valores cresceram anualmente, mas a pressão sobre o orçamento variou: o maior comprometimento da receita ocorreu em 2023 (46,47%), seguido de uma queda em 2024 para 43,38%.

Em 2025, o cenário muda devido à contratação de novos servidores concursados. Embora a receita tenha atingido seu patamar mais alto (R\$ 83,7 milhões), o aumento nominal da folha de pagamento para R\$ 37,6 milhões foi proporcionalmente superior ao crescimento da arrecadação. Esse movimento fez com que o índice de comprometimento subisse para 44,97%, sinalizando que a expansão do quadro de funcionários elevou o peso dos gastos com pessoal no orçamento final, ainda que o índice permaneça abaixo do pico registrado em 2023.

COMUNICAÇÃO

A comunicação institucional do Conselho Federal de Psicologia constitui um eixo estratégico para ampliar a transparência, qualificar o acesso à informação e fortalecer o diálogo com a categoria e com a sociedade. Em 2025, essa atuação seguiu orientada pelos princípios públicos que regem a Autarquia – entre eles a impessoalidade, a eficiência, a transparência e o compromisso com promoção da cidadania, contribuindo para dar visibilidade às ações desenvolvidas pelo CFP e para afirmar a relevância da Psicologia como ciência e profissão.

Mais do que divulgar iniciativas, a Comunicação atua no suporte à gestão da imagem institucional do Conselho, na construção de sua credibilidade e no fortalecimento de seu posicionamento público em temas relacionados ao exercício profissional da Psicologia e suas contribuições na defesa de direitos. Trata-se de uma dimensão essencial para projetar, de forma ética e qualificada, os valores, compromissos e ações do CFP.

Entre os principais instrumentos utilizados estão o portal institucional, os perfis nas redes sociais, o canal no YouTube, o envio de e-mail marketing, a produção de

conteúdos informativos e o relacionamento com a imprensa.

Por meio desses canais, o Conselho busca ampliar o alcance de suas mensagens, promover informação segura e aproximar sua atuação das necessidades da profissão e da sociedade brasileira.

Os resultados de 2025 evidenciam a consolidação da comunicação como instrumento estratégico de gestão, transparência e incidência institucional. Ao longo do ano, a atuação da área contribuiu para o crescimento consistente das redes sociais, a am-

pliação da presença do CFP na imprensa, a expansão do acesso a conteúdos técnicos e o fortalecimento do alcance institucional. Esse desempenho é acompanhado por indicadores quantitativos – como volume de publicações, alcance, engajamento, crescimento de audiência e inserções na imprensa – e qualitativos, relacionados à relevância temática, à percepção institucional e à qualidade do diálogo com a categoria e a sociedade. O monitoramento contínuo, realizado por meio de relatórios periódicos, análise de campanhas e avaliação de engajamento, orienta ajustes estratégicos e a

redefinição de prioridades. Entre os principais desafios estão a necessidade de institucionalizar uma política de comunicação, enfrentar disputas de narrativas em temas sensíveis, ampliar o conhecimento da categoria sobre as funções do CFP e compatibilizar recursos humanos e orçamentários à demanda crescente. Como perspectivas, destacam-se a elaboração da Política de Comunicação do CFP, a ampliação de campanhas nacionais integradas, o fortalecimento da produção audiovisual, a comunicação orientada por dados e a maior integração com os Conselhos Regionais.



SITE INSTITUCIONAL:

Em 2025, foram publicadas 353 notícias no portal institucional – um crescimento de 54% em relação ao ano anterior – consolidando o site como principal repositório de informações oficiais do CFP.

O volume de produção corresponde, em média, à publicação de uma nova notícia a cada dia útil, evidenciando a intensificação da estratégia de comunicação ativa e contínua.

353 notícias publicadas em 2025

Crescimento anual: **54%**

Média de **1 nova notícia** publicada todos os dias úteis

IMPRENSA: VISIBILIDADE INSTITUCIONAL E QUALIFICAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO

Em 2025, o CFP registrou 4.441 citações na imprensa brasileira – um crescimento de 240% em relação ao ano anterior, consolidando sua presença como fonte qualificada no debate público. Um total de 137 entrevistas e outros subsídios técnicos foram diretamente intermediados pela Gerência de Comunicação do CFP.

MATÉRIAS QUE CITAM O CFP

Por tipo de veículo

Portais de internet

3.817

Rádios

299

Televisão

226

Impressos

99

A estimativa é de um público de

30.531.000

pessoas alcançadas.

Os dados apontam que, em 2025, houve um crescimento de

240%

nas citações ao CFP em veículos de imprensa.

MAIS ESPAÇO NA MÍDIA REPRESENTA:

Visibilidade institucional: Instituição se fazendo mais presente para a sociedade, ampliando o conhecimento sobre a Psicologia e sua atuação como ciência e profissão;

Qualificação do debate público: amplifica a narrativa institucional, contribuindo ética e cientificamente com o debate de temas relevantes na sociedade.

Reforço de credibilidade: Reconhecimento como autoridade técnica e fonte confiável. Reforço de imagem e posicionamento junto a outras instituições, órgãos de controle e sociedade.

FOI DESTAQUE:

Em 2025, mais de 400 matérias jornalísticas repercutiram os dados do Relatório da Inspeção Nacional sobre a Desinstitucionalização dos Manicômios Judiciários, lançado pelo CFP em agosto.

A estratégia de comunicação contribuiu para inserir o tema na agenda pública e fortalecer o debate sobre políticas de cuidado em saúde mental no Brasil.



PRODUÇÃO EDITORIAL: DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2025, foram produzidas 47 publicações, representando um crescimento de 15% em relação ao ano anterior e de 88% quando comparado a 2023, o que evidencia a ampliação da capacidade editorial do CFP como instrumento de orientação profissional.

47 Publicações produzidas



CAMPANHAS DE MÍDIA: MOBILIZAÇÃO SOCIAL E INCIDÊNCIA INSTITUCIONAL

Ao longo de 2025, o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu campanhas institucionais como eixo estratégico de sua atuação em comunicação pública, com o objetivo de dar visibilidade a temas prioritários para a Psicologia e ampliar o diálogo com a sociedade. Articuladas a pautas estruturantes da profissão, as campanhas combinaram planejamento editorial, produção de conteúdos multiformato e veiculação em diferentes canais institucionais, buscando traduzir questões técnicas em linguagem acessível, fortalecer o posicionamento institucional e mobilizar públicos estratégicos em torno de agendas de interesse público.

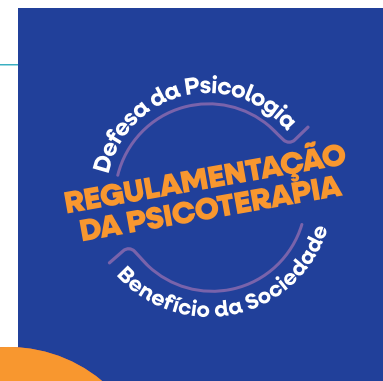
Regulamentação da Psicoterapia

Estratégia de comunicação pública voltada à defesa da regulamentação da psicoterapia no Congresso Nacional, com foco na qualificação do debate e na mobilização da categoria.

A atuação concentrou-se em uma campanha multicanal, com destaque para as redes sociais institucionais, que teve como objetivos:

- ▶ ampliar o conhecimento da categoria e da sociedade sobre o tema;
- ▶ resgatar o histórico da luta pela regulamentação da psicoterapia no País;
- ▶ evidenciar os riscos da ausência de regulamentação;
- ▶ mobilizar apoio público e institucional à pauta no Congresso Nacional.

Os conteúdos foram veiculados em formatos como carrosséis e vídeos, com linguagem orientada à comunicação pública, ampliando o alcance do tema junto à categoria e à sociedade. A estratégia contribuiu para fortalecer o posicionamento institucional do CFP e engajar públicos estratégicos em torno da pauta no Congresso Nacional.

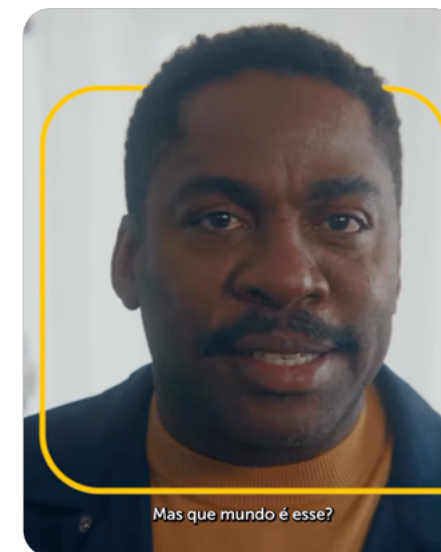


CAMPANHA DIA DA PSICOLOGIA

A campanha de 2025 do Dia da Psicologia destacou a força, a diversidade e o impacto da Psicologia brasileira, com foco na valorização da profissão e no reconhecimento de sua relevância social. A ação publicitária trouxe o ator Lázaro Ramos na narração e em depoimento pessoal no reconhecimento à importância da profissão.

A estratégia de mídia incluiu canais off-line (TV Globo) e on-line (redes sociais), com destaque para a colaboração com o ator Lázaro Ramos, ampliando o alcance e o impacto da mensagem.

O conteúdo do Dia da Psicologia Brasileira consolidou-se como o de maior alcance e engajamento nas redes sociais do CFP no período.



Repercussão:

3,4 milhões
de visualizações

58,6 mil
curtidas

1,2 mil
comentários

TV Globo

12,6 milhões
de pessoas impactadas

Vídeo reels colab Lázaro Ramos + CFP

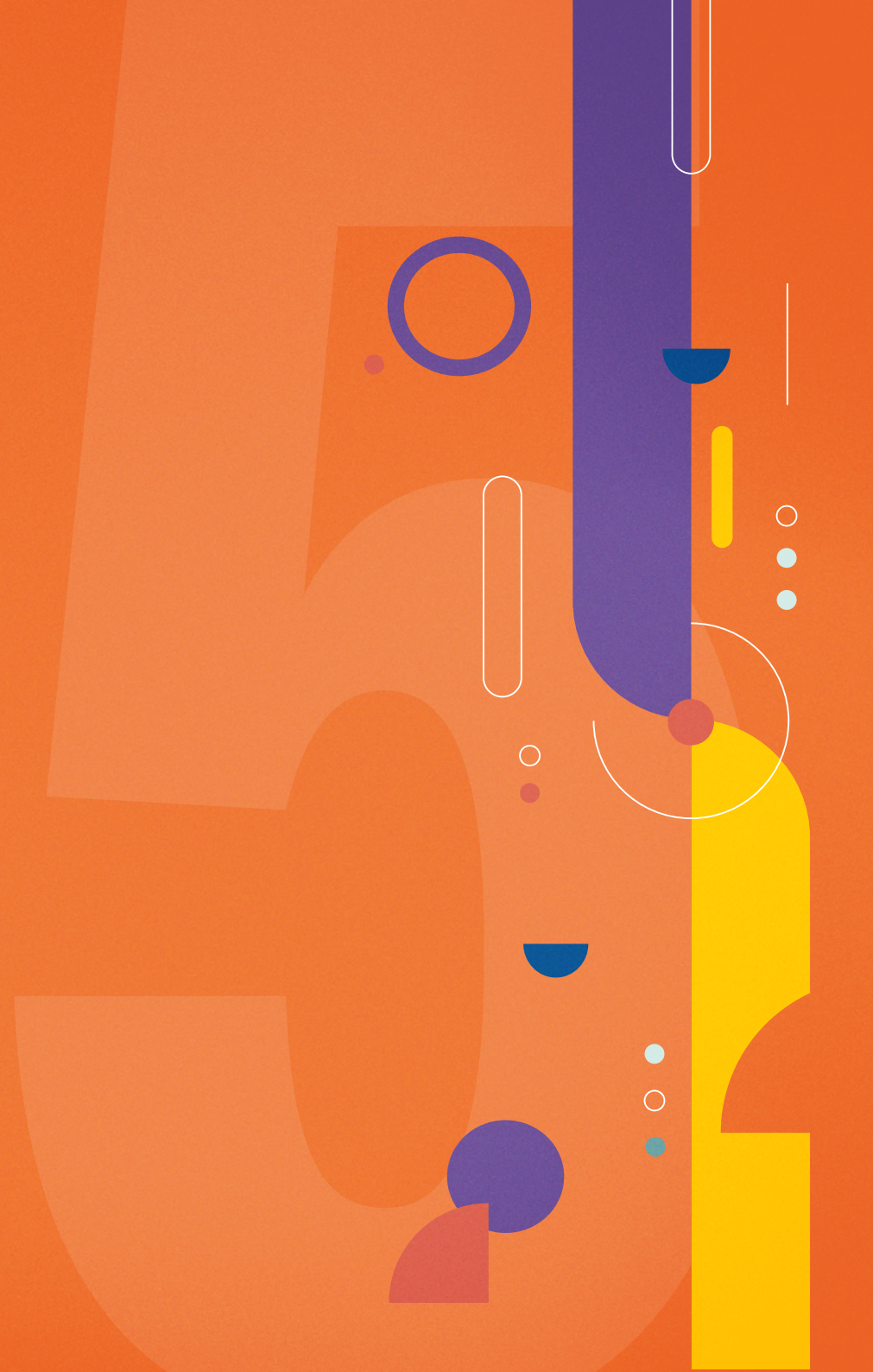
+ de 3 milhões
de visualizações

1,2 mil
comentários

28 mil novos seguidores
no perfil do CFP no Instagram apenas no
mês da Campanha da Psicologia

5

**INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS**



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A previsão orçamentária do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para o exercício de 2025 foi aprovada pela Assembleia de Delegados Regionais em dezembro de 2024 e publicada por meio da [Resolução CFP nº 49, de 19 de dezembro de 2024](#).

Receita Orçamentária

As receitas da Autarquia são regulamentadas pela Lei Federal nº 5.766/1971 e pela Resolução CFP nº 03/2007, que definem as regras relativas à arrecadação e ao compartilhamento das receitas entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. A arrecadação do CFP é composta por receitas tributárias, patrimoniais, de serviços, restituições diversas e amortização de empréstimos realizados aos Conselhos Regionais.

No exercício de 2025, a proposta orçamentária do Conselho Federal de Psicologia previu uma receita total de R\$ 78.560.790,00, a qual foi complementada por R\$ 22.851.750,00 provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores (Crédito Adicional por Fonte). Com esse aporte, o montante global de recursos para o período foi consolidado em R\$ 101.412.540,00.

A arrecadação efetiva no exercício alcançou R\$ 85.917.171,27, correspondendo a 109,36% da receita inicialmente estimada.

Receita prevista	R\$ 78.560.790,00
Receita realizada	R\$ 85.917.171,27
% Realizado	109,36%

Do total arrecadado no exercício de 2025, 86,19% correspondem a repasses das cotas (cota-parte e cota-revista), enquanto os demais 13,81% são provenientes de rendimentos financeiros, amortização de empréstimos pelos Conselhos Regionais e outras receitas diversas.

ORIGEM	VALOR (R\$)	%
Cota Parte (cota parte e cota revista)	70.727.671,99	82,32%
Rendimento de Aplicações Financeiras	12.246.318,68	14,25%
Amortização de Empréstimos de Conselhos Regionais	999.933,23	1,16%
Outras Receitas	1.943.247,37	2,26%
TOTAL	85.917.171,27	100,00%

A receita arrecadada em 2025 apresentou crescimento de 17,77% em relação ao exercício anterior, refletindo uma tendência positiva constante. Considerando o período de 2021 a 2025, a receita teve um aumento acumulado de aproximadamente 80,86%. Esse crescimento decorre principalmente da correção anual dos valores das anuidades e do incremento na base de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

Exercício	Receitas (R\$)	Var. %
2021	47.505.918,58	-
2022	54.440.673,71	14,60%
2023	63.588.064,45	14,60%
2024	72.956.103,86	14,73%
2025	85.917.171,27	17,77%

PREVISÃO E ARRECADAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA - EXERCÍCIO 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO (R\$)	ARRECADAÇÃO (R\$)	%
RECEITA CORRENTE	72.972.770,00	84.917.238,04	108,91%
COTA PARTE E COTA REVISTA	66.216.518,00	70.727.671,99	106,81%
COTA PARTE	52.973.205,00	56.560.772,36	106,77%
COTA REVISTA	13.243.313,00	14.166.899,63	106,97%
RECEITA PATRIMONIAL	11.256.252,00	12.315.864,78	109,41%
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11.256.054,07	12.246.318,68	108,80%
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	197,93	69.546,10	35136,72%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500.000,00	1.873.701,27	374,74%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500.000,00	1.873.701,27	374,74%
RECEITA DE CAPITAL	588.020,00	999.933,23	170,05%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS CRPs	588.020,00	999.933,23	170,05%
TOTAL	78.560.790,00	85.917.171,27	109,36%

Fonte: Balanço Orçamentário do CFP, situação em 31.12.2025.

Despesa

O orçamento inicial para a despesa do CFP para o exercício de 2025 foi fixado em R\$ 78.560.790,00. Com a incorporação de um superávit financeiro no valor de R\$ 24.592.750,00, a dotação total atualizada passou para R\$ 103.153.540,00.

Do montante total aprovado, foram empenhados R\$ 84.908.979,91, correspondendo a 82,31% da dotação atualizada. Desse valor, R\$ 84.149.263,24 foram destinados às despesas correntes, enquanto R\$ 759.716,67 foram alocados às despesas de capital.

A tabela abaixo resume a execução orçamentária das despesas, detalhando as dotações, os empenhos, as liquidações, os pagamentos realizados e os saldos disponíveis.

	Dotação atualizada	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga	Saldo dotação
Despesa Corrente	93.392.540,00	84.149.263,24	81.926.048,63	81.015.121,84	9.243.276,76
Despesa de Capital	9.761.000,00	759.716,67	55.962,27	55.962,27	9.001.283,33
Despesa total	103.153.540,00	84.908.979,91	81.982.010,90	81.071.084,11	18.244.560,09

Organizando as despesas por natureza, cada grupo apresentou os seguintes gastos no ano de 2025:

GRUPO	VALOR (R\$)
Pessoal e Encargos	37.625.028,68
Outras Despesas Correntes	46.524.234,56
Investimentos	759.716,67
TOTAL	84.908.979,91

Pessoal e Encargos: no montante dos dispêndios com pessoal e encargos estão contemplados os gastos com benefícios (vale-transporte, vale-alimentação, plano de saúde e plano odontológico) e auxílios (educação e creche).

Outras Despesas Correntes: este grupo contempla as despesas com manutenção da máquina, realização de atividades voltadas à atuação finalística do Conselho e transferências correntes a Conselhos Regionais de Psicologia para realização de atividades comuns do Sistema Conselhos de Psicologia.

Investimentos: aquisições de bens de capital para integração ao patrimônio permanente do CFP.

O detalhamento dos gastos por elemento de despesa pode ser consultado no portal da transparência do CFP, no item "Comparativo da despesa"



Site da
transparência

Evolução das Despesas

No exercício de 2025, as despesas totais alcançaram R\$ 84.908.979,91, representando um crescimento de 20,62% em relação ao exercício anterior (2024). Esse aumento nas despesas acompanha o crescimento das receitas, que será analisado detalhadamente no próximo tópico. A série histórica demonstra uma tendência consistente de expansão orçamentária no período apresentado.

ANO	DESPESA (R\$)	VAR. %
2021	24.356.623,02	-
2022	47.613.507,70	95,48%
2023	58.729.961,57	23,35%
2024	70.394.144,11	19,86%
2025	84.908.979,91	20,62%

Receitas X Despesas

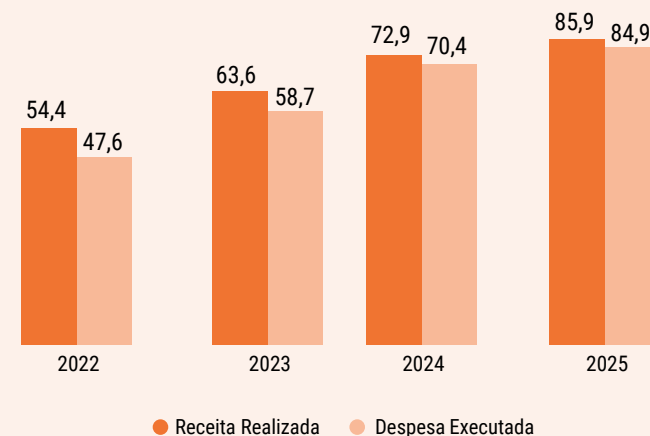
Ao confrontar as receitas e despesas do exercício de 2025, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentou um resultado orçamentário positivo (superávit) de R\$ 1.008.191,36.

A tabela evidencia as receitas e despesas divididas entre correntes e de capital. Em termos globais, a receita realizada atingiu R\$ 85.917.171,27, enquanto as despesas totalizaram R\$ 84.908.979,91.

Conforme ilustrado no gráfico ao lado, em 2025, a execução orçamentária atingiu o maior volume da série histórica, com a receita realizada de R\$ 85,9 milhões e a despesa executada de R\$ 84,9 milhões. Os dados mostram que a despesa acompanhou o crescimento da arrecadação, resultando em uma diferença de 1 milhão entre os dois indicadores. Esse valor representa o menor distanciamento nominal entre receita e despesa registrado no período de 2022 a 2025, indicando que a utilização dos recursos disponíveis se aproximou do total arrecadado no exercício.

POR NATUREZA ECONÔMICA	CORRENTE (R\$)	CAPITAL (R\$)	TOTAIS (R\$)
Receita Realizada	84.917.238,04	999.933,23	85.917.171,27
Despesa Executada	84.149.263,24	759.716,67	84.908.979,91
RESULTADO	767.974,80	240.216,56	1.008.191,36

Receita Realizada x Despesa Executada
(Em milhares de R\$)



GESTÃO DE CUSTOS

A apuração dos custos das atividades e dos programas do Conselho Federal de Psicologia é realizada por meio de mapas gerenciais, divididos em projetos do próprio CFP, projetos do Sistema Conselhos de Psicologia. Os mapas gerenciais demonstram a execução financeira e orçamentária de cada projeto e ação.

Tabela - Mapa Gerencial da Cota Parte - 2025

AÇÕES/PROGRAMAS	CUSTO (R\$)
ATIVIDADE MEIO	
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	45.560.925,40
I - PESSOAL (ADM/APOIO)	38.547.884,37
Pessoal	37.908.720,95
QVT	289.203,80
Desenvolvimento Humano Organizacional	348.802,03
Ações Trabalhistas	1.157,59
II - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	6.246.358,40
Serviços de Manutenção e Apoio Administrativo	6.160.933,02
Material de Consumo	85.425,38
III - INVESTIMENTOS	766.682,63
Móveis/Equipamentos/Computadores/Reformas	766.682,63
GESTÃO	761.010,93
V - AÇÕES DA DIRETORIA	733.328,68
Reuniões e Ações da Diretoria	598.647,35
Controle Interno, Gestão de Riscos e Auditoria Interna	134.681,33
VI - OUTROS CUSTOS COM GESTÃO	27.682,25
Assistência Técnica aos Regionais	27.682,25
ORIENTAÇÃO E ÉTICA	15.828.576,56

ATIVIDADE FINALÍSTICA**XII - OUTROS CUSTOS COM ORIENTAÇÃO E ÉTICA****15.828.576,56**

Ações do Plenário	1.293.301,08
Planejamento Estratégico - Plenário	120.944,31
PEPSIC	374.964,53
FENPB	534.837,24
CBP	1.307.983,17
Representações Institucionais do Plenário no Sistema Conselhos	201.311,48
Patrocínio e Apoio Institucional	714.650,15
Impressos gráficos/CRs	1.680,00
Governança Federal	715.724,07
Representações do CFP - Controle Social e Relações Institucionais	892.047,12
Apoio a ações e eventos das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira	5.978,72
Participação de delegação do CFP em Congressos e Simpósios	2.346.565,89
Apoio a eventos de organizações da sociedade civil organizada	33.813,72
Incidência, mobilização e articulação da categoria p/ Contr. Social de Pol. Púb.	511.587,88
Comissão de Direitos Humanos do CFP	1.225.055,62
A Psicologia na promoção e garantia dos Direitos Humanos	331.297,99
Co-organizações de Ações c/ Fóruns e Entid. Prof. e da Soc. Civil Organizada	1.278.266,02
Ações relacionadas à atuação profissional em Políticas Públicas	151.897,88
Ações relacionadas aos Direitos Humanos no exercício profissional	144.891,17
Ações voltadas à orientação dos CRs	901.083,41
Eventos Estratégicos	137.586,08
Comissão Consultiva Avaliação Psicológica - CCAP	456.832,22
CONPAS	3.613,67
Sistema da Avaliação de Práticas Psicológicas - Aluizio Brito - SAPP	8.707,96
Prêmios Profissionais	195.146,39
Especialidades de Psicologia e Concurso de Especialistas	3.744,61
GTs internos	611.192,82
Planejamento e Organização dos Processos Internos	34.088,77
Divulgação Institucional	989.074,15
Incidência Política no Congresso Nacional	121.062,15
Projeto Ouvidoria	179.646,29

TOTAL**62.150.512,89**

Cota-Parte: orçamento financiado com 20% das receitas arrecadadas da categoria e outras receitas do Conselho, destinado a ações da Autarquia não financiadas pelos orçamentos "cota-revista" e "fundos".

Tabela - Mapa Gerencial da Cota Revista - 2025

AÇÕES/PROGRAMAS	CUSTO (R\$)
ATIVIDADE MEIO	
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.632.541,30
I - PESSOAL (ADM/APOIO)	198.517,96
Ações de gestão de pessoas	198.517,96
Qualificação (CFP/CRPs)	0,00
II - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	1.434.023,34
Sistema Cadastral Financeiro	1.175.516,47
Plataforma dos Atos Oficiais para os CRs	154.328,64
Implantação do SEI nos CRs	104.178,23
IV - TRANSFERÊNCIA ENTRE CONSELHOS	3.686.757,12
Repasse - Programa de Apoio às Seções	1.255.199,76
Repasse - Programa de Sustentabilidade	256.486,68
CREPOP	2.175.070,68
Empréstimo ProSed - Resolução CFP 12/2023	0,00
GESTÃO	2.285.944,67
VII - ELEIÇÕES	2.285.944,67
Eleições	2.285.944,67
ATIVIDADE FINALÍSTICA	
ORIENTAÇÃO E ÉTICA	15.153.223,93
XII - OUTROS CUSTOS COM ORIENTAÇÃO E ÉTICA	15.153.223,93
APAF	2.233.355,26
GTs da APAF	216.161,49
CNP	6.062.534,38
Ações Afirmativas	1.432.742,73
Governança Sistema Conselhos	676.492,39
Revista Psicologia Ciência e Profissão	295.345,25
Memória da Psicologia Brasileira	79.039,51
Censo da Psicologia Brasileira	68.379,00
Política Nacional de COEs e COFs	1.263.541,52

Revista Diálogos	194.080,56
Publicações CRs	271.996,30
CREPOP	1.367.560,52
Confecção/certificação CIP	803.120,39
Ações voltadas ao aprimoramento institucional do Sistema Conselhos	188.874,63

TOTAL	22.758.467,02
--------------	----------------------

Cota-Revista: orçamento destinado ao financiamento da comunicação e a projetos comuns do Sistema Conselhos de Psicologia.

Os mapas gerenciais foram elaborados a partir de informações extraídas de relatórios orçamentários nos quais as despesas estão reconhecidas na fase do empenho.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Por meio da gestão de seus bens patrimoniais, o CFP controla os bens móveis e imóveis indispensáveis à execução de suas atividades. Com essa gestão é possível controlar a vida útil desses bens, sendo viável dimensionar o quanto se pode utilizá-los dentro de adequadas condições de uso antes que se tornem obsoletos, seja por motivos de desgaste natural ou por questões relacionadas à obsolescência tecnológica, que é inerente à natureza do produto.

Principais investimentos de capital

Os investimentos de capital totalizaram o montante de R\$ 754.719,64 no exercício de 2025.

AQUISIÇÃO/BAIXA DE INVEST. DE CAPITAL	VALOR (R\$)
Máquinas e Equipamentos	315.973,40
Utensílios de Copa e Cozinha	746,24
Equipamentos de Processamento de Dados	438.000,00
TOTAL	754.719,64

Os investimentos de capital realizados no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 754.719,64** e foram direcionados exclusivamente para a **atualização e expansão do acervo de bens móveis tecnológicos**.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC-TSP), alinhadas ao que regulamenta a Lei nº 4.320/1964 e aos procedimentos contábeis constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição).

As demonstrações contábeis exigidas por lei e elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia são as seguintes:

- **Balanço Patrimonial:** evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido do Conselho;
- **Balanço Orçamentário:** demonstra as informações do orçamento aprovado em comparação com sua execução, evidenciando as receitas previstas x receitas realizadas e despesas fixadas x despesas realizadas;
- **Balanço Financeiro:** evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os ingressos e os dispêndios extra orçamentários, bem como os saldos das disponibilidades de caixa do início do exercício e os que serão repassados para o ano seguinte;
- **Demonstração de Fluxo de Caixa:** visa demonstrar as entradas e as saídas de caixa, separando os fluxos em atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** demonstra as variações aumentativas (receitas) e diminutivas (despesas) que modificam o patrimônio líquido da entidade;
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido.

Confira as **Demonstrações Financeiras de 2025**. Os arquivos completos, estruturados de acordo com a legislação atual, podem ser consultados por meio dos links listados abaixo:



Balanço Patrimonial



Balanço Orçamentário



Balanço Financeiro



Variações Patrimoniais



Demonstração dos Fluxos de Caixa



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador José Arnaldo de Gois Júnior


O Setor Contábil (Scon) compõe a estrutura da Gerência Financeira (Gfin) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e exerce a função de órgão setorial de contabilidade do CFP.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do CFP que foram elaboradas em observância à Lei n.º 4.320/1964; às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020 e da DN-TCU n.º 198/2022, entre outros normativos do Sistema CFP/CRPs.

As demonstrações apresentadas são Balanço Patrimonial, que apresenta a situação patrimonial; Balanço Orçamentário, que evidencia informações da situação orçamentária inicial em comparação à sua execução; Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa, que visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais, que demonstra o resultado patrimonial do período; e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que apresenta as variações ocorridas no patrimônio líquido.

Desta forma, considerando que as demonstrações contábeis, do exercício de 2025, foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes, declaro que os demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal Psicologia.

Brasília, 04 de maio de 2026.



Cont. José Arnaldo de Gois Júnior
CRC-DF 024061/O-0

6

PROCESSO DE ADEQUAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA ÀS EXIGÊNCIAS DA DECISÃO NORMATIVA TCU 216/2025



PROCESSO DE ADEQUAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA ÀS EXIGÊNCIAS DA DECISÃO NORMATIVA TCU 216/2025

O Conselho Federal de Psicologia reconhece a relevância das informações requeridas pela Decisão Normativa TCU 216/2025 como instrumentos essenciais para o fortalecimento da transparência, da prestação de contas, da governança e do controle social sobre a atuação dos conselhos de psicologia.

A implementação das exigências previstas na norma evidenciou desafios estruturais historicamente presentes no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. Durante muitos anos, predominou um modelo de gestão fortemente orientado pela autonomia administrativa e operacional dos Conselhos Regionais de Psicologia. Embora esse modelo tenha contribuído para a adaptação das ações às realidades locais, também resultou na adoção de procedimentos, fluxos operacionais, sistemas de registro e metodologias de acompanhamento distintos entre os diversos regionais.

Tal contexto impactou diretamente a uniformização dos macroprocessos finalísticos de registro, orientação, fiscalização e julgamento ético. Ao longo do tempo, consolidaram-se diferentes entendimentos sobre a transi-

tividade desses processos, seus fluxos operacionais, seus instrumentos de registro e seus mecanismos de monitoramento, dificultando a construção de bases nacionais homogêneas para produção de indicadores e avaliação de resultados.

No campo da orientação profissional, o Sistema Conselhos historicamente destinou significativa atenção e recursos ao desenvolvimento de ações educativas, preventivas e orientativas voltadas à qualificação do exercício profissional. Essa diretriz institucional decorreu da compreensão de que a promoção da ética, da qualidade técnica e da orientação permanente aos profissionais constitui importante instrumento de proteção da sociedade e fortalecimento da profissão.

Entretanto, essa ênfase na orientação jamais significou a ausência ou a redução das atividades de fiscalização profissional. Ao contrário, a fiscalização sempre esteve presente de forma contínua e sistemática nas atividades desenvolvidas pelos Conselhos Regionais de Psicologia, por meio de visitas técnicas, diligências, notificações, processos de orientação e fiscalização, acompanha-

mento de denúncias e demais instrumentos previstos na regulamentação vigente.

O principal desafio identificado não reside na realização das atividades fiscalizatórias, mas na ausência histórica de parâmetros nacionais uniformes para registro, classificação, monitoramento e consolidação dos dados gerados por essas atividades. Em razão dessa realidade, procedimentos semelhantes passaram a ser registrados de formas distintas entre os conselhos regionais, dificultando a comparabilidade, a rastreabilidade e a consolidação das informações em nível nacional.

A publicação do Acórdão TCU 1.925/2019, os diversos entendimentos posteriormente emitidos pelos órgãos de controle e, mais recentemente, a Decisão Normativa TCU 216/2025 constituíram importantes marcos institucionais para o Sistema Conselhos de Psicologia. Esses instrumentos passaram a funcionar como elementos estruturantes de uma nova cultura organizacional, baseada na transparência, na gestão orientada por evidências, na produção de indicadores,

na comparabilidade de resultados e no fortalecimento dos mecanismos de supervisão institucional.

Nesse contexto, o Sistema Conselhos vem promovendo uma transição gradual de um modelo predominantemente fundamentado na autonomia regional para uma perspectiva de unicidade sistêmica, na qual a preservação da autonomia político-administrativa dos Conselhos Regionais passa a conviver com a necessidade de adoção de procedimentos, indicadores, metodologias, sistemas e mecanismos de prestação de contas comuns a todo o Sistema.

Ao longo de 2025, foram intensificados diversos movimentos institucionais voltados à construção dessa nova cultura organizacional, incluindo ações formativas, reuniões técnicas, diálogos políticos entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, debates sobre governança, padronização dos macroprocessos finalísticos, aperfeiçoamento normativo e fortalecimento da supervisão sistêmica. Esses esforços buscaram consolidar uma compreensão comum acerca da necessidade de integração institucional para fins de transparência, prestação de contas e geração de valor público.

Paralelamente, foram conduzidas iniciativas estratégicas pelas áreas de tecnologia da informação visando diagnosticar o estágio de utilização dos sistemas atualmente disponíveis, identificar inconsistências nos registros, promover melhorias nas ferramentas compartilhadas pelo Sistema Conselhos e estruturar as condições

necessárias para a futura extração de dados nacionais de forma automatizada, íntegra e auditável.

As ações em curso contemplam a padronização dos procedimentos de registro das atividades finalísticas, a revisão dos parâmetros de classificação das ações de orientação e fiscalização, a definição de indicadores nacionais, a ampliação da utilização das soluções tecnológicas compartilhadas e a construção de mecanismos que permitam o acompanhamento tempestivo dos resultados produzidos pelos conselhos regionais.

Apesar dos avanços alcançados, verificou-se que, no exercício de 2025, ainda não estavam plenamente consolidadas as condições técnicas, normativas e operacionais necessárias para garantir que as informações exigidas pela Decisão Normativa TCU 216/2025 fossem produzidas de forma uniforme, comparável, rastreável e auditável em todo o Sistema Conselhos de Psicologia.

Diante desse cenário, optou-se por não divulgar informações cuja consistência metodológica, confiabilidade e comparabilidade não pudessem ser adequadamente asseguradas, evitando a divulgação de dados potencialmente inconsistentes ou passíveis de interpretações equivocadas.

Simultaneamente, foi instituído um plano de adequação voltado ao fortalecimento da governança dos dados, à padronização dos macroprocessos finalísticos, à consolidação de indicadores nacionais, ao aperfeiçoamento

dos instrumentos normativos e à utilização obrigatória de solução tecnológica unificada para registro, acompanhamento e monitoramento das atividades de registro, orientação, fiscalização e ética profissional.

Espera-se que a implementação dessas medidas permita, progressivamente, a disponibilização de informações mais qualificadas, tempestivas e aderentes às exigências dos órgãos de controle, assegurando o atendimento integral da Decisão Normativa TCU 216/2025 nos exercícios subsequentes e fortalecendo a capacidade do Sistema Conselhos de Psicologia de demonstrar seus resultados à sociedade.

